



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

VI Legislatura

Número: 8

I Sessão Legislativa

Horta, Quinta-Feira, 30 de Janeiro de 1997

Presidente: Deputado Dionísio de Sousa.

Secretários: Deputados Guilherme Pinto e José Aguiar.

SUMÁRIO

Os trabalhos tiveram início pelas 10.15 horas.

Período de Antes da Ordem do Dia

Feita a leitura da correspondência e expediente entrados na Mesa, procedeu-se de imediato ao tratamento de **assuntos de interesse político relevante para a Região.**

Assim sendo, intervieram, a diverso título, os seguintes Srs. Deputados:

Sidónio Bettencourt (*PSD*), Rui Pedro Ávila (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Manuel Herberto Rosa (*PS*), José Monjardino (*PP*), António Almeida (*PSD*), Élio Valadão (*PS*), Vasco Cordeiro (*PS*), João Greves (*PP*), João Cunha (*PSD*), João Carlos Macedo (*PS*), António Menezes (*PSD*), Manuel Serpa (*PS*), José Francisco Fernandes (*PSD*), Eugénio Leal (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*) na prestação de alguns

esclarecimentos que lhe foram solicitados por diversos Srs. Deputados, bem como o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

Período da Ordem do Dia

Tal como prevê o Artigo 98º do Regimento da ALRA, procedeu-se à apresentação de um **Projecto de Decreto Legislativo Regional relativo à "adaptação à RAA do Decreto-Lei Nº 409/91, de 17 de Outubro - Regime de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na administração pública"**, oriundo da bancada socialista e cuja apresentação ficou a cargo do Sr. Deputado Silva Melo (*PS*).

Seguidamente, passou-se à apreciação e votação da **Proposta de DLR Nº 2/97 que "visa permitir que o P.M.P. 1997/2000 e o Plano e Orçamento para 1997 sejam apresentados à ALRA até ao fim do mês de Abril"**.

Sobre este assunto, intervieram os Srs. Deputados Augusto Élavai (*PS*), José Monjardino (*PP*), Berta Cabral (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Eugénio Leal (*PSD*) e ainda o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*) que fez a apresentação do referido diploma, bem como o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*).

O diploma em apreço foi aprovado por maioria.

De seguida, procedeu-se à apreciação dos pontos 3, 4 e 5 da ordem de trabalhos referentes a 3 **Pedidos de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão**. A saber,

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre o Projecto de alteração ao DLR Nº 12/94/A, de 5 de Maio - "Publicidade do Tabaco nas Provas Desportivas"**, em que proferiram intervenções apenas os Srs. Deputados José Humberto Chaves (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*);

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre a alteração do DLR Nº 30/96/A, de 27 de Dezembro - "alteração à Orgânica dos Serviços da ALRA"**, tendo usado da palavra os Srs. Deputados Jorge Valadão (*PSD*), como proponente, Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Menezes (*PS*) e José Monjardino (*PP*);

- **Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre a alteração do DLR que "Cria os Quadros de Zona Pedagógica"**, em que intervieram os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*) e Paulo Valadão (*PCP*).

Todas estas Urgências foram aprovadas por unanimidade.

A **Proposta de Resolução sobre a "Conta de Gerência da ALRA referente ao ano de 1995"** constituía o 5º ponto da ordem do dia e sobre este assunto apenas fez uso da palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão (*PCP*), tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Posteriormente, passou-se ao ponto 7 da ordem de trabalhos, referente à apreciação dos diplomas atrás referidos e sobre os quais recaiu a Urgência e Dispensa de Exame em Comissão. Assim, e em primeiro lugar, apreciou-se o **Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a alteração do DLR N° 12/94/A, de 5 de Maio relativo à "Publicidade do Tabaco nas Provas Desportivas"**, tendo sido o mesmo aprovado por unanimidade, quer na generalidade quer na especialidade.

Sobre este diploma, usaram da palavra os Srs. Deputados António Loura (*PS*), José Maria Bairos (*PSD*), Alvarino Pinheiro (*PP*), Paulo Valadão (*PCP*), Fernanda Mendes (*PS*) e José Humberto Chaves (*PS*).

Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre Alteração ao DLR N° 30/96/A, de 27 de Dezembro relativo à "Orgânica dos Serviços da ALRA", tendo o mesmo sido aprovado, na generalidade por unanimidade e na especialidade por maioria.

Sobre este diploma, intervieram os Srs. Deputados Jorge Valadão (*PSD*), Paulo Valadão (*PCP*), Fernando Menezes (*PS*), José Monjardino (*PP*) e Victor Cruz (*PSD*).

Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre a alteração ao DLR que "Cria os Quadros de Zona Pedagógica", sobre o qual intervieram os Srs. Deputados Francisco Sousa (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), Aurélio da Fonseca (*PSD*), e ainda o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Menezes*), tendo o referido diploma sido aprovado, quer na generalidade quer na especialidade, por unanimidade.

O ponto seguinte da ordem de trabalhos reportava-se a uma **Proposta de Resolução sobre a "constituição de uma comissão eventual para acompanhamento do processo de Revisão Constitucional"**.

Intervieram sobre este assunto os seguintes Srs. Deputados:

Fernando Menezes (*PS*), Paulo Valadão (*PCP*), José Monjardino (*PP*) e Victor Cruz (*PSD*), tendo a referida Proposta recebido a aprovação por unanimidade.

O penúltimo ponto da ordem do dia referia-se à **Eleição dos Representantes da Região em diversas Instituições da República.**

Assim sendo, foram eleitos os seguintes Representantes nas seguintes Instituições:

- **Conselho Nacional de Educação** - eleito o Sr. Dr. Victor Rui Dores com 27 votos favoráveis, 22 contra e 1 branco.

- **Conselho Económico e Social** - eleito o Sr. Dr. José Matias e o Sr. Eng. Luís Dutra, tendo obtido respectivamente, 26 votos favoráveis, 23 contra e 1 abstenção e 25 votos favoráveis, 23 contra e 2 brancos.

- **Conselho de Opinião da RTP** - eleito o Sr. Dr. Álvaro Monjardino que obteve 31 votos favoráveis, 17 contra e 2 abstenções.

- **Conselho de Opinião da RDP** - eleito o Sr. Dr. Vamberto de Freitas que obteve 31 votos favoráveis, 18 contra e 1 abstenção.

Como último ponto da ordem de trabalhos, votou-se por unanimidade, uma **Proposta de Resolução da Mesa da ALRA declarando findo o Período Legislativo de Janeiro.**

Os trabalhos terminaram às 18.30 horas.

Presidente: Srs. Deputados bom dia.

Pedia a vossa atenção para a chamada.

*(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: **PS** - António Gomes, António José Loura, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Francisco Sousa, Guilherme Pinto, Herberto Rosa, João Carlos Macedo, João Forjaz Sampaio, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; **PSD** - Aires Reis, Alberto Madruga da Costa, António Almeida, António Menezes, Aurélio da Fonseca, Duarte Freitas, Eugénio Leal,*

Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime de Carvalho Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Manuel Nunes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; PCP - Paulo Valadão).

Presidente: Estão presentes 43 Srs. Deputados. Temos quorum para funcionar.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Vamos iniciar os nossos trabalhos com o Período de Antes da Ordem do Dia com a leitura da correspondência.

Secretário (*Guilherme Pinto*): Do Presidente da Direcção da Federação Agrícola dos Açores, envio de documento cujo tema é "Fundamentos para a definição de uma política agrícola para a Região Autónoma dos Açores", apresentado por esta Associação ao Sr. Presidente do Governo Regional, bem como ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário (*José Aguiar*): Requerimento apresentado pelo Sr. Deputado Regional do PSD, Aires António Fagundes Reis, do seguinte teor:

"A inoperacionalidade do Porto da Calheta de S. Jorge prolonga-se há mais de uma década, depois de uma intervenção desastrada e contra a opinião das forças vivas locais, com graves prejuízos para a economia do Concelho.

Promessas de resolução do problema, feitas por anteriores governos, foram sucessivamente adiadas, tendo-se no entanto, chegado a um ante-projecto de obra (2º semestre de 1996), negociado entre a antiga Secretaria Regional de Habitação e Obras Públicas e as forças vivas do Concelho da Calheta.

Entretanto, fortes investimentos da Câmara Municipal da Calheta, inclusive na criação ou retoma de actividades industriais, têm mantido a economia local na expectativa.

Com um forte empenho da autarquia local, foi reactivada uma fábrica de conservas que emprega sazonalmente mais de 100 pessoas, podendo chegar às 200, com ocupação todo o ano, se o porto ganhar rapidamente condições de operacionalidade, sem as quais, ao contrário, a fábrica terá que fechar definitivamente, por serem incompatíveis os sobrecustos resultantes da utilização do Porto das Velas.

A futura construção de uma estalagem, já em estudo avançado, também depende de uma solução urgente para o Porto, dado a viabilização da estrutura estar intimamente ligada à possibilidade de circulação de passageiros através do Porto da Vila da Calheta.

Acresce que o Concelho da Calheta produz mais de metade do queijo de S. Jorge, que é onerado com os sobrecustos da deslocação para as Velas, sendo ainda de notar que muitos dos pequenos comerciantes do Concelho afirmam estar em situação difícil, também devido aos custos acrescidos face à necessidade de importarem mercadorias em pequenas quantidades, através do Porto das Velas.

Todo este cenário indica para breve um surto de desemprego e miséria social no concelho da Calheta, caso o problema do porto continue por resolver.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, solicita-se a V. Ex.^a se digne mandar obter junto do Governo Regional respostas às seguintes questões:

- 1 - Em que ponto recebeu o actual Governo Regional o dossier do Porto da Calheta?
- 2 - Entende o Governo Regional que o Porto da Calheta deve ter operacionalidade suficiente para traineiras e barcos de cabotagem, atendendo aos calados dos barcos existentes nesse serviço e à previsível evolução da tonelagem dessas embarcações?
- 3 - A resolução do problema do Porto da Calheta é ou não uma prioridade política do Governo Regional?
- 4 - Pretende o Governo Regional propor para o Orçamento de 1997 verba suficiente para o arranque, no verão deste ano, das obras no Porto da Calheta?

Horta, Sala das Sessões, 29 de Janeiro de 1997.

O Deputado Regional, Aires António Fagundes Reis".

Secretário (Guilherme Pinto): Do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, Projecto de Decreto Legislativo Regional que "adapta à prestação local da Região Autónoma dos Açores o Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro".

Presidente: Srs. Deputados, chamo a vossa atenção para uma circunstância prevista no Regimento da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ou seja, no dia em que são anunciados no Plenário Projectos, a sua apresentação é feita no início do Período da Ordem do Dia, no dia em que são anunciados.

Agradecia que oportunamente dessem conhecimento à Mesa dessa intenção, isto é, se os autores ou autor, desejam fazer a respectiva apresentação no início da Ordem do Dia.

Como não deram entrada na Mesa quaisquer votos, passamos para o Período de Intervenções de Interesse Político Relevante para a Região.

Para o efeito, tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É curta, muito curta mesmo, a minha experiência de deputado mas suficientemente longa para perceber quão distante e demorada é a relação entre o povo e seus representantes;...

Deputado Joaquim Ponte (PSD): Muito bem!

O Orador: ...entre os acontecimentos frenéticos da vida política e a sua visível e adequada interpretação; entre os actos do Governo e a conseqüente discussão livre e plural dos diferentes quadrantes político-partidários. É certo que uma sociedade aberta e democrática não pode confinar o seu debate à expressão mais simples entre Executivo e Parlamento — não pode nem deve. Apesar de ser cada vez mais influente a força dos parceiros sociais, das organizações sindicais e dos grupos de intervenção cívica, é na dialéctica travada entre Governantes e Parlamentares que as soluções encontradas para definir as linhas de desenvolvimento futuro ganham a sua profunda e real legitimidade.

Mas, o que parece insustentável é a disparidade enorme existente entre os acontecimentos políticos e a sua rápida discussão. É incontável, infundável, o tempo que medeia uma coisa e outra.

Numa sociedade mediática, a clareza de ideias, o conhecimento, a objectividade, a maior ou menor capacidade de resposta e a instantaneidade entre outros elementos de irrecusável valor são imprescindíveis para o exercício pleno da actividade política.

O Governo tem obviamente os seus próprios mecanismos de informação e actuação. Não espera por ninguém.

O Parlamento Regional sofre duma permanente e actualizada falta de informação interna em relação aos O.C.S da Região e do Continente.

Tem na dispersão geográfica, nalguma falta de mecanismos directos e imediatos de apoio em relação à sede e numa escassa e espaçada marcação de sessões plenárias, algumas das quais criando maiores dificuldades de funcionamento no que diz respeito à pronta e visível acção dos deputados regionais junto dos cidadãos, sejam eles eleitores ou não.

Parecerá pouco importante mas não é. Bem pelo contrário.

Muitas ideias falaciosas resultam de má consciência, deficiente informação sobre os órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores e, até, nalguns casos, duma visão primária dos que parecendo esclarecidos insistem em denegrir a imagem das suas instituições e de quem as representa.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Agora que se prepara a Revisão Constitucional e com ela, entre outros, o tão propalado reforço do Poder Legislativo Regional numa harmonizada e precisa redução da zona hipotética de conflitualidade entre o Estado e a Região e com a classificação do conceito de interesse específico regional, um maior resguardo de interpretações restritivas da competência legislativa regional, é exigível uma acção pedagógica que tarda em chegar à sociedade açoriana, primordialmente às escolas do mundo rural e urbano através de acções bio-bibliográficas consistentes e aproveitando duma forma geral a vocação regional e até autónoma dos serviços públicos de rádio e televisão, para estimular o conhecimento das populações.

É preciso um debate sério e aprofundado sobre o que representa esse Serviço Público no contexto universal da regionalização, da insularidade e da Autonomia.

Não podemos ficar à espera de regras impostas.

Ganhar a confiança participativa dos mais jovens, confirmar o sonho dos mais velhos.

Estamos a viver um novo ciclo da vida política em Portugal; aqui nos Açores de forma particular.

Nem melhor nem pior.

Uma fase diferente a suscitar enquadramentos e respostas também diferentes.

Gerações rejuvenescidas, personagens, estilos, comportamentos, novas respostas para alguns velhos desafios...

Não é aceitável que ainda hoje, a pretexto duma tirada de aplauso mais ou menos momentâneo e efémero, alguns altos e respeitáveis responsáveis, insistam em dizer aos jovens que foram **espoliados** durante os vinte anos de Autonomia, que inclui esse tempo pioneiro na lógica da liberdade de Abril, de luta, de conquistas e emancipação.

Desta forma e na ânsia de tudo recriminar, corre-se o risco de não distinguir **o bom do mau** e assim confundir sem explicações prévias os jovens alguns dos quais, à data, ainda não tinham nascido.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Assim se nega ingloriamente o trabalho dum povo!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Compreendo e até com alguma benevolência o espírito da Lei n.º 40/96, de 31 de Agosto, que regula a audição dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas em conformidade com a Constituição Portuguesa.

Se é verdade que compete aos órgãos de governo próprio dar parecer fundamentado no prazo de 15 ou 10 dias consoante a emissão do parecer, seja da competência respectivamente da ALRA ou do Governo Regional, em prazo mais dilatado previsto no próprio pedido de audição ou mais reduzido, em caso de urgência, não é menos verdade que os documentos têm chegado às comissões sempre com prazos limitadíssimos e em versão com carácter urgentíssimo, ou seja: "antes de ser já era", alguns diplomas, como por exemplo os sistemas de incentivo do Estado aos órgãos de comunicação social e/ou o controverso regime jurídico que cria as sociedades desportivas que há-de ajudar a revolucionar o futebol português.

É escusado destacar a importância da Região ser ouvida. Escusado também é dizer que esta forma, com esta sistemática metodologia de apenas "constar para calar" é a todos os níveis uma atitude pouco prezável que precisa de ser revista, sob pena disto ser tudo uma verdadeira mentira.

A tramitação actual em jeito de almofada mortiça sofre de escusada morosidade e o tempo de maturação para os deputados consultarem, reflectirem, discutirem e

votarem em nome da Região Autónoma dos Açores, é francamente diminuto e pode permitir a involuntária generalização de alguma ligeireza de apreciação que transforme um acto nobre em rotina despeitada.

E por falar nesta relação institucional com os órgãos de soberania, é oportuno referir que a Assembleia da República está a discutir o Projecto de Lei n.º 214/VII que autoriza a difusão de trabalhos parlamentares nas redes públicas e privadas de TV cabo, cujo relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, com as convenientes alterações, foi aprovado por unanimidade pelos quatro partidos nela representados.

Esse relatório sustenta posição em vários pontos, entre os quais o facto de **"a sua função de órgão representativo de pluralidade de opiniões políticas dos cidadãos, a Assembleia da República estar particularmente exposta à crítica fácil também porque, em paralelo, são confragedores os meios próprios de divulgação adequada de todas as suas actividades"**.

E diz mais o relatório da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias. **"Aceitar passivamente este estado de coisas e permanecer numa atitude e numa posição em nada consentânea na diversificação e generalização dos meios de informação é condenar porventura de forma irremediável a Assembleia da República a crescente incompreensão e desprestígio"**, lá como cá.

A Cabo TV Açoriana já afirmou, pronta e publicamente, a sua vontade e disponibilidade para vir a transmitir esse canal parlamentar e igualmente estendê-lo aos trabalhos da Assembleia Legislativa Regional, desde que sejam encontrados meios financeiros e físicos adequados para a transmissão do "sinal".

Esta oportunidade surge num momento em que é criado pelo Governo da República um Grupo de Trabalho sobre a Televisão, quando se reconhece e adivinha a necessidade de uma reestruturação das comunicações em Portugal, particularmente ao nível do audiovisual.

Alguns especialistas credenciados, estudiosos do fenómeno audio-visual, consideram que o "órgão de regulação do sector não funciona e os operadores

desrespeitam todos os comandos legais, como as leis da TV e Rádio, código de privacidade ou da Comissão Nacional de Eleições".

Uma situação classificada de doentia "que cria comportamento e reflexos anti-democráticos na própria sociedade, também ela em queda de motivação política devido aos efeitos desmobilizadores da informação televisiva" em Portugal.

Um caminho a ponderar rapidamente até para dar substância à rigorosa e esclarecida defesa que V. Ex.^a, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa Regional, fez da figura do "Deputado", na sua mensagem de Ano Novo.

E permita-me que o cite:

"O deputado será sempre, o retrato fiel, sem retoques, do verdadeiro rosto da sociedade e dos cidadãos que representa.

Como esta sociedade, acomodado ou incomodado. Como ela, passivo ou criador; como ela, protagonista ou simples figurante.

Como esta sociedade, preso ou não ao passado. Como ela, resignado ou não ao presente. Como ela, lançando ou não fontes para o futuro".

Para que o povo não diga instintivamente como aquele anónimo interrogado na rua para um programa da TV em que fui moderador:

"A Assembleia Regional?!"

É Senhor!

A Assembleia Regional é o governo a andar de avião, todo o dia, para trás e para a frente."

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para discordar frontalmente com a última parte da sugestão apresentada pelo Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Ainda ontem falou-se aqui por diversas vezes nas ilhas mais desfavorecidas.

Apresentar a sugestão neste Plenário de que a TV Cabo deveria ser subsidiada para transmitir em directo, ou de qualquer outra forma, o que se passa nesta Casa, é uma maneira redutora de pensar "AÇORES", é uma maneira redutora de pensar "AUTONOMIA", é uma maneira redutora de pensar "MUNDO RURAL".

Apelar para que o Centro Regional dos Açores da nossa televisão, esse sim, seja provido de meios financeiros, de mais e melhores meios técnicos, de melhores meios humanos (se tal for necessário) para transmitir desta Casa para todas as Ilhas dos Açores, até ao mais recôndito canto da Ilha do Corvo...

Deputados João Cunha e José Manuel Nunes (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... o que se passa aqui, isso sim, estamos de acordo, isso é pensar "AÇORES", é pensar que esta Região começa e acaba no mundo rural, passando também pelo meio urbano.

Muito obrigado Sr. Presidente.

Vozes da bancada do PS: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas algumas considerações sobre a intervenção que acabámos de ouvir e começo pelo fim.

Temos que reconhecer que com o andar do tempo, os nossos trabalhos cada vez mais têm sido transportados daqui para o exterior, isto na nossa opinião. Longe estão os tempos em que a Assembleia Regional quase não era falada pela comunicação social. Hoje, a situação é comparavelmente melhor do que não era há 4, 8 ou 12 anos.

Estou convencido que em todas as nossas ilhas, apesar de algumas críticas da comunicação social, hoje, os nossos trabalhos são mais respeitados pela população do que não eram há uns anos atrás.

Por outro lado, pensamos que este esforço tem que ser reconhecido e os trabalhos desta Assembleia têm que ser cada vez mais conhecidos, falados e transferidos daqui para o exterior. É importante que isto aconteça, mas para acontecer, é preciso fundamentalmente sedear e apoiar quem chega a todas as ilhas da Região.

Na nossa opinião, não faz qualquer sentido apoiar quem chega à cidade da Horta, à cidade de Angra ou à cidade de Ponta Delgada.

Estamos de acordo que a TV Cabo transmita todos os nossos trabalhos, mas vai ser apoiada para transmitir os nossos trabalhos quando essa TV Cabo chegar ao Corvo, às Flores, a Santa Maria, ao Pico, a São Jorge e à Graciosa.

Nesse dia, estamos de acordo que se apoie, porque aí sim, há possibilidade de ela chegar a todas as pessoas, apesar de que para isso todos tenham que pagar devidamente a respectiva taxa. No entanto, e apesar disso, eu julgo que se deveria apoiar quando ela chegar às 9 ilhas dos Açores.

Porém — e nós estamos de acordo com o Sr. Deputado Rui Pedro Ávila —, deve ser feito um grande esforço para incentivar e apoiar aqueles órgãos de comunicação social que hoje chegam a todas as nossas populações. É fundamental que esses órgãos de informação continuem a chegar e melhorem o seu trabalho. Nós temos que reconhecer que eles têm melhorado com o andar do tempo.

Por outro lado, existem dois aspectos que gostaria de focar em relação à intervenção do Sr. Deputado.

O primeiro, refere-se ao problema de estarmos a ser chamados todos os dias para pareceres.

Eu estou de acordo que este sistema que tem aparecido nos últimos três meses tem que ser melhorado, mas tenho que reconhecer que estamos muito melhor do que estávamos há uns meses, porque agora chega aqui o pedido e antes isso não acontecia. Esta Assembleia, bem ou mal, tem que se pronunciar, com apenas 2 ou 3 dias .

Nas Comissões em que participo tenho defendido que estes prazos têm que ser dilatados. Aliás, na conferência, o Sr. Presidente ficou incumbido de procurar fazer esforços no sentido de termos mais tempo para nos pronunciarmos. Longe vão os tempos, em que 1001 assuntos passavam pelo Governo da República e nós só

tínhamos conhecimento deles aqui depois deles serem publicados no respectivo diário.

Deputados Madruga da Costa e Humberto Melo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: O que temos que reconhecer aqui é que foi dado um salto positivo e depois disso este aperfeiçoamento é desejável.

Em segundo lugar, gostaria de referir o problema que o Sr. coloca aqui em relação ao contacto do deputado com o cidadão.

Aqui temos que reconhecer várias coisas.

Em primeiro lugar, o contacto do cidadão com o deputado não se faz através da comunicação social. Na nossa opinião, esse contacto tem que ser feito de uma forma mais directa.

Se temos que reconhecer que é possível que existam deputados com poucos contactos com a população, também temos que reconhecer que muitos deputados desta Casa de todas as bancadas, inclusivamente da sua, têm contactos directos, constantes, frequentes e diários com todos os cidadãos e não estou a referir apenas os seus eleitores. Isto talvez seja um benefício das ilhas pequenas, porque também temos que ter alguma coisa positiva.

Também é preciso reconhecer Sr. Deputado, que este Parlamento sob esse aspecto, talvez esteja muito à frente dos outros parlamentos nacionais, concretamente as Assembleias da Madeira e da República.

É provável que nesse aspecto estejamos muito mais próximos, que tenhamos contactos muito mais directos e muito mais positivos do que outros têm.

Deputado Mark Marques (PSD): Concordo plenamente!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados: De facto, o que os Srs. Deputados Rui Pedro Ávila e Paulo Valadao disseram, não coincide com o que eu disse.

Eu reafirmei a necessidade do Parlamento estar numa sociedade mediática a par daquilo que se vai fazendo noutros parlamentos, designadamente no debate que está a acontecer na Assembleia da República e onde hoje já se pensa fazer um canal de televisão à semelhança do que existe por esta Europa e nos Estados Unidos em

particular, ou seja, um canal directo sobre o parlamento. Isto faz parte do serviço público de rádio e televisão. É esse debate que é preciso trazer para sede própria, ou seja, para esta Casa.

Nós não vamos passar ao lado dos grandes debates nacionais, quando a nível regional, uma televisão por cabo já se disponibiliza para transmitir esse canal nos Açores e nós ficamos a pensar ainda no passado quando estamos a trabalhar precisamente numa sociedade mediática.

Eu não estou a recriminar nada do passado, nem estou a dizer que não se deve contactar os cidadãos, nem que se deve transferir para os órgãos de comunicação social o contacto que é feito ilha a ilha, porta a porta, com o mundo da actividade social, empresarial, no fundo, com os cidadãos.

O que estou a dizer é que não devemos ficar aquém do debate que se está a fazer a nível nacional.

Quanto às Comissões, é muito importante que os prazos e as leis existam. A morosidade dos documentos, alguns dos quais por vezes poderemos pensar que são pacíficos, impede-nos de termos tempo para analisá-los. São documentos que têm a ver com a Região Autónoma dos Açores e nos quais deveremos dar participação activa ouvindo muitas vezes esses parceiros sociais. Deste modo, não temos tempo para confirmar e dar a opinião da Região Autónoma dos Açores.

Precisamos mudar um estado de coisas, actualizarmos e acompanharmos essa permanente actividade e o debate que já está feito além da sede desta Casa.

Eu estou a alertar para que o debate sobre o serviço público de rádio e televisão chegue às escolas simultaneamente através de livros, daí eu ter falado numa atitude bio-bibliográfica, explicando o que é os Açores para não se pensar que é uma questão de governação apenas.

Poderemos perder as gerações futuras se não definirmos neste momento o que é a autonomia no tempo presente, no novo ciclo e naquilo que se chama na "vida actual da sociedade açoriana".

Estamos a pensar em termos de futuro, portanto, temos que acompanhar esse futuro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Eu penso que temos que olhar para o futuro, mas não devemos olhar para ele fazendo "tábua rasa do passado".

Efectivamente, temos que reconhecer que tem sido feito um grande esforço, no sentido de que os trabalhos que aqui se passam ultrapassem estas paredes. O mérito não é meu. Aliás, um dos homens que teve mérito nisso conjuntamente connosco, foi o Sr. Deputado da sua bancada Humberto Melo, que trouxe aqui estudantes de todas as escolas.

Eu estou convencido que a vinda aqui de estudantes de todas as escolas, permitiu que em todas elas se falasse naquilo que se passou. A comunicação social também falou alguma coisa do assunto, pelo menos alguma comunicação social, outra passou despercebida.

O extravasar lá para fora, tem sido feito, mas há que fazer mais e julgo que estamos todos de acordo.

Falou-se o ano passado que sessões como aquela deveriam continuar.

Eu estou convencido que elas têm mesmo que continuar e que vão continuar. Isto é uma maneira de se pensar em Autonomia, em Assembleia, em órgãos próprios da Região, lá fora, na juventude, nas escolas e em toda a parte.

Em relação aos pedidos de parecer, há um aspecto que julgo fundamental ser reconhecido, ou seja, entre o não recebermos pedido de parecer para muita coisa que deveríamos receber e o facto de estarmos agora a receber catadupas de pedidos de parecer, é um passo que temos que reconhecer como um avanço importantíssimo, um avanço que tem 2 ou 3 meses, segundo creio, que tem muitas falhas e que tem que ser melhorado.

Há que reconhecer que o trabalho que hoje está perante nós, é um trabalho infinitamente melhor em função dos pedidos que aparecem, do que era há alguns meses apenas.

Que esse trabalho tem que ser melhorado, tudo bem!

Que esses prazos têm que ser dilatados, muito bem!

Mas o primeiro passo já foi dado e julgo que foi o mais difícil, ou seja, convencer os órgãos do Estado de que esta Assembleia existia e que ela deveria ser ouvida e penso que isso foi conseguido.

Este foi o primeiro passo, mas é importante que se dêem outros.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Sidónio Bettencourt.

Deputado Sidónio Bettencourt (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Tudo o que os Srs. Deputados Paulo Valadão e Rui Pedro Ávila pedem para reconhecer, já está reconhecido no meu texto.

É óbvio que como os Srs. Deputados não têm a minha intervenção, talvez vos tenha passado despercebido isso. Mas antes de eu fazer uma sugestão no sentido de se fazer uma reflexão ou um debate necessário que é preciso na actualidade, reconheci a importância desses aspectos.

Isso está no meu texto.

Portanto, só estamos a corroborar as mesmas ideias numa tentativa de reconhecimento, pedagogia, aprofundamento e caminhar em frente sem perca daquilo que se conquistou no passado.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, se me permitem, gostaria, em nome da Mesa, abordar muito rapidamente dois assuntos que aqui foram referidos e que ontem foram objecto de alguma reflexão por parte de um Sr. Deputado neste plenário.

O primeiro, diz respeito a uma questão que se relaciona com as audições que nos chegam com frequência, ao ritmo de duas e três por semana — não fiz a média rigorosamente, mas é natural que o ritmo seja mais ou menos este — e com prazos bastante curtos, sendo algumas vezes acompanhadas de pedidos de muita urgência, porque o diploma tem que ser apreciado pelo Governo. Não nos esqueçamos que são diplomas deste órgão que vêm a um ritmo de um governo e não ao ritmo de um parlamento. O Governo é uma instituição que funciona todos os dias, tem poder legislativo e exerce-o diariamente, enquanto que esta instituição, embora tenha poder legislativo, não funciona todos os dias, tendo a tradição de funcionar apenas de tempos a tempos.

Essa problemática global tem sido reflectida pelos membros da Mesa a todos os níveis, ao nível dos contactos informais, da Região, dos órgãos da Mesa da Conferência de Líderes, a nível dos deputados da República, ou seja, no contacto que tivemos com eles, e entendemos que há aspectos de resposta política que devem ser dados.

Existe a ideia de tentar fundamentar melhor esses pareceres que se associem com a rapidez possível, com a rapidez de resposta que é exigível.

Tudo isto está recentemente pensado pelos Deputados da Assembleia da República e pelo Deputado do Parlamento Europeu, e eu falei aqui no primeiro dia numa medida que nos permite encurtar o tempo que a Assembleia precisa para fazer chegar às mãos de cada um dos deputados os documentos que chegam a esta Assembleia.

Portanto, vai ser montado um sistema de correio electrónico para que isso aconteça. O que hoje acontece no prazo de um dia, no futuro acontecerá apenas com o prazo de algumas horas. É aquilo que de imediato poderemos fazer nesta Assembleia.

Outro assunto que me ocorreu agora diz respeito a uma reunião da Mesa com os presidentes das comissões, para analisarmos em conjunto essa problemática e adaptarmos o nosso tempo de resposta à exigência governamental. É uma reunião que ainda não foi feita, mas que se pode fazer rapidamente.

Eu estou convencido que uma das soluções — inclusivamente pensou-se em várias soluções, quer nas conversas da Mesa, quer na Conferência de Líderes, porque a criação de uma comissão permanente não era a melhor solução — é a criação de sub-comissões que em nome das comissões, possam dar essa resposta mais rápida. Essas sub-comissões, preferencialmente, serão constituídas por deputados da mesma ilha que, por contacto telefónico, darão uma resposta rápida e sublinho **rápida**.

Eu tenho a convicção que existem alguns aspectos desse circuito (Governo/Ministro da República/Assembleia Regional), que podem ser encurtados com a intervenção da Mesa, quer junto do Governo da República, quer junto do Sr. Ministro da República. Essa diligência também está pensada e vai ser feita.

O que me parece que neste momento seria possível fazer — e os Srs. Deputados referiram muito bem esse assunto — era trazer esta matéria à reflexão. A reflexão

está sendo feita, algumas decisões já foram tomadas e o esquema terá que ser inevitavelmente melhorado.

Há possibilidade de melhorar e estão a ser feitos esforços nesse sentido.

Em relação à participação da escolas e da presença da Assembleia junto da população, é nosso entendimento que a Assembleia também aí tem que fazer um esforço. Foi sublinhado um aspecto desse esforço, o qual vai ter continuidade, ou seja, a presença de alunos das escolas nesta Assembleia.

Já foi decidido na conferência de Líderes ontem, que se vai repetir na sessão de Setembro, uma sessão em que participarão os alunos das escolas, à semelhança daquilo que felizmente foi iniciado o ano passado, mas que será complementado com a temática própria deste ano, ou seja, "a droga".

Nessa mesma sessão eles terão um complemento de um trabalho feito pela própria Assembleia. Portanto, além da Assembleia funcionar como assembleia dos jovens dos Açores, funcionará como uma Assembleia normal em que eles assistirão a uma sessão em que a partir de um relatório da Comissão de Juventude e Assuntos Sociais, realizar-se-á um debate sobre a droga pelos deputados.

Há também a ideia que é necessário adoptar um esquema semelhante ao Parlamento Europeu para se trazer a esta Assembleia a presença habitual de pessoas em todas as sessões, como por exemplo, escolas, instituições de parceiros sociais, etc.... Este é um esquema que também ainda não está montado, mas pensa-se nele como uma necessidade de aumentar este contacto da instituição com a população.

Não me vou alongar mais, mas gostaria de focar estes dois aspectos que foram aqui referidos e muito bem.

Espero que continuem a ser referidos, que o debate continue para que a mudança se faça cada vez melhor e o mais rapidamente possível, a bem desta instituição e dos açorianos que dela muito esperam.

Posto isto, continuaremos com as intervenções de interesse Político Relevante. Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Herberto Rosa.

Deputado Herberto Rosa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretário Regional:

Todos reconhecemos por certo a enorme importância que as telecomunicações assumem no mundo de hoje, importância que, no caso de uma região arquipelágica como os Açores, é reforçada pela descontinuidade territorial.

Este reconhecimento está claramente expresso no Programa do VII Governo Regional, onde se pode ler que **o desenvolvimento dos Açores cada vez mais exige comunicações fiáveis e de qualidade que permitam unir e ligar as ilhas com o resto do mundo.**

São princípios que já começaram a assumir expressão prática através das diligências do Presidente do Governo Regional junto da TELEPAC, com vista a ser garantido o acesso à INTERNET, a custos de chamada local, independentemente da ilha ou concelho onde o acesso tenha origem.

Princípios que não serão também alheios à decisão da Mesa desta Assembleia de analisar a possibilidade de algumas reuniões das comissões serem realizadas através de video-conferência e de promover a instalação de equipamento informático actualizado que possibilite a comunicação entre esta Casa e as suas Delegações nas restantes ilhas.

A dura realidade dos factos leva-nos, entretanto, a concluir que neste campo, como já aconteceu em muitos outros, estamos a caminhar para a criação de dois arquipélagos.

Um arquipélago que felizmente parece em condições de seguir a par com as novas tecnologias, onde são já comuns as redes telefónicas digitais, onde se podem visionar todos os canais de televisão nacionais e onde é possível aceder às auto-estradas da informação. E um outro arquipélago onde existem populações que sempre que se verificam cortes no fornecimento de energia eléctrica, ficam privadas das comunicações telefónicas; onde muitas vezes se levam horas para conseguir passar um fax, com enormes perdas de tempo, dinheiro e paciência; onde a maior parte das vezes que se pretende utilizar os caixas multibanco se recebe uma mensagem que nos diz para nos dirigirmos à caixa mais próxima, por acaso sempre localizada em outra ilha; onde amiúde se torna impossível fazer uma reserva de transporte aéreo porque o sistema caiu; onde já leva meses que a onda média da RDP/Açores está silenciada e os emissores de FM estão com tosse persistente; onde

as emissões da RTP/Açores são absolutamente precárias, com uma imagem péssima e um audio cheio de ruídos simplesmente insuportáveis.

É a este outro arquipélago que pertence a ilha das Flores.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Começa agora a falar-se da criação do canal do Parlamento e da sua transmissão e distribuição através da televisão por cabo.

A necessidade de divulgação do trabalho desenvolvido pelos deputados com assento nesta Câmara, especialmente agora, quando se pretende que a Assembleia Legislativa Regional passe de facto a ocupar o lugar que por direito lhe pertence como principal órgão da Autonomia, é para nós um dado inquestionável.

Importa, contudo, esclarecer se essa divulgação irá abranger 3, 4, 7 ou 9 ilhas, sabendo-se que a publicitação dos trabalhos aqui produzidos é importante, sobretudo nos meios rurais e nas ilhas mais afastadas dos principais centros de decisão, ilhas onde o acesso à informação é obviamente muito mais limitado.

Sejamos claros. Não é despiciendo saber se o canal do Parlamento se vai destinar a todos os açorianos, ou se terá como alvo apenas as populações citadinas, porque a ser assim, tratar-se-á de uma opção discriminatória e manifestamente insuficiente, podendo legitimamente questionar-se se o dinheiro a investir em tal projecto, por certo verbas avultadas, não poderá ser melhor aproveitado na implementação de projectos que promovam a melhoria das comunicações nas ilhas menos evoluídas tecnologicamente. O que passa por algumas medidas tão simples, como a instalação de geradores eléctricos em algumas centrais telefónicas, só para dar um exemplo.

É tudo afinal uma questão de prioridades e de igualdade de direitos, o que nos leva à questão do cabo de fibra óptica.

A informação de que dispomos, diz-nos que não está prevista a chegada do cabo às ilhas do Grupo Ocidental, sendo substituído por uma ligação via satélite.

Tanto quanto sabemos, esta solução vai implicar menor velocidade e pior qualidade nas comunicações, devido às frequências utilizadas e ao número de canais disponíveis, havendo também que contar com o que se designa por eco do satélite.

E mesmo a alegada vantagem em termos de custos, que é sem dúvida um dado a ter em conta, também suscita algumas dúvidas, dada a grande diferença do tempo de vida útil previsto para cada um dos sistemas.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Secretários Regionais:

Esta intervenção é um grito de inconformismo contra o preconceito de que, não se sabe bem porquê, é sempre mais difícil fazer as coisas na ilha das Flores.

Foi assim com a construção do porto, foi assim com a implementação do ensino secundário, continua a ser assim com a realização de voos da SATA ao fim-de-semana.

Foi assim durante os últimos vinte anos com estas e outras coisas. Este é o tempo certo para dizer basta.

Porque para nós não faz sentido pedir a solidariedade de Lisboa ou de Bruxelas e depois praticar a discriminação entre as ilhas, construindo uma Região que nas comunicações, como em tudo o resto, caminhe a duas velocidades.

A solidariedade tem que, antes de mais, começar em nossa casa, assumindo desde logo os governantes, como verdade insofismável, o direito de todos os açorianos poderem beneficiar do progresso, do bem-estar, do desenvolvimento, independentemente da freguesia, do concelho ou da ilha onde vivam e trabalhem.

Disse.

(Aplausos das bancadas do PS, Governo e PCP)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Hoje, não tinha em mente fazer qualquer intervenção. Todavia, na sequência de uns assuntos que tratei ontem na minha intervenção e na sequência, inclusivamente, de um contacto que tive com uma organização agrícola nesta ilha, não poderia deixar de trazer a este plenário, alguma explicitação de uma das escritas que fiz.

Se os Srs. Deputados estão bem lembrados, eu falei sobre o problema da ajuda especial dada às forragens e à importação das mesmas para a alimentação de animais.

Na altura, fui profundamente crítico relativamente à forma como ela foi criada e o regime de apoios que também foi criado, na medida em que se o que se pretendia era apoiar os lavradores, fazia mais sentido que o Sr. Secretário fizesse lateral ou alternativamente um processo fortemente transparente e que permitisse escolher a entidade ou entidades, que fizessem esse transporte para que a lavoura fosse beneficiada, porque é isso que se pretende, ou seja, que ela seja beneficiada com essa ajuda.

Devo dizer com toda a franqueza que após a reunião realizada ontem com a Associação Agrícola do Faial, no mínimo acho estranho que essa associação tenha o acesso ou a possibilidade de ter dois preços diferentes da mesma matéria ou de matérias diferentes, mas com o mesmo subsídio, em clara desvantagem com todos os outros lavradores desta Região.

Alegam que não estiveram presentes numa das reuniões quando se tratou do estabelecimento das quotas para a importação; alegam que não sabem qual é a quota de importação para a Ilha do Faial, criando assim uma desvantagem, muito grande na medida em que se importassem por um canal, por uma via, ou por uma Associação chegava cá por 31\$00 o produto, e se importassem por uma outra chegaria cá apenas por 24\$00, enquanto que para as Ilhas da Terceira e São Miguel os lavradores vão ter um preço completamente diferente desse.

Isto é a prova provada de que um sistema destes não pode funcionar, porque não é legítimo inclusivamente que se efective, porque a preocupação era fazer essa importação por via das associações agrícolas e este foi o grande argumento apresentado pelo meu substituto quando levantou este problema. "Ou há moralidade ou comem todos" — não pode ser.

No entanto, — e este foi um dos casos com que fui confrontado ontem e que tenho que trazer a este plenário, tendo que indagar o responsável do sector governamental sobre isto — gostaria que o Sr. Secretário me explicasse como é que se justifica estarmos perante uma situação como a que nos foi indicada, isto é, não fossem os

lavradores do Faial procurar uma alternativa, uma vez que estariam a olhar potencialmente para uma penalização relativamente aos agricultores da Ilha Terceira e de São Miguel na mesma matéria, com o mesmo subsídio, na ordem precisamente em 7 a 11\$00 por quilo.

Meus amigos, isto é inaceitável, inadmissível e exige-se sobre esta medida — eu sei que não é possível agora, temos que conseguir figuras regimentais necessárias para isso Sr. Presidente, porque isto é uma medida pontual e vai terminar dentro de muito pouco tempo — que se justifique perante este plenário como é que isto é possível.

Muito obrigado.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais:

Em primeiro lugar, permitam-me que faça uma saudação a um grupo de dirigentes da Associação de Agricultores da Ilha do Pico, presentes nesta Sala de Plenário.

Deputado Victor Cruz (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Longe parece já estar o acto formal da tomada de posse deste Executivo, dia memorável em que novos protagonistas assumiram a árdua tarefa de governar os Açores.

Longe parecem também os sonhos que tantos açorianos queriam ver inscritos na sua vida terrena.

Terminou o tempo da observação distanciada de um governo em plena hibernação.

Mas é verdade! Os tempos também não ajudaram os simples mortais a iniciarem a sua vida política com o rigor de quem com missão cumprida após missão cumprida vê os açorianos satisfeitos com as novas orientações governativas.

Mas uma boa parte dos açorianos já começa a interrogar-se se valeu a pena esta opção de mudança.

Pese embora estas vontades já expressas, o PSD aqui estará para energicamente fazer cumprir o prometido, porque se algo mudou no discurso algo tem de mudar na actuação.

Graças às inspirações continentais do diálogo pelo diálogo, o povo espera grandes mudanças.

Mas a Bíblia está escrita, os princípios apresentados, as vontades registadas e os executores escolhidos. Resta agora observar a acção, valorizar a coerência com o prometido, contestar a contradição, a desculpa permanente e a tendência contagiante das referências ao passado.

Os açorianos não votaram pelo passado, votaram sim pelo futuro e querem ver o progresso anunciado nas suas vidas familiares e profissionais.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: **Com todas estas considerações de carácter geral é bom situarmo-nos no sector agrícola, pelos vistos um dos melhores exemplos das contradições entre princípios e práticas, entre a palavra mediática e a realidade dos factos, entre a vontade de fazer do dia 13 de Outubro e a paralisia contagiante da actualidade.**

Na Agricultura não se decide. Na Agricultura espera-se, com o argumento sempre presente do Governo da Calamidade.

Os Açores também viveram, em termos agrícolas, maus momentos.

Ao contrário do que eventualmente poderá ter sido apreendido pelos açorianos em geral, as consequências das últimas intempéries não tiveram repercussões apenas no concelho da Povoação e na Ilha das Flores. Estenderam-se por todas as ilhas da Região e no caso da Ilha de S. Miguel afectaram todos os restantes concelhos.

Quanto às repercussões na Agricultura é importante que se refira que face à intensidade das intempéries, as consequências seriam idênticas se o mesmo acontecesse em outras regiões.

No sector agrícola os problemas situaram-se em duas áreas distintas: por um lado com os estragos causados ao nível das pastagens e por outro com a séria danificação dos caminhos de acesso às explorações.

Há, face à declaração de calamidade pública, plenas possibilidades de recuperação das infraestruturas destruídas, recorrendo a financiamentos Comunitários e resolvendo assim, com carácter definitivo, as debilidades existentes nos caminhos agrícolas.

A extensão dos estragos nessa área e a urgente necessidade de os resolver, obriga à utilização de recursos humanos e materiais privados, pois não é possível satisfazer essas necessidades recorrendo apenas aos meios disponíveis do Governo Regional.

Os caminhos agrícolas, apesar de vulgarmente designados de caminhos secundários, apenas assim o são considerados pelos que não têm necessidade de neles circularem diariamente, e a atenção que lhes deve ser dispensada precisa de ser a mesma daquela que é dirigida às restantes vias públicas.

Neste sentido é fundamental o entendimento entre Governo e Autarquias, mobilizando assim todos os meios disponíveis.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Fossem apenas estas as preocupações, de momento, da Agricultura dos Açores e nada nos moveria a tecer sérias considerações sobre a actuação da Secretaria Regional da Agricultura dos seus princípios fundamentais e da postura do seu titular.

A ausência de decisões é visível.

A preocupação na nomeação de novos titulares para os designados cargos de confiança política, aliás legítima, poderá começar a assumir os contornos de obsessiva perseguição, abandonando o critério da escolha pela competência para o desempenho das funções a desempenhar.

A Agricultura paralisa quando os que agora assumem funções necessitam preparar-se e os que aguardam a sua saída estão coibidos de tomar decisões.

Tudo pára. Nada se resolve.

O Governo do Partido Socialista tem todo o direito de preparar o seu Plano de Investimentos para os próximos quatro anos, formular as suas opções de política agrícola, a discutir no seu devido tempo.

Não pode é demitir-se de tomar decisões que apesar de conjunturais, são imprescindíveis para o funcionamento da economia agrária.

Quando em nome dos deputados do PSD se diz estarem atentos às decisões que infelizmente não foram assumidas durante estes três meses. Que foi preciso dar tempo ao tempo, mas estando no terreno a observar atentamente as medidas para resolver os problemas estruturais e conjunturais, como é possível daí depreender, como disse o Secretário Fernando Lopes, que os deputados do PSD apesar de

discordarem de algumas medidas conjunturais, concordam com as medidas estruturais deste governo.

Quanta afirmação gratuita para fazer pensar que se decide.

Como seria possível que alguém concordasse com as medidas agrícolas estruturais deste governo se ele ainda não assumiu nenhuma?!

A Agricultura açoriana vive actualmente as consequências de um conjunto de comportamentos do titular da pasta do sector, publicamente assumidos, inaceitáveis, constituindo um autêntico atentado aos princípios acordados no programa do governo socialista.

Repare-se, a exemplo, o comportamento do Secretário Regional no relacionamento com as associações agrícolas e com os agricultores.

Iniciou-se muito mal não recebendo um grupo de produtores de batata, em São Miguel, que aflitos com a situação do mercado, foram rejeitados ao diálogo nas próprias instalações da Secretaria Regional.

Onde estarão os princípios?!

A propósito de princípios, a propósito de diálogo, a propósito de igualdade de tratamento, dizia nesta Casa outrora, mas já Secretário Regional de Agricultura e referindo-se às organizações de produtores e cito: " Havia filhos e enteados, agora já não há filhos nem enteados para este governo. Todas as Associações são tratadas de forma igual, independentemente de quem esteja a presidir, quer goste do Secretário quer não goste. Isso para mim é perfeitamente indiferente ... São todos iguais e pretendo falar com todos — dizia assim Fernando Lopes.

Mas que forma de dialogar será?

Trata-se de um verdadeiro propósito institucional que nada tardou a cair por terra. Repare-se, pois, na forma como acaba de ser tratado o Presidente da Associação de Agricultores da Ilha Terceira, afirmando que "este recebeu ordens do seu partido para fazer oposição ao Secretário, não sabendo distinguir o seu cargo do lugar partidário que ocupa".

Pelos vistos o Secretário Fernando Lopes esqueceu o lugar institucional que ocupa e logo se afirmou como o Secretário para o eleitorado socialista.

Como é possível aceitar esta ausência de respeito pelas organizações de agricultores cujos dirigentes, quer queiramos quer não, são eleitos pelos seus associados?!

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Nesta verdadeira senda de diálogo e determinação, o Secretário da Agricultura afirma em reunião do Conselho Regional de Agricultura que se abaterão as 1340 vacas brucélicas identificadas até Janeiro. Que assim se resolvam, pois faltam poucos dias para o mês terminar.

Quanto à erradicação desta doença, Fernando Lopes foi frontal. Fixou o prazo de duas semanas para se encontrar uma solução de consenso, pois se tal não acontecesse os lavradores teriam de assumir as consequências.

Estava-se então a 29 de Novembro de 96.

Continuando sem agir, o Secretário Regional é chamado a intervir na Ilha de S. Jorge por solicitação das associações agrícolas no abate de vacas, garantindo a sua retirada até ao final de Dezembro, depois no início de Janeiro, mais tarde na primeira semana de Janeiro e ainda depois até 15 de Janeiro. Mas nada ainda aconteceu.

Apesar de tudo isso, as entrevistas sucedem-se para reafirmar o que está escrito mas não é prática política e volto a citar:

"A Secretaria Regional de Agricultura, Pescas e Ambiente **pôs em aplicação** um conjunto de acções que se desenvolverão ao longo desta legislatura, visando a criação de um mercado sustentável para a carne açoriana".

Pergunto onde, quando e como?

Como é possível assim afirmar quando cada semana que passa os Açores perdem posição no mercado da carne, perdem clientes. O que custará para recuperar o mercado perdido e o esforço promocional da carne efectuado no passado, prejudicando agora os produtores e os exportadores?!

Deputado Duarte Freitas (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Continua a ser publicamente afirmado que de nada serviu a intervenção efectuada anteriormente. Esquece-se simplesmente que foram exportadas mais de 20.000 cabeças por via da intervenção regional, o que nas condições adversas do mercado não teria acontecido.

É bom que, de uma vez por todas, se perceba que ao mesmo tempo que se preparam as medidas estruturais, os mercados continuam a funcionar e os agricultores a produzir e o seu rendimento não pode estar em risco.

Estes são exemplos que reflectem a ausência de decisão do Secretário Regional.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Na Agricultura:

Espera-se que o Secretário Regional termine as novas nomeações;

Espera-se que acabe as visitas aos departamentos da sua Secretaria;

Espera-se que estude o impacto na economia regional das medidas até agora em vigor;

Espera-se que decida dar orientações aos já nomeados;

Espera-se que o preço da carne suba;

Espera-se que os produtores de carne se organizem;

Espera-se que os produtores de batata planeiem as suas produções;

Espera-se que os lavradores da Povoação coordenem os trabalhos de máquinas na recuperação dos caminhos agrícolas;

Espera-se também o cumprimento das mais elementares promessas socialistas.

Em Setembro passado, o Secretário de Estado da Agricultura, Capoulas Santos, apresentando-se acompanhado por Fernando Lopes junto de produtores, responsabilizava o Governo Regional anterior por não ter resolvido a atribuição de quotas leiteiras aos produtores que aguardavam aprovação dos seus projectos de investimento. Aliás, fazia transparecer que a solução era meramente administrativa e comprometia-se a resolvê-la de imediato.

Passados quatro meses destas afirmações, permanecem sem aprovação mais de 100 projectos, aguardando a tão facilitada atribuição de quotas.

Com a crítica sempre pronta à actuação do governo anterior quanto ao atraso dos financiamentos à Agricultura, não se percebe como é que mais de 200 projectos aguardam a reunião da Sub-Unidade de Gestão do Feoga para a sua aprovação.

Com todos estes problemas, o Secretário de Agricultura acaba de publicamente afirmar que só atribuirá apoios aos agricultores que os merecem.

Como é possível condicionar a concessão de subsídios aos agricultores, ao critério pessoal e moral do merecer ou não merecer?!

Terá isso a ver com o tratamento de igualdade e transparência anunciado?!

Falamos apenas de decisões pontuais, decisões tidas como administrativas.

O que não será quando chegar a hora de pôr em prática uma "nova" política agrícola regional.

Este é o perturbador percurso do sector agrícola e do seu titular político nos primeiros meses de governação.

Com estes primeiros passos é fácil antever o futuro próximo da gestão do mais importante sector da nossa economia.

O Presidente do PSD Açores tinha razão quando afirmou que este governo socialista havia paralisado a Agricultura nos Açores. E não estava sozinho.

Disse.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

"Longe vá o agouro", Sr. Deputado António Almeida!

Tanto tempo que o Sr. passou aqui calado sem criticar a falta de medidas de fundo que este Governo em tão pouco tempo já tomou.

É o Sr. que o reconhece, quando diz aqui que este Governo já apresentou medidas estruturais. Ainda bem que o reconhece nesta Casa e no exterior, porque, de facto, este Governo não quer adiar crises. Quer ir ao fundo dos problemas e resolvê-los.

Este Governo paralisou?!

Este Governo está trabalhando desde o primeiro dia!

Este Governo, por exemplo, de acordo com as organizações de produtores, montou uma operação de importação de alimentos para gado — isto nem sequer é uma

medida de curto prazo — com o efeito sobre os preços desses alimentos aos produtores, claramente benéfico, diversificando aqui a oferta de alimentos, ou seja, possibilitando aos agricultores a escolha entre a utilização de luzerna e a utilização de rumifibra.

Isso foi feito para responder a uma circunstância excepcional, isto é, a destruição de pastagens no seguimento dos temporais, e foi feito de uma forma transparente com todas as organizações envolvidas.

Foi feita aqui uma pergunta, ou seja, porque é que o preço é diferente para a luzerna e para a rumifibra?

Pura e simplesmente, no caso da luzerna estamos a tratar de alimentos que são importados a granel.

Quando o granel chega a um determinado porto, para ser reenviado para outro porto, ele tem que ser ensacado e pago o transporte.

Quero frisar nesta Casa, porque é do conhecimento de todas as organizações envolvidas, que eu propus às mesmas que esse subsídio fosse diferenciado para todas as ilhas, ou seja, que os produtores das Flores recebessem mais do que os produtores de São Miguel.

Foram as organizações da lavoura que não aceitaram essa proposta, porque na altura disseram "então, vamos ter preços e subsídios diferentes por ilha?".

E a minha resposta foi esta: "Sim Sr., porque os custos são diferentes".

Mas eles não aceitaram e neste caso aplicou-se o mesmo critério usado o ano passado, ou seja, 12\$50 por custo de transporte independentemente da ilha.

A Federação, em representação das diversas ilhas, e as organizações da lavoura da Terceira e de São Miguel, aceitaram essa proposta.

Além disso, deu-se uma ajuda excepcional ao rendimento, para permitir baixar, neste momento de crise, o preço e dar um apoio ao rendimento e isso está a ser reflectido nos preços que são praticados.

Presidente: Sr. Secretário, agradecia que procurasse terminar.

O Orador: Meus Senhores, há medidas conjunturais que estão a ser tomadas, mas sobretudo, estão a ser tomadas medidas de fundo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para pedir um esclarecimento sobre esta matéria.

Quero que fique claro que nas minhas intervenções de ontem e de hoje, eu não discuto a medida em si.

É evidente — e julgo que ninguém aqui dentro o discutiria — que por força dos temporais e tendo as pastagem sido afectadas, tem que ser dada uma ajuda a uma importação extraordinária que tem que ser feita obviamente com matéria seca. Até aí estamos todos de acordo.

O que questiono e que provoca exactamente este tipo de situação e que é inevitável provocá-la — porque depois vai haver uma associação "A" que foi convocada ou que não se revê na Federação, ou há uma que esteve ou outra que não esteve, conversou ou não conversou, pôde ou não, entendeu isto mas não entendeu aquilo — a realidade dos factos é que, por muita boa vontade que haja subjacente a esta medida (e eu não a discuto), ela depois pode ser muito pouco transparente.

Se o objectivo era, tal como o Sr. Secretário disse, o apoio ao rendimento à lavoura, a melhor maneira de o fazer era dar o subsídio directamente ao lavrador.

Posso dizer-lhe com toda a franqueza, e inclusivamente noutro campo, que quando houve a situação dos sinistrados na Ilha Terceira, o apoio não foi dado aos intermediários que vendiam os materiais de construção.

Estabelecia-se o montante do que é que cada pessoa poderia ter, ela própria fazia as suas compras, apresentava as diversas requisições aos serviços e recebia o dinheiro. Aí verifica-se o apoio ao rendimento directo.

Se assim não for, se utilizarmos o regime de importações, verifica-se logo o problema das quotas, ou seja, como é que se estabeleceu a quota de 8.000 toneladas para a Região e como é que ela foi distribuída por ilhas?

Agradecia que me esclarecesse isto, nomeadamente no caso em apreço. Já sabemos como é a quota da Terceira e em princípio a de São Miguel, mas sinceramente gostaria de saber qual a quota específica que foi definida para o Faial.

A segunda questão que gostaria de colocar é a seguinte:

Se eram para ser dadas às associações de produtores, digo-vos com toda a franqueza, que deveria ter sido dada à Federação na sua totalidade e parece-me que seria óbvio que isso traria benefícios de negociação e de economia de escala para um produto normalizar e ser feito de uma vez só. Alternativamente, deveria ter sido feito o apoio ao produtor.

Julgo que isto é linear, e até posso estar enganado Sr. Secretário, mas a noção que tenho e muito claramente é a de que este assunto vai "ventar", vai continuar aí e depois vão surgir discussões para saber quem é que recebeu isto, quem é que recebeu aquilo, porque é que a quota "A" foi dada a este e a "B" foi dada àquele, ou então porque é que associação "A" está a importar para 3 ou 4 ilhas, enquanto deveria estar a importar só uma, para duas ou para três.

Entretanto, como há produtos diferentes aqui e maneiras diferentes de os importar, evidentemente que surge um problema de transferência de preços com a qual não chegamos a lado nenhum com ela.

Era escusado termo-nos metido nisto, na medida em que o que pretendemos é apoiar o lavrador e salvo erro isto não é uma medida excepcional de apoio às associações.

Na minha opinião, este esclarecimento é importante e agradecia que o Sr. Secretário o prestasse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Fico espantado com a forma demagógica como se fala neste plenário em agricultura, nomeadamente a forma como o Sr. Deputado António Almeida joga com as palavras e deixa aqui a sensação de que a agricultura está mal com o Governo do PS, não se verificando o mesmo em relação ao Governo do PSD.

Eu penso que se dissermos que a situação agrícola no sector, em termos financeiros, é fácil para o Governo do PS, estou a mentir. Não é fácil.

A agricultura nos Açores está condicionada pela política que foi implementada pelo Governo do PSD e, inclusivamente, até poderá estar paralisada.

Sendo assim, gostaria de trocar aqui alguns números que já foram focados, mas que queria reforçá-los, que se referem ao segundo Quadro Comunitário de Apoio que começou em 94 e que termina em 99.

Neste Quadro estava contemplada uma verba de 24,9 milhões de contos.

Como o Sr. Secretário ontem disse, a campanha de 92 — no sector agrícola — do PSD foi paga com cerca de 6 milhões de contos.

Em 96, voltou-se a fazer investimentos consideráveis no sector, devido à campanha eleitoral de 96, e a 31 de Agosto desse mesmo ano estavam gastos, mais décima menos décima, 17,8 milhões de contos.

Se acrescentarmos a isto os compromissos com as indemnizações compensatórias em 97, 98 e em 99, dá mais 3,9 milhões de contos, o que totaliza qualquer coisa como 21,7 milhões de contos.

Se fizermos aqui a diferença, há qualquer coisa como 3,2 milhões de contos disponíveis.

Isto significa que em apenas metade do tempo em que está a ser implementado o segundo Quadro Comunitário de Apoio, em cerca de 45% do tempo, este Governo conseguiu gastar cerca de 87% dos recursos financeiros.

Se em metade do tempo gastou 87% dos custos financeiros, como é que nos próximos 3 anos é possível, com apenas 13% desses recursos, continuar a investir no sector agrícola como se investiu até aqui?!

É esta demagogia que não se percebe!

Deputado Madruga da Costa (PSD): São 40 milhões!

O Orador: Para além disso, a questão dos projectos que aqui tem sido muito falada — ontem tentei dar uma explicação, mas talvez não fui muito claro — e a postura eleitoralista que o Governo do PSD utiliza, condiciona muito as explorações agrícolas do ponto de vista financeiro, porque muitas vezes os agricultores eram obrigados a investir não quando necessitavam, mas quando o PSD possibilitava esse investimento.

Houve variadíssimos casos em que as pessoas não estavam interessadas em fazer o investimento, mas fizeram porque era uma questão de "é agora ou nunca". Esta foi uma política errada que o PSD utilizou.

Para terminar, porque o tempo é pouco, gostaria de fazer referência às associações agrícolas.

Eu tenho muito respeito por elas e julgo que são importantes no sector agrícola, mas não queria deixar passar a ocasião sem fazer uma crítica — por um lado criticar por outro saudar — à nova postura das associações actualmente.

Se bem me recordo, a Federação Agrícola dos Açores, nunca apresentou nenhum documento reivindicativo a nenhum Governo. Finalmente, apresentou um documento, o qual o Sr. Presidente fez referência e que se chama "Fundamentos para a definição de uma política agrícola para a Região Autónoma dos Açores", porque agora é possível haver diálogo entre o Governo e as instituições.

Antes, o diálogo verificava-se a nível do Sr. Presidente e do Sr. Secretário, porque talvez havia aqui um relacionamento menos digno e menos aceitável.

Em relação à Associação Agrícola da Terceira, eu poderia louvar a postura do Sr. Presidente, mas lembro que entre Junho de 95 e Junho de 96, havia um enorme conjunto de projectos em carteira aos quais o Governo não dava andamento e o Sr. Presidente nunca se pronunciou sobre esta matéria. Porquê? Será que estaria comprometido com alguém? Com o Governo? Porquê esta nova postura?

Eu penso que a postura correcta é a actual e não a anterior.

Gostaria de deixar aqui este alerta.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Existem duas condições fundamentais para quem exerce a actividade política, as quais devem ser seriamente reforçadas para quem é político de executivo, ou seja, idoneidade e competência.

A minha intervenção deixa claro que estas duas condições estão "pelas ruas da amargura" nestes primeiros meses de governação.

Gostaria de referir que em relação à questão da luzerna aqui levantada e que não mereceu atenção aquando da minha intervenção, que as organizações de agricultores que estiveram presentes na reunião com um representante da Secretaria de V. Exa., fizeram o que lhes competia, ou seja, o levantamento da situação e apresentaram proposta. Portanto, assumiram o seu papel.

Nessa reunião, esteve presente a Associação Agrícola de São Miguel, a Associação de Jovens Agricultores Micaelenses, a UNILEITE, a UNICOL e a Associação Agrícola da Ilha das Flores. Cada uma destas organizações apresentou-se para defender os interesses dos seus associados e da sua ilha.

Com isto quero dizer, que em relação às quotas para importação de luzerna, o Sr. Secretário Regional não fixou nenhuma quota regional. Aliás, na própria reunião atribuiu quotas às organizações e tanto assim foi que algumas organizações abdicaram da sua quota em favor de outras.

Sendo assim, não houve aqui entendimento regional sobre a importação de alimentos para gado.

Em segundo lugar, e uma vez que o Sr. Secretário Regional entrou na sala quando eu já estava a intervir, eu questionei na minha intervenção o seguinte:

"Como seria possível que alguém concordasse com as medidas agrícolas estruturais deste governo, se ele ainda não assumiu nenhuma?!"

Se porventura, o Sr. Secretário Regional pretende dizer que a operação pontual de importação de luzerna é uma medida estrutural, não o diga, porque já o fizemos por várias vezes no passado.

Eu tive em consideração dois aspectos fundamentais da actuação do Sr. Secretário Regional, ou seja, em relação aos comportamentos do Sr. Secretário e aí fiz referência aos problemas de relacionamento com os produtores e com as suas associações, inclusive comportamentos errados no interior da sua Secretaria, e em relação a compromissos eleitorais do Partido Socialista e a ausência de decisões do Sr. Secretário Regional.

O Sr. pode preparar as intervenções estruturais que quiser, pode planear os investimentos que entender, mas há medidas em agricultura que são assumidas diariamente, semanalmente e sempre que seja necessário, porque senão põe-se em risco o funcionamento da economia agrária e posso dizer ao Sr. Deputado Élio Valadão que a sua matemática não me preocupa rigorosamente nada.

O Partido Socialista vai disponibilizar 40 milhões de contos para a agricultura açoriana. Este problema está resolvido. Não se olhe mais para o passado. Vamos olhar o futuro.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

O Orador: É isso que as pessoas estão à espera.

Os agricultores já não estão preocupados com o passado ou com aquilo que não foi pago. Estão preocupados é com aquilo que vai ser pago e vai ser feito. É nesse sentido que há uma grande expectativa e que seria importante que ela não fosse defraudada pelo Sr. Secretário Regional logo no princípio da sua governação.

Tenho esperança que algo mude!

Tenho esperança que os comportamentos mudem!

Tenho esperança que os agricultores e as suas organizações venham a merecer o respeito do Sr. Secretário!

Lembro que na anterior Legislatura nem sempre foi fácil o relacionamento das associações com o Secretário anterior.

Toda a gente sabe que houve conflitos e houve necessidade de um diálogo em situações complicadas.

Ainda não houve situações complicadas de diálogo actualmente e já há péssimos comportamentos do Sr. Secretário Regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Falou-se muito aqui em relacionamento e em questões de diálogo.

Julgo, salvo o devido respeito e melhor opinião, que o Sr. Deputado António Almeida está equivocado no seguinte, ou seja, quando diz que não há diálogo.

Senão, acompanhe-me neste raciocínio:

Este Governo está em funções há cerca de 3 meses.

O Conselho Regional de Agricultura não funcionava desde 90/91.

A conclusão é óbvia, isto é, em 3 meses este Governo já encetou mais diálogo com a agricultura que os anteriores Governos em 6 ou 7 anos.

Obrigado, Sr. Presidente,.

Deputado Mark Marques (PSD): E as acções?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Greves.

Deputado João Greves (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para completar um pouco a intervenção do Sr. Deputado José Monjardino, no que diz respeito à ajuda directa aos produtores.

Se essa medida for tomada, na minha opinião, a ilha que mais deveria beneficiar seria o Corvo. Neste momento, no Corvo, não existe ração ou se existe será apenas aquela que os agricultores têm nas suas casas, a qual não dá para abastecer as necessidades existentes.

Se um agricultor do Corvo precisar de dois ou três sacos de ração "PROVIMIL", neste momento, terá que pagar apenas pelo transporte desse produto uma média de 800\$00. Nas outras ilhas quase que dá para comprar um saco de ração.

Isto é lamentável para a lavoura do Corvo.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Sobre as considerações pessoais que o Sr. Deputado António Almeida me faz de idoneidade e competência, passo por cima.

No que respeita às outras questões levantadas, Sr. Deputado António Almeida, V. Exa. revelou completa ignorância em relação ao que se passou na reunião onde foram tomadas as decisões e quem foi convocado e estava presente.

Eu posso dizer-lhe quem estava presente.

Por São Miguel esteve presente a Cooperativa UNILEITE, a Associação Agrícola e a Associação de Jovens Agricultores de São Miguel. Pela Ilha Terceira a UNICOL, a Associação Agrícola da Ilha Terceira e faltou à reunião, tendo sido convocada para isso, a Associação de Jovens Agricultores da Ilha Terceira.

Para além destas organizações, foi convocada a Federação Agrícola dos Açores, com o intuito de representar a totalidade das organizações. É para isto que existe uma Federação.

O Sr. José Armas que esteve presente com outro membro da direcção que não me recordo o nome e que é da Ilha de São Jorge, não estava em representação da Cooperativa das Flores, não estava em representação da Cooperativa de São Jorge ou da Associação Agrícola de São Jorge, mas sim em representação da Federação Agrícola e da totalidade, porque naquele curto espaço de tempo era impossível ter toda agente ali. Mas foi dito muito claramente que o que se esperava da Federação Agrícola, era que defendesse os interesses do Faial, do Corvo e das Flores. Não faço mais comentários.

Revela também falta de informação e ignorância, quando diz que não foi estabelecida uma quota regional. Engana-se!

O primeiro passo daquela reunião, foi fazer o levantamento das necessidades e todas as organizações presentes fizeram-no. Em função desse levantamento, foi definida uma quantidade de importação que correspondia às necessidades, ou seja, 8 mil toneladas.

Foi sobre essas 8 mil toneladas que incidiu o apoio dado pelo Governo Regional, dada a situação de calamidade. Estas 8 mil toneladas representam 50% a mais do que a quantidade importada no ano anterior.

O levantamento foi feito pelas organizações e foi aceite, porque não havia condições objectivas de confirmar da veracidade — e eu disse-o na reunião — se eram 8 mil, 7 mil, ou 7.500, uma vez que não havia capacidade técnica por parte das organizações de, naquele curto espaço de tempo, apresentar relatórios ou fazer levantamentos para dizerem se se podia importar menos ou se se devia importar mais.

Chegou-se ao acordo que eram 8 mil toneladas e toda a gente concordou que era o suficiente.

Na fase seguinte, passou-se a definir quem eram os operadores e quanto é que competia a cada um.

Definiu-se para a Ilha Terceira e para a Ilha de São Miguel e como a Federação representava as restantes ilhas, foi pedida para indicar a quantidade que

necessitavam. A quantidade referida foram 500 toneladas. Isto foi afirmado naquela reunião.

Nessa reunião houve um operador que se retirou, mas não foi só um operador...

Deputado António Almeida (PSD): Foram dois!

O Orador: ... foram três operadores que se retiraram.

A proposta que estava em cima da mesa era de três operadores, ou seja, a UNICOL, a AJAM e a FIRMA RIEFF que tinha uma proposta de fornecimento de 1500 toneladas e que se retiraram.

Na altura em que se retiram, a UNILEITE acorda com a Associação Agrícola de São Miguel de que a sua parte era importada conjuntamente com ela. Foi o que aconteceu, Sr. Deputado. V. Exa. está mal informado.

No que respeita ao relacionamento ideal, penso que já foi respondido.

Neste momento, esta Secretaria já pôs a funcionar o Conselho Regional de Agricultura, o Conselho Regional das Pescas e vai pôr a funcionar durante o mês de Fevereiro reuniões preparatórias para o Conselho Regional do Ambiente.

Se isto não é tratar todos igualmente e convocar todos para os ouvir e apresentarem propostas, então não sei o que é diálogo, não sei o que é que é bom relacionamento.

Esta Secretaria não se negou até aqui — e já se verificaram alguns casos mais que uma vez — a receber todas as organizações que pediram uma audiência ao Secretário e muitas delas manifestaram o seu espanto, porque tinham passado anos sem nunca terem entrado na Secretaria.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Em primeiro lugar, e no que diz respeito à luzerna, como é possível que o Sr. Secretário tenha convocado a Federação Agrícola dos Açores e, em simultâneo, associados dessa Federação?

Certamente não poderia estar a Federação a falar em nome de todos.

Em segundo lugar, como é possível considerar uma quota regional para a importação de alimentos para gado, quando apenas foram considerados os quantitativos apresentados pelas organizações que estiveram presentes na reunião?

Se assim não fosse, não estaria aqui o Sr. Deputado José Monjardino a reivindicar uma situação relacionada com o interesse da importação da luzerna para a Ilha do Faial; não estaria a Ilha de Santa Maria interessada em importar luzerna para aquela ilha.

Portanto, não foi uma quota regional, foi uma quota atribuída aos que estiveram presentes naquela reunião.

Em relação à empresa privada que referiu que retirou a sua participação, não é verdade, ela não esteve convocada para essa reunião. Ela tinha mostrado eventualmente interesse em importar directamente, Sr. Secretário, mas ela não esteve na reunião.

Ela mereceu conselhos do Sr. Secretário para actuação posterior, mas não esteve na reunião e não se retirou.

As organizações que cederam a sua quota, ou parte dela, foram a UNILEITE e a Associação de Jovens Agricultores de São Miguel que cederam à Associação Agrícola a quota atribuída nessa reunião.

Das duas uma: ou o Sr. está mal informado, ou então está mal intencionado.

Em relação ao diálogo, gostaria de dizer que o diálogo não se faz porque existe um Conselho Regional de Agricultura a funcionar; o diálogo não se faz porque se sentam pessoas à volta de uma mesa.

O diálogo faz-se quando se ouve as reivindicações e as preocupações dos que estão à volta da mesa e resolve-se os seus problemas. Isto é que é diálogo.

O diálogo não é dizer que se aproximam as pessoas e que se conversa com elas.

É preciso resolver um conjunto de problemas e é isso que não está acontecendo.

Volto à "vaca-fria", Sr. Secretário Regional.

Eu falei de questões concretas — quotas leiteiras.

Antes do Sr. ser Secretário, quando era candidato a esta Assembleia, V. Exa. acompanhou o Sr. Secretário de Estado e prometeu aos agricultores uma solução administrativa imediata para a atribuição de quotas leiteiras aos agricultores que

aguardavam candidaturas de projectos de investimento, ou seja, aguardavam atribuição dessas quotas.

Onde é que elas estão?

Foi o Sr. que mentiu ou foi o Secretário de Estado da Agricultura que mentiu?

Alguém mentiu!

Se era uma solução imediata, passados 4 meses, ela ainda não está resolvida.

Em relação à questão dos projectos de investimento que aguardam no IFADAP uma resolução, eles aguardam uma reunião da Sub-Unidade de gestão. Pelos vistos, o Sr. Secretário ainda não nomeou o coordenador dessa Sub-Unidade e daí ela não ter reunido. Provavelmente, não reuniu por causa de um problema logístico.

Os agricultores não podem esperar. Já que esperaram tanto tempo por um conjunto de situações que não foram resolvidas no passado, não podem agora aguardar tanto tempo por causa da nomeação de um coordenador.

Deputado Humberto Melo (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Isto é um exemplo que tem a ver com duas situações: o comportamento e as decisões.

Sr. Secretário Regional, não há decisões!

Em relação ao tão famigerado relacionamento com as organizações e com os produtores, eu já dei exemplos, como sejam, o que se passou com os produtores de batata em São Miguel, o que se passou na adjectivação que o Sr. Secretário atribuiu ao Sr. Presidente da Associação Agrícola da Ilha Terceira e o que se passou na indecisão em resolver os problemas de São Jorge a pedido da Associação de Agricultores daquela ilha. Alguma coisa vai mal.

Sr. Secretário, V. Exa. fala tanto em resolver problemas sob a via estrutural. Vou dar-lhe um exemplo que justifica uma parte da minha intervenção.

Presidente: Sr. Deputado, agradecia que procurasse terminar, porque o seu tempo esgotou-se.

O Orador: Eu termino já, Sr. Presidente, mas vou contar com a mesma benevolência que o Sr. Presidente teve com o Sr. Secretário Regional.

Deputado Mark Marques (PSD): *Muito bem!*

O Orador: Em relação ao mercado sustentável da carne..., pasmo Sr. Secretário!

Ainda não foi há um ano que o Sr. Secretário, na altura na qualidade de deputado, apresentou uma proposta de alteração ao plano de investimentos, outrora discutido, para a construção imediata do matadouro industrial de São Miguel.

De facto, era para resolver um problema estrutural.

Fê-lo aqui, apresentou e não foi aprovado, porque os documentos de candidatura e o projecto de construção do matadouro não estavam concluídos. Estão prestes a ser concluídos e o Sr. Secretário afirma na comunicação social que o matadouro só estará a funcionar no ano 2001, ou seja, com início de construção em 1999.

Com tanta medida estrutural, porquê protelar a construção do matadouro de São Miguel para ficar pronto no ano 2001 — daqui a 5 anos?

Acha que isso corresponde à vontade de resolver os problemas estruturais?

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Élio Valadão.

Deputado Élio Valadão (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para fazer dois esclarecimentos.

O primeiro esclarecimento que gostaria de prestar refere-se aos projectos que aguardam aprovação.

O Sr. Deputado António Almeida menciona cerca de 100 projectos.

Recordo que durante a campanha eleitoral falava-se em 600 — 676 mais precisamente. Provavelmente um conjunto deles já está resolvido.

Em relação às minhas matemáticas, Sr. Deputado, não é isto que está aqui em causa.

O que está aqui em causa é que esta é a verdade nua e crua dos números.

Deputado António Almeida (PSD): O Sr. provavelmente está a precisar de uma explicação!

O Orador: Lamento que o seu Partido tenha-se servido da agricultura de uma forma estrutural, económica, e eticamente incorrecta...

Deputado João Cunha (PSD): Qual partido? O PS!

O Orador: ...para servir de rampa de lançamento das suas campanhas eleitorais.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu reservo-me para uma intervenção, não sei se vou ter tempo ou não de a fazer, mas aproveito a oportunidade para pedir um brevíssimo esclarecimento ao Sr. Secretário Regional da Agricultura.

Sr. Secretário, no levantamento de luzerna que foi feito para a Região, estava ou não incluída alguma quantidade de luzerna para a Ilha Graciosa?

Por agora, era só isto.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sou da Terceira, fui eleito por São Miguel e vejo-me aqui na contingência de mostrar, em consciência, o problema das "ilhas de baixo".

É uma coisa incrível, mas já estou habituado a isto.

Nessa reunião, de um contingente de 8 mil toneladas que foi definido para a Região, 1500 eram destinadas à Terceira, 6000 para São Miguel e 500 toneladas para as restantes ilhas.

Mesmo que tenha sido pelo facto das diversas associações terem puxado cada uma para o seu lado, porque essas coisas acontecem, não pode deixar de haver aqui um olhar crítico sobre isto.

Eu não acredito!

Eu não sou agricultor, não percebo nada disto, mas há coisas que saltam à vista: 500 toneladas para o Faial, Pico, Flores, Corvo e Graciosa, não brinquemos com coisas sérias!

Este é um exemplo daquilo que eu falei, não do problema da medida ou da sua implementação e faço daqui um apelo muito claro. Esta medida já está em vigor. Dificilmente se pode fazer algumas coisas sobre ela nos termos em que ela se encontra. Pode-se, no entanto, tomar medidas corretoras.

Se não havia a possibilidade de se apresentarem os números pelas diversas associações presentes, elas agora têm tempo para os apresentar e façam o favor de apresentar esses números!

Se não o fizerem isto vai consubstanciar-se e vai dar origem a situações de açambarcamento. Tudo isto são negócios muito complicados. Isto é brincar com o erário público.

Subentenda-se mais uma vez que eu não tenho nenhum problema com o apoio à lavoura.

O que se pretende aqui é apoiar os produtores e não as associações. Isto não pode ser e aconselho para que, no futuro, não se tomem medidas destas. É preferível dar-se o apoio directo ao produtor e acabou-se a brincadeira. E o Governo vai beneficiar de duas maneiras, ou seja, primeiro que tudo a transparência. Evita-se, por exemplo, este tipo de situação, isto é, que o "A" esteve na reunião e o "B" não esteve, etc..

Acaba-se com isto porque trata-se de uma autêntica brincadeira e ainda por cima é feita com dinheiro!

Não pode ser!

Não podemos aceitar e deixo, em nome do meu partido, o mais veemente protesto sobre este assunto!

Estas são tipicamente as medidas que foram tomadas no passado. Basicamente o que se fez, foi elaborar...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Risos da bancada do PS e do Governo)

O Orador: ... a medida que o ano passado foi feita pelo PSD e pelo seu Governo.

Eu chamo a atenção Sr. Secretário, porque se estamos em tempo de mudança, vamos fazê-la como deve ser.

Vamos ter transparência no processo.

Se é para ajudar os produtores, ajudemos os produtores; se é para ajudar as associações, ajudemos as associações.

Se a ajuda for dirigida às associações, então chama-se todas elas; se for para produtores, convoca-se todos os seus representantes.

Isto é claro. Não há a menor sombra de dúvida e todos ficam satisfeitos.

Esta é uma questão de dignidade.

Daqui deixo um apelo, porque não temos no nosso Grupo Parlamentar nenhum representante das Ilhas do Faial, Pico ou das restantes, mas gostava de saber qual a posição que vão tomar em relação à distribuição de um contingente de 500 toneladas para as Ilhas do Pico, Faial, São Jorge, Graciosa, Santa Maria e Corvo.

Pelo amor de Deus!

Isto não pode ser! Deve haver qualquer coisa errada aqui!

No futuro, façam-no directamente ao produtor com uma dupla função, ou seja, transparência no processo em primeiro lugar, e em segundo lugar os operadores concorrem entre si e uma vez que concorrem entre si e há um consumo anormal inclusivamente do produto, eles beneficiam, porque há uma competição entre eles.

Muito obrigado.

Deputado João Cunha (PSD): Estou a ver que o Sr. Deputado dava um bom Secretário da Agricultura!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Apenas para regular parte da intervenção do Sr. Deputado José Monjardino, porque, de facto, há aqui uma crítica à gestão dos dinheiros públicos. Realmente é uma crítica àquilo que o Sr. Secretário Regional, enquanto deputado regional, reivindicava e assumia como o que deve ser.

Em relação à questão dos projectos de investimento, gostaria de frisar que o que se passa tem a ver com uma falta de decisão sobre as condições para reunir uma Sub-Unidade de gestão.

Aqui, não se trata de uma questão financeira ou uma questão que tenha ver com o IFADAP. Pura e simplesmente tem a ver com a ausência de uma decisão meramente administrativa, Sr. Deputado Élio Valadão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado José Monjardino:

Porquê a distribuição que foi feita? Porque é que há umas ilhas que vão ter mais que as outras?

Em primeiro lugar, esta medida é uma medida para responder a uma situação de emergência, ou seja, de calamidade.

As ilhas que foram mais atingidas e em que as pastagens foram mais prejudicadas, foram duas. Isto foi identificado, daí eu ter dito que se começou por levantar as necessidades. Essas duas ilhas foram São Miguel e Flores.

Mesmo assim, definiu-se uma quota regional e não uma quota para São Miguel e para as Flores.

Distribuição entre os diferentes parceiros.

1.º — A UNICOL não ficou somente responsável pela Ilha Terceira, mas sim por abastecer a Ilha Terceira e a Ilha Graciosa — aqui está a resposta ao Sr. Deputado da bancada do PSD — como aliás é tradição, porque são as únicas ilhas onde a UNICOL opera como cooperativa. A UNICOL assumiu essa responsabilidade perante o Secretário e vai ter que cumprir, espero eu.

2.º — 6.000 toneladas para São Miguel.

Dessas 6.000 toneladas, houve um compromisso nessa reunião de que a Associação Agrícola de São Miguel iria fornecer da sua quota...

Deputado António Almeida (*PSD*): E o Sr. pagava o transporte?!

O Orador: Sr. Deputado António Almeida, faça favor de falar sobre o que sabe!

(Risos da bancada do PSD)

A Associação Agrícola de São Miguel comprometeu-se, da sua quota, a abastecer as outras ilhas, nomeadamente Faial, Pico e São Jorge.

A questão que se coloca aqui é se se cumpre ou não se cumpre? Esta é outra questão e vai verificar-se esse cumprimento.

Para além disso, ainda foram estabelecidas 500 toneladas que foram especificamente aquelas que a Federação Agrícola pediu para as Flores. Por acaso, eu até nem sei se se importou essa quantidade para as Flores.

Neste momento, o que eu sei é que estão pedidas 250 toneladas para essa ilha. Se se pediu para as Flores ou se se pediu para os outros, isso compete à Federação Agrícola dos Açores.

Se essa Federação representa ou não representa as outras organizações, ou totalidade das organizações, esse é um problema interno. O Secretário Regional não se vai imiscuir. Esse é um problema das Associações. Já que me acusa de tanta coisa, não me vai acusar agora de "mandar em cada alheia" !

Para terminar, um pequeno pormenor: eu nunca disse, e não está escrito em parte nenhuma, que o matadouro era para 2001.

O Programa do Governo diz que o matadouro de São Miguel vai ser construído durante esta Legislatura e posso-lhe dizer que ainda ontem assinei o despacho para a abertura de propostas, como por exemplo o matadouro das Flores — não está presente o Sr. Deputado Paulo Valadão, mas já deixo dito — e, em breve, vou abrir também as propostas para o matadouro de São Miguel.

Não tenho culpa se os projectos e as propostas já vêm atrasadas detrás. O que é um facto é que elas vão ser abertas e quando se apresentar aqui o Plano a Médio Prazo, vai haver cabimento para realizar-se essa obra, ou seja, finalmente depois de ter havido uma recusa por parte do PSD, tenho a oportunidade de ver, neste Governo, algo que muito defendi, ou seja, avançar com os projectos e com a construção dos matadouros industriais para São Miguel e para a Terceira ainda durante esta Legislatura.

Esta Legislatura não termina em 2001, mas sim no ano 2000.

Tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Almeida.

Deputado António Almeida (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Grandes diferenças desde o dia 17 de Janeiro para o dia de hoje!

O Sr. Secretário em entrevista ao Açoriano Oriental, dizia o seguinte:

"Para este ano será criada a certificação da carne, em 1998 será a erradicação da brucelose e 1999 é o ano da construção do matadouro de São Miguel."

A construção do matadouro demora 2 anos, de acordo com o caderno de encargos e só estará a funcionar em 2001.

Bem bom Sr. Secretário que o Sr. já mudou de orientação desde o dia 17 até hoje. Congratulo-me por isso.

Os agricultores de São Miguel e os exportadores de carne ficarão satisfeitos.

Em jeito de conclusão do debate aqui verificado, o que eu disse estava certo, ou seja, não há decisões, há uma ausência de tomada de decisão em relação a medidas que devem ser assumidas com urgência.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado João Cunha.

Deputado João Cunha (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu uso da palavra para fazer um pequeno protesto.

Nós, na Graciosa, já sabemos que somos "enteados" para a Secretaria Regional da Agricultura.

Lamentamos que o Sr. Secretário tenha considerado como parceiro para estas negociações de importação da luzerna, a UNICOL e que se tenha esquecido completamente da Associação de Lavradores da Ilha Graciosa!

Apenas isto.

Deputado Manuel Serpa (PS): Olha que é preciso ter lata!

O Orador: Isso é que é o diálogo?!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente.

Secretário da Agricultura, Pescas e Ambiente (Fernando Lopes): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Este Governo não se esqueceu da Associação, nem da cooperativa da Ilha Graciosa. Aliás, já os recebeu e falou com eles...

Deputado João Cunha (PSD): Falou e negou o acordo!

O Orador: Sr. Deputado, não se excite! Tenha calma!

Deputado João Cunha (PSD): O Sr. é que está excitado!

O Orador: O que é um facto, é que o operador tradicional para a Graciosa nestas operações tem sido a UNICOL que tem cumprido com satisfação das organizações no passado e que espero que cumpra também desta vez.

Se o Açoriano Oriental fala em 2001, é porque alguém nesse jornal ou o Sr. fizeram mal as contas. Eu nunca disse isso.

Presidente: Srs. Deputados, vamos interromper os nossos trabalhos até às 12.20 horas.

(Eram 12.00 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradeça que tomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 12.40 horas)

Antes de continuarmos com o 3.º ponto do Período de Antes da Ordem do Dia, informo os Srs. Deputados dos tempos ainda disponíveis:

PS — 37 minutos e 15 segundos

PSD — 15 minutos

PP — 15 minutos e 45 segundos

PCP — 12 minutos

Governo — 14 minutos e meio.

Para continuar com as Intervenções de Interesse Político Relevante, tem a palavra o Sr. Deputado João Carlos Macedo.

Deputado João Carlos Macedo (PS): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Srs. Deputados:

Com a azáfama peculiar, vai começar em breve - ou, até, talvez já tenha começado - a grande movimentação em torno das listas de candidatos que serão apresentadas a sufrágio nas próximas eleições autárquicas.

As notícias que nos chegam não configuram a possibilidade de, já desta vez, serem propostas candidaturas à margem dos partidos políticos, pelo que sobre estes impenderá, uma vez mais, a enorme responsabilidade de escolher as pessoas mais capazes, as mais empenhadas, as que melhor se identifiquem com os interesses e desejos das comunidades que é suposto virem a servir.

Parecendo o contrário, não é tarefa fácil.

Vivemos numa época toda ela voltada para a extracção do lucro e do prazer, parecendo que esta nova sociedade hedonística faz submergir, drasticamente, toda a hipótese de dádiva generosa às grandes causas da humanidade — e também às pequenas causas, as do dia a dia, as do pé da porta, as nossas.

O Prof. Linhares Furtado, nosso ilustre conterrâneo, único que põe o dedo na ferida, quando afirma, numa entrevista de jornal:

"Hoje em dia, mesmo largos sectores da juventude só parecem medir a vida pelo que se ganha e se não ganha. Mas nem sempre foi assim. Na minha juventude havia a chama dos grandes ideais. E o país ressentia-se grandemente da ausência desses ideais, actualmente.

"Ao nível do país, comparo o drama do desaparecimento de ideais aos fogos que alastram todos os anos e que vão demorar mais de meio século a refazer as fabulosas florestas de pinheiro bravo que caracterizavam Portugal. Um é um valor moral e o outro material, mas ambos demoram décadas a recuperar.

"O ideal de fazer coisas exemplares já quase desapareceu".

Em termos vulgares, diríamos que a "vocaçào" está a ser substituída, mediocrementemente, pelo que "está a dar".

Receio bem que as miragens de felicidade sem esforço criadas pelos milhões da União Europeia e mais aquilo a que os observadores políticos chamam "a morte das ideologias" acabem por dar lugar, também, à morte dos ideais de vida.

Como que profetizando sobre estes tempos, um grande poeta açoriano, Duarte de Viveiros, escreveu, em 1923, num belo soneto:

"O ódio morreu. O orgulho sucumbiu...

Mas, se a ventura humana se atingiu,

Branca nau navegando à lua cheia,

Partiu-se a espada que escreveu a história,

Perdeu-se a fé na luta, a fé na glória,

O génio da Energia e da Epopeia!"

Também Vamberto Freitas comenta, judiciosamente, que: "O cinismo político está a atingir o seu apogeu e a história mostra-nos consistentemente como isso poderá ser perigoso para quem preza a liberdade cívica e política."

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Decerto que boa parte do desenvolvimento dos Açores, registado nos últimos 20 anos, fica a dever-se ao trabalho devotado de muitos autarcas.

Alguns deles já se afastaram das lides administrativas, mas outros continuam, e ainda bem, a dar o seu valioso contributo para a nobre causa do bem comum.

Só a história poderá, no futuro, fazer a correcta avaliação de todo esse esforço, medindo-o não apenas pelos resultados obtidos, mas também pelo empenhamento posto nas causas, porque, como acontece nos jogos olímpicos, na vida nem sempre é mais importante o triunfo, mas sim a luta.

A apresentação de candidaturas às eleições autárquicas é, assim, torno a dizê-lo, uma tarefa de enorme importância e ela caberá, em primeira mão, aos partidos políticos, em refinada concertação com as suas bases de apoio nos municípios e freguesias.

Se é um facto o elevado grau de personalização que enforma estas eleições, também não é descabido dizer-se que não será boa política propôr a eleição de pessoas mais desejosas de enfeitar-se com o prestígio superveniente do exercício dos cargos camarários — as chamadas "penas de pavão" — do que realmente preocupadas com a resolução dos problemas que venham a cair-lhes entre mãos.

Também para essas o cinismo parece ser forma de vida e norma de conduta.

Desde logo porque, na ânsia de chamarem sobre si os holofotes da publicidade, facilmente se assanham com alegadas ou provadas faltas de apoio por parte de outras entidades, mas não se intimidam de tratar as freguesias com arrogância e sobrançeria, negando-lhes os meios necessários para a satisfação de necessidades

sentidas pelas populações e esquecendo-se de que, felizmente, os mandatos são exercidos com horizontes temporais balizados pelo inevitável julgamento eleitoral.

A garantia da prestação de verdadeiro serviço público e a inequívoca vontade de bem fazer, com honestidade e competência, deverão ser, pois, o critério para a escolha dos novos protagonistas do poder autárquico, neste último mandato do século XX, em que as expectativas de desenvolvimento e qualidade de vida se apresentam redobradas.

Nada mais. Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

Deputado António Menezes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Nesta primeira Sessão da Assembleia Legislativa do ano de 1997, desejava, em primeiro lugar, à digníssima Mesa bem como a todos os Srs. Deputados, as maiores felicidades pessoais e que este ano possa ser um ano de muitos sucessos para a nossa Região e para a nossa Assembleia.

Em 1997, espero que consigamos ver aprovados diplomas fundamentais para a consolidação do nosso regime autonómico, como a Revisão da Constituição que permitirá o indispensável reforço do nosso poder legislativo, a clarificação do relacionamento financeiro entre o poder regional e o poder central, bem como a revisão, ou pelo menos o início do processo de revisão, do Estatuto da Autonomia e do nosso sistema eleitoral, para além da discussão profunda e elevada de temas políticos e de diplomas da nossa iniciativa ou da iniciativa do Governo.

Por agora e neste início do ano, a apenas escassos dois meses e meio do início das funções deste Governo, não é ainda claro — apesar de já haver indícios nesse sentido —, nem há tempo suficiente para fazer apreciações conclusivas à sua governação nem às suas reais capacidades de cumprimento de promessas eleitorais, mas desde já, há um comportamento negativo deste Governo, ou seja, das

mudanças e da forma como se procederam ou estão procedendo à substituição dos lugares de chefia da Administração Regional.

Devo desde logo dizer, que reconheço a este Governo o direito de escolher os seus mais directos colaboradores. Não discuto sequer, a escolha do pessoal de gabinete (chefe de gabinete, adjuntos, secretárias, etc.). Entendo que em relação aos Directores Regionais, os membros do Governo têm todo o direito de escolher as pessoas com quem querem trabalhar e que deverão ser da sua confiança pessoal e política, mas que em qualquer caso, devem ser competentes e tecnicamente habilitadas, visto que se tratam dos mais altos cargos da administração e da hierarquia regional. Registo, aliás, que em dois honrosos casos, mantiveram-se os anteriores titulares, o que só abona a favor dos membros do Governo que assim procederam.

Já no que diz respeito aos demais lugares de chefia típica ou atípicas da Administração Regional, que são lugares de natureza técnica, este Governo tem actuado de uma forma que considero muito censurável e que desdiz o discurso que durante anos foi feito pelo Partido Socialista quando estava na oposição e que por várias vezes ouvi ao actual Presidente do Governo.

O Partido Socialista e designadamente o então Deputado Carlos César, fez ao longo dos tempos em que esteve na oposição, longas catilinárias contra o clientelismo, a politização da Administração e os critérios partidários de admissão na função pública que os Governos do Partido Social Democrata praticariam, prometendo e protestando piamente que se alguma vez fossem Governo, nunca por nunca, os socialistas teriam semelhantes procedimentos.

Deputado João Cunha (PSD): *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: Mas o que é que tem acontecido?

Têm acontecido situações nalguns casos caricatas, como a de nomear pessoas, dar disso público conhecimento e que tomaram, de imediato, conta das respectivas cadeiras, para depois se constatar que não têm as condições legais ou as habilitações literárias necessárias, obrigando o Governo a abandonar os seus planos de reestruturação orgânica tendo que arranjar lugares para as pessoas em vez de arranjar pessoas para os lugares, como a boa administração aconselha.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Isso só se é na Câmara de Vila Franca!

O Orador: Noutros casos ainda, antes da criação dos respectivos lugares pela legislação orgânica necessária, os indigitados dirigentes precocemente emitem opiniões sobre os referidos sectores, fazem, declarações para a comunicação social que, nalguns casos, já lhes dá os títulos antes de tempo.

Ou ainda se nomeiam, para lugares políticos de representação do Governo à frente de serviços técnicos que tinham sido objecto e alvo de processos de inquéritos por alegadas irregularidades, um dos inspectores encarregados do processo, o que para além de estranho, até parece um paga pelo bom serviço prestado.

Nas Secretarias Regionais e em outros departamentos da Administração Regional e das empresas públicas, criou-se instabilidades e um ambiente de insegurança, porque alguns responsáveis do Governo e do Partido Socialista deram a entender que todas as chefias até aos lugares de chefes de divisão, seriam substituídos, agora sim, por gente filiada no Partido Socialista para acalmar a irritação visível na máquina do Partido do Governo com a nomeação por este de independentes e convencionados que ocuparam os lugares cimeiros do poder regional.

Mas, para além de todo este frenesim substitutivo que infelizmente traz à memória outros tempos do passado recente do nosso país e dos seus aspectos ridículos e, nalguns casos ilegais, o comportamento deste Governo ou, pelo menos — faço justiça —, de alguns dos seus principais responsáveis, é ainda censurável e mesmo condenável, na forma incorrecta e mesmo, por vezes, desumana como se procederam a algumas substituições e como passaram a ser tratados antigos colaboradores dos anteriores governos — desde os altos cargos dos directores regionais até aos simples lugares de secretárias particulares. Na verdade, não seria de esperar da parte de uma partido que se arroga de ser defensor dos direitos das pessoas, dos valores e da tolerância e da solidariedade, que fossem tomadas atitudes em nada compatíveis com estes nobres valores e princípios.

Conheço vários casos em departamentos diferentes de pessoas que tiveram conhecimento que iam ser substituídas, não por quem tinha poderes e competência para isso, mas pelos próprios substitutos, ou por notícias da comunicação social

quando, com a devida antecedência, já tinham posto os seus lugares à disposição e aguardavam uma resposta.

Conheço também vários colegas de antigos colaboradores dos anteriores governos regionais, desde antigos directores regionais a simples funcionários que regressaram aos seus lugares de origem a quem há mais de dois meses, se não dá qualquer trabalho e que estão positivamente sem fazer nada marginalizados, como se a nossa Região fosse tão rica de recursos humanos que os pudesse dispensar, e, quando algum, para sair do marasmo, toma qualquer iniciativa e procura fazer alguma coisa, é ainda censurado e um já chegou mesmo a ser ameaçado de processo disciplinar.

Existem alguns casos em que os anteriores dirigentes não foram ainda substituídos.....

Deputado Francisco Sousa (PS): Já deveriam ter sido!

O Orador: ... mas toda a gente e os próprios também percebem que se trata de um mero expediente de transferências de "know-how" e que quando houver conhecimento suficiente dos dossiers, mais dia menos dia, ser-lhes-á apontada a porta da rua.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Será que toda esta gente que ao longo destes anos deram o seu melhor à Região e que em muitos casos bem políticos eram, merecem este tratamento? Será que é crime de lesa pátria ter colaborado lealmente com os governos sociais democratas? Será que estes governos não eram os legítimos governos da Região por vontade livremente expressa pelo povo?

Deputado João Cunha (PSD): Eram!

O Orador: Será que estes funcionários da nossa administração não têm o mesmo direito, como todos os outros, ao seu trabalho digno e a serem respeitados pelos seus chefes e companheiros de trabalho?

Deputado João Cunha (PSD): Têm!

O Orador: Tem V. Exa., Sr. Presidente do Governo, conhecimento do que acabei de dizer e que se reporta apenas ao que se passa nas Ilhas Terceira e em São Miguel, mas que, em maior ou menor escala, se passará noutros sítios da nossa Região?

Neste momento, julgo que tenho autoridade para perguntar se estes são actos isolados de alguns colaboradores inexperientes ou mal formados, ou resultam de uma política consistente e responsabilmente tomada pelo Governo?

Deputado Manuel Brasil (PSD): É com certeza!

O Orador: Pelo que conheço, V. Exa. é um democrata e uma pessoa bem formada e estou convencido que não só desconhece como reprova este tipo de actuação e de comportamentos de alguns dos seus colaboradores directos ou de segundo nível que deverão incomodá-lo e, apesar disso, — reconhece-se — ainda têm manifestações internas de protesto do seu partido, porque alguns camaradas seus mais fundamentalistas queriam ainda mais limpeza e mais revanchismo e como não lhes foi feita toda a vontade, demitiram-se em bloco.

Sr. Presidente, Srs. Deputados:

A propósito desta triste questão, gostaria de lembrar o que dizem os dois velhos ditados portugueses que, com a sua antiga sabedoria, merecem ser tidos em conta nesta situação e que rezam o seguinte: "Se queres conhecer o vilão, dá-lhe um pau para a mão"....

Deputado Francisco Sousa (PS): Dá-lhe uma canina verde!

O Orador: e "se não queres ser lobo, não lhe vistas a pele".

Pelo que se tem passado nestes últimos meses, pela frequência e, pelo tipo de pauladas que têm vindo a ser aplicadas, desconfio que as mãos que seguram o pau possam ser do tipo atrás referido.

Por isso, se o Sr. Presidente e os demais membros do Governo não querendo "ser lobos", façam o que têm a fazer, corrijam estes procedimentos incorrectos e ponham na ordem alguns dos seus colaboradores mais zelosos e camaradas de partido mais nervosos que com a sua actuação cometem injustiças, prejudicam pessoas sérias e competentes e, em última análise, prejudicam também a vossa imagem, porque desacreditam este Governo.

Se não o fizerem, se estes comportamentos são afinal conscientes e resultam de uma política definida, então fica tudo dito, o povo registará e julgará em devido tempo.

Disse.

Deputado Francisco Sousa (PS): Só daqui a 4 anos!

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Para prestar esclarecimentos tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma observação muito superficial, porque o tema também o é, para reiterar que a política do Governo em relação às nomeações que haja lugar, é de privilegiar a competência, a isenção e a lealdade ao Governo.

Naturalmente, sendo necessário em alguns sectores dispor de pessoas que estejam dispostas a executar a política governamental para esses sectores, há um considerando inicial, que tem a ver com o cumprimento dos deveres de lealdade, que deve estar adstrito ao exercício de determinados cargos em que isso mais releva.

Temo-lo feito em inúmeras circunstâncias não privilegiando, como muito bem sabe, as pessoas pelo facto de serem do Partido Socialista.

De resto, como muito bem salientou na sua intervenção, o Presidente do Governo já foi criticado pelo próprio partido que lidera e que dirige, pelo facto de não "apadrinhar", de não executar e de não proteger, qualquer política de nomeação cujo primeiro critério seja o facto de pertencer ao Partido Socialista.

Eu estou inteiramente absolvido nessa situação.

"Não posso ser preso por ter cão e por não ter".

Como existem ambas as críticas, eu creio que a política de nomeações do Governo Regional deve estar pelo sítio certo, visto que se queixam ambas as partes.

Tenho sempre em atenção todos os casos humanos que resultam naturalmente de mudanças deste tipo e que geram sempre situações desconfortáveis para as pessoas que antes ocupavam o lugar e que agora deixam de o ocupar.

Isso decorre um pouco da vida política, da mudança de administração e da necessidade que um Governo confere ou não em renovar determinados sectores do

ponto de vista humano. Isso não é feito por nenhum sentido persecutório. Estas coisas acontecem e hão-de acontecer sempre que mude uma administração e é muito natural que assim seja.

O que é certo é que não temos nenhuma preocupação de substituir pessoas pelo facto delas serem do PSD. Aliás, temos colaboradores que conheço-os perfeitamente como sendo do PSD, estão na origem de múltiplos pareceres que dão origem a decisões da nossa parte e ocupam cargos a convite e cargos de natureza política — relembro aqui a nomeação do Dr. Gualter Furtado para representar o Governo Regional na Lei de Finanças Regionais que suponho ainda é do PSD, eu não lhe perguntei, mas julgo que é. Esta situação documenta bem que para o Presidente do Governo e todos os seus elementos esta situação não é o primeiro critério, isto é, o critério partidário.

Se existirem situações particulares que dêem origem a alguns momentos da intervenção do Sr. Deputado António Menezes, eu estou disposto a que ele me diga caso a caso, quem é, o que aconteceu e qual foi a injustiça praticada para nós vermos se ele tem razão e se é possível reparar a injustiça, no caso de ela ter sido cometida. É este o procedimento que temos que adoptar.

Evidentemente que às vezes é bom dizer a um funcionário que antes tinha o cargo de dirigente que quando ele "pilha" as informações de todos os computadores, dos seus e dos outros, para levar para casa, talvez possa levar um processo disciplinar. Nestas situações, está-se a ser muito leve.

Julgo que ficamos conversados sobre a única pessoa — que nós sabemos quem é — que foi ameaçada de ter um processo disciplinar.

Evidentemente que existem situações onde pode, em alguma circunstância, ter ocorrido uma injustiça.

Também existem situações de pessoas (naturalmente já percebi isso) que tomaram conhecimento que iam ser substituídas pelos órgãos de comunicação social.

Naturalmente que nós não telefonámos aos órgãos de comunicação social a dizer "olhem, digam lá ao Sr. que ele vai ser substituído".

O que poderá ter acontecido, foi que durante a reflexão dos líderes em que ocorreu sobre se se devia ou não proceder a esta substituição, a comunicação social teve por uma ou outra via, acesso a essa reflexão.

Não é regra, não faz sentido e não vejo qual a utilidade que nós teríamos em mandar isso para os órgãos de comunicação social. A notícia saiu como acontece em muitas circunstâncias e em muitos sítios.

Tudo isto deve ser analisado nesta perspectiva.

Para concluir, há um dramatismo muito grande na sua intervenção.

Os Srs. tiveram 20 anos no governo e puderam ir lentamente nomeando um conjunto de pessoas para vastíssimas áreas da nossa administração regional.

Nós estamos há 2 meses e 3 semanas e fizemos algumas modificações resultantes de nomeações que os Srs. tinham feito durante 20 anos.

É natural que pelo facto delas serem mais concentradas no tempo, tenham outra visibilidade, mas não têm nem 50% da dimensão do conjunto de nomeações e de cargos que foram sujeitos a nomeação ao longo destes 20 anos.

Muitas pessoas estão a ocupar o seu lugar e estão a ocupá-lo muito bem. Em muitos casos os Srs. também fizeram modificações no passado. Há administrações de empresas, por exemplo que me pareceu mencionar, que estão a terminar ou poderão vir a terminar a sua comissão de serviço.

Não se trata da substituição de uma administração. Terminou a comissão de serviços, nós analisamos. Podem ser reconduzidos em parte; no todo, veremos. Mas não há nenhuma intenção por parte do Governo Regional de fazer uma substituição de protagonistas, designadamente em áreas técnicas e que não envolvem uma representação política predominante de pessoas do PSD por pessoas do Partido Socialista. Afianço isto em nome do Governo Regional e **desminto** o tom geral que procurou transmitir à sua intervenção.

Muito obrigado.

(Aplausos das bancadas do PS e do Governo)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado António Menezes.

Deputado António Menezes (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Vou ser rápido, porque há outros colegas para intervir, mas gostaria de frisar alguns dos conceitos e ideias que referi.

Eu não ponho em dúvida a total legitimidade deste Governo em escolher os seus colaboradores políticos e de confiança mais directa.

O que eu referi e frisei tem a ver com os lugares de chefia técnica da nossa administração regional e esta situação não tem nenhum exemplo no passado, porque é a primeira vez que existe na nossa Região, em 20 anos, uma substituição do governo por um partido de outra cor.

Esta situação é completamente nova em relação à situação anterior. Por consequência, um processo de nomeação paulatino, ao longo de anos, de responsáveis para lugares da administração, era normal num governo, numa determinada orientação.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): Quais são as chefias técnicas?!

O Orador: Agora é que se vê e está-se a ver pela primeira vez, os critérios de substituição de cargos da administração quando há mudança de cor política de um partido.

São estes casos que terei muito gosto em aceitar o convite que o Sr. Presidente me fez — não tenho necessidade nenhuma e julgo que não será útil referir neste sítio casos particulares — e dar 5 ou 6 exemplos que são do meu conhecimento e que não são apenas de um departamento mas sim de vários.

No que diz respeito ao regresso dos anteriores colaboradores aos seus lugares de origem, é evidente.

Houve uma substituição de Governo, houve novas substituições, as pessoas têm que ter a humildade de perceberem que os lugares de chefia em comissão, não são lugares do quadro interno.

Quando acaba essa comissão têm que regressar aos seus lugares de origem.

Em relação a esse assunto estamos perfeitamente entendidos e toda a gente deve perceber isso e se não perceberem mau para eles.

O que eu refiro são "as prateleiras" onde estão colocados alguns colaboradores, muitos deles válidos, muitos deles sem nenhuma participação política e partidária no PSD, que pelo facto de terem desempenhado lugares de chefia, estão nos gabinetes há 3 meses sem lhes darem um papel para trabalharem. Isso é um aspecto humano e de desperdício dos poucos recursos humanos que a nossa administração regional tem, ou seja, desaproveitar desta forma recursos, para além do aspecto desumano de "pôr na prateleira" pessoas que desempenharam com seriedade a sua função na administração regional.

Quando refiro empresas públicas, não tenho dúvidas que este Governo nessas empresas de administradores da sua própria confiança tem que lá pôr quem entende e que no fim das comissões substituem ou confirmam. Não é essa a questão, mas sim e mais uma vez, um problema humano, de tratamento e de relacionamento que não seria esperado deste Governo pelos princípios e valores que defende, como nomeadamente (e este é o único nome que vou referir aqui, porque o Sr. Presidente também referiu um e assim ficamos empatados em relação a nomes), o tratamento a que foi sujeito o Sr. Raúl Gomes Santos, um homem com 80 anos de idade que foi duas vezes Secretário Regional, Deputado na Assembleia da República, condecorado pelo Presidente da República, e que soube pelos jornais que ia ser substituído do lugar de vogal do conselho fiscal da SATA.

Este é um comportamento humanamente incorrecto que eu tenho a certeza que o Sr. Presidente não defende, nem preconiza.

Não custa nada pegar no telefone, chamar a pessoa, dizer duas palavras de agradecimento, ainda por cima com uma pessoa com 80 anos que é um exemplo de correcção, e dispensar os seus serviços.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Eu já lhe expliquei isso!

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (*Álamo de Menezes*): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

A minha Secretaria, ou melhor, a Secretaria que me foi entregue...

Deputado António Menezes (PSD): Eu não falei em Secretaria!

O Orador: ... por ser a maior em termos de dimensão, é aquela que tem mais cargos de nomeação e em virtude disso é aquela que mais funcionários tem.

Os aspectos humanos que o Sr. Deputado António Menezes aqui referiu, são aspectos que me preocupam muito.

Na minha Secretaria existem situações complicadas, como por exemplo o caso de pessoas que estavam em lugares de nomeação política, foram criados lugares para que eles eventualmente pudessem lá regressar, mas esses lugares nunca funcionaram. Eles agora regressaram obviamente para um lugar que não está estruturado e onde não há muito que fazer.

Eu tenho dado grandes tratos à imaginação para tentar inventar tarefas para as pessoas que estão em sítios que antes não existiam. Preocupo-me com isso, porque também defendo que é um desperdício de recursos ter essas pessoas lá.

Eu tenho tentado encontrar trabalho para essas pessoas e compreendo a situação, ou seja, uma pessoas estar dois ou três meses sem ter tarefas reais para fazer, ainda mais, pessoas que muitas delas, tenho que reconhecer, têm grande categoria intelectual e grande capacidade de trabalho.

Mas a verdade é que a estrutura da administração estava feita desta forma tão artificiosa, que quando a pessoa regressou, regressou para um sítio que na verdade apenas existia para que ela tivesse um lugar e não porque houvesse uma tarefa para ela fazer. Mas acredito que o tempo encarregar-se-á de corrigir estes casos e irá resolvê-los.

Outro aspecto que também diz respeito à minha Secretaria e provavelmente era a ela que se estava a referir, de pessoas que souberam pela comunicação social que iam ser substituídas, esse foi um acontecimento desagradável, que tem que se evitar o mais possível para que não volte a acontecer. Isso aconteceu comigo e eu já pedi desculpas às pessoas envolvidas nesse processo e tenho tentado, com o tom ideal e pedindo a compreensão das pessoas, evitar esses problemas humanos que daí resultam.

Com isto pretendo-lhe dizer, uma vez que tenho a meu cargo uma das áreas em que há maior número de nomeações a fazer, que tenho tido o máximo cuidado e tenho

agido com as pessoas tentando resolver os problemas humanos que estas situações levantam, com a máxima cautela e que não há da minha parte nem da parte do Governo, tal como foi dito pelo Sr. Presidente, nenhuma ideia de marginalizar pessoas, só para as marginalizar.

Gostava que isto ficasse bem claro e se alguém, na área que me foi confiada, se sentir injustiçado ou ache que está a ser substituído ou perseguido por razões políticas, diga-me, porque eu tentarei encontrar soluções possíveis e necessárias.

Na verdade, o que eu dizia antes, ou seja, que a administração regional não pode ser feita por pessoas que são promovidas ou demovidas em função apenas da sua filiação partidária e não em função do seu valor, eu continuo a acreditar nisso profundamente.

Se há algum caso em que haja alguma aparente incongruência, entre isto que eu aqui digo e o que está a acontecer depois, apontem-no concretamente, e eu prometo que o problema será resolvido com a brevidade possível.

Muito obrigado.

Presidente: Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O mês de Março traz sempre a esta cidade jardim, a Horta, um acontecimento deveras relevante para um sector fundamental da Economia Regional.

Refiro-me à Semana das Pescas, um evento marcadamente científico que tem o condão de congregar um naipe de "experts" na matéria, práticos com conhecimento de experiência feito — os nossos pescadores —, bem como pessoas ligadas a actividades relacionadas com o sector.

Digamos que, na Horta, nos alvares da Primavera, sempre com apetência de esperança, se junta o escol da grande família piscatória.

Para observar! Para reflectir! Para delinear! Para apostar!

Sem beliscar, minimamente, o valor científico deste tradicional forum, algumas reservas devem ser postas às suas tradicionais linhas programáticas por não permitirem a inserção integral de todos os seus intervenientes.

Os nossos pescadores, gente simples, poderão sentir-se marginalizados, pois não estão preparados nem motivados para haurir o conteúdo das excelentes lições com que afamados cientistas brindam a assistência.

É certo que em pequena sala contígua à sala nobre do sumptuoso Amor da Pátria se têm realizado algumas reuniões esporádicas...

(Risos do Presidente do Governo Regional dos Açores e do Dep. Fernando Menezes)

O Orador: ... com temas acessíveis e que motivam forte interesse por parte dos pescadores participantes.

Embora seja certo que é nos bastidores da Semana das Pescas que se reforçam contactos, se estabelecem contratos, se discutem preços, se traçam metas, é urgente e premente reforçar a inserção dos pescadores na Semana com vista à discussão de problemas que os afectam e afectam o sector.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Todos sabemos que devido às características topográficas dos Açores não existem condições favoráveis para o desenvolvimento, em larga escala, de pescarias demersais.

A inexistência de plataformas adverte contra uma pronunciada intensificação do esforço de pesca, sob pena de se produzirem danos irreversíveis nos mananciais das espécies demersais.

Neste, como noutros casos, não bastam proibições e coimas. É mister ensinar, explicar e mentalizar.

Pelo contrário, as características peculiares do nosso ecossistema marinho permitem uma expansão significativa da espécie pelágica atum e bonito.

Mas deve ter-se em conta as características desta espécie, nomeadamente a capacidade de percorrer grandes distâncias em curto espaço de tempo.

O cardumes de peixe pelágicos costumam classificar-se como alvos com elevada mobilidade que, rapidamente, podem entrar e sair da zona de pesca.

Perante esta constatação e, para além da precisa colaboração na área da investigação científica que resultará de novas apostas, é urgente e premente forçar e reforçar uma consciencialização de que a união entre armadores e a alteração dos hábitos de pesca, relativamente aos pescadores é, neste momento, uma questão crucial cuja solução não pode ser protelada.

Perante uma crise indifensável, todos os factores coadjuvantes são imprescindíveis para uma maior produção e conseqüente rentabilidade.

Não é mais possível ou não deveria ser mais possível apanhar atum ou bonito recriando o jogo das escondidas.

Os bascos que em épocas transactas pescaram nos Açores e que mantêm connosco similitude de processos nas capturas, usando a arte de salto e vara, estão agrupados em confrarias que gerem à volta de 15 barcos. É importante reflectir no significado e na força histórica da palavra confraria.

Aqui, gostaria de desafiar, não só o Governo como também as pessoas interessadas nesta problemática, para uma coisa que considero muito importante, ou seja, este é um facto difícil. Não é fácil tomar uma resolução, não é fácil convencer os nossos pescadores de que devem pescar em grupo, mas se de facto pescar em grupo resultar maior produção, porque não incentivar esta gente para se agruparem? Porque não proporcionar a eles incentivos pelo facto de trabalharem em grupo e não trabalharem isoladamente?

Como é diferente pesquisar com 15 barcos unidos abarcando uma extensão considerável, segurando os cardumes enquanto uns barcos descarregam o peixe capturado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sabe-se que na preparação da próxima faina do atum começam a notar-se dificuldades de recrutamento de tripulações para as nossas traineiras, sabendo-se que, por exemplo, duas traineiras da COMPICO e uma da BJ Borges regressam do Brasil, onde estiveram, à nossa Região.

Para suprir a lacuna os armadores começam a virar-se para Cabo Verde.

Aqui, temos que voltar a reflectir. Numa região onde há bolsas consideráveis de pobreza, sendo associadas ao mar, sendo associadas àqueles que pescam, como é

possível nós não aproveitarmos a chance que é dada no sentido de levar o pescador para um barco que tem condições, que tem autonomia, onde se alimenta bem, onde pode vestir bem, onde pode associar-se a pessoas capazes e levar no fim uma soldada bastante proveitosa para si e para a sua família?

Nós temos que acordar e despertar para esta realidade. Não basta dar um subsídio a quem não trabalha e não vai para o mar. É preciso **despertar** as pessoas para a realidade, para nós termos condições excepcionais para arrancar essa gente da letargia em que vive, da desgraça onde está. Temos! Então vamos todos fazer um esforço nesse sentido.

E nós nos Açores com gravíssimos problemas de toda a índole em zonas piscatórias consideradas profundas bolsas de pobreza!

Não há maneira de arrancar esta gente, bastas vezes conotada com o analfabetismo e o alcoolismo, da miséria social e moral em que vive?

Este e os problemas atrás aflorados merecem, de certeza, profunda reflexão numa Semana das Pescas.

Em resumo, a minha intervenção é no sentido de fazer com que a Semana das Pescas, além da preocupação científica, deva abordar esta temática perante os pescadores e por outras pessoas responsáveis, porque está em causa, não apenas a economia da nossa Região, está em causa salvar pessoas com aspecto de dignidade na situação em que vivem.

Disse.

Vozes da bancada do PS e do Governo: *Muito bem! Muito bem!*

(Aplausos das bancadas do PS, Governo, PP e de alguns Deputados do PSD).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

A temática que o Sr. Deputado Manuel Serpa traz a esta Casa, é própria de grande interesse e dá-nos a impressão que tem sido uma temática escamoteada em muitas alturas por muitos intervenientes que se deveriam ter preocupado com ela.

A sugestão dela ser discutida no futuro, inclusivamente na Semana das Pescas, pensamos que pode ser um bom princípio em relação às relações de trabalho existentes nas pescas.

O meu pedido de esclarecimento é no seguinte sentido:

Na nossa opinião, as relações de trabalho nas pescas e nalguns sectores, enfermam de vícios ancestrais, alguns deles radicados em relações de trabalho que nos levam quase à idade média.

Já o dissemos aqui e penso que isso é insustentável e que essa pode ser a origem de muitas das condições de pobreza que se verificam nalguns sectores ligados à pesca.

Não será tempo de começar-se a aprofundar seriamente o problema das relações de trabalho nesse sector?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação à intervenção do Sr. Deputado Manuel Serpa — eu próprio tinha uma intervenção preparada sobre esse tema, mas não tive tempo de a apresentar — gostaria de fazer duas referências a alguns dos assuntos que V. Exa. aqui abordou.

Em primeiro lugar e sobre a Semana das Pescas, queria dizer-lhe que ela tem tido uma estrutura habitual, que desde a sua terceira edição começou a contar com a participação de pescadores, que tem havido várias modificações e julgo que o figurino actual é um figurino que contempla a parte científica, a parte dos pescadores e uma simbiose entre estas duas vertentes.

Julgo igualmente, como aqui foi dito e muito bem pelo Sr. Deputado Manuel Serpa, que a Semana das Pescas não é só o que se passa na sala grande e na sala pequena. É todo um conjunto do que se passa na sociedade Amor da Pátria, no contacto e no convívio entre os armadores e os pescadores, os políticos, os empresários e também nesse período fora desse local.

Por isso, e reconhecendo que há um novo responsável pelo sector que já manifestou a intenção de fazer algumas alterações, o que é perfeitamente admissível e aceitável, gostaria de chamar a atenção para que tivessem em consideração que essas modificações por um lado, não levem a que haja uma diminuição da quantidade e da qualidade dos seus participantes, e por outro que continuem a fazer com que a Semana das Pescas possa ser um forum mundial e internacional do sector.

Por outro lado, gostaria de dizer ao Sr. Deputado Manuel Serpa, que não considero que o sector das Pescas esteja em crise. Não tenho tempo para o discutir aqui, mas espero que noutra altura o possamos fazer. No entanto, há vários factores que me indicam que o sector não está em crise.

Relativamente à questão da mentalização dos pescadores e das confrarias, penso que o sistema de funcionamento das confrarias em Espanha, nomeadamente na Galiza, são confrarias que são centenárias. Evidentemente, que têm uma outra educação, uma outra cultura e, sobretudo, uma outra mentalização, a nível dos seus pescadores ou dos pescadores que dela fazem parte.

É evidente que aqui nos Açores também têm sido feitos esforços no sentido de haver uma maior mentalização e cultura do associativismos. É evidente que isso é o mudar de mentalidades que demora décadas, às vezes demora muitas e muitas gerações. Mas de qualquer forma, considero que é importante continuar-se a fazer esse esforço que já foi feito.

Penso também, que é justamente com a questão da alteração de mentalidades, sobretudo com a promoção e dignificação da profissão da pescas, que será possível motivar a nossa juventude para o exercício da mesma.

O Sr. Deputado referiu e muito bem, que hoje em dia uma pessoa que queira exercer essa actividade auferirá, embora sendo sempre aleatória, em média anual, de largas centenas ou milhares de contos ao fim do ano, que já tem boas condições de habitabilidade, tem melhores condições do que aquelas que existiam há uns anos, mas julgo que isto passa, sobretudo, por uma questão de promoção, dignificação e atracção das nossas camadas mais jovens, dos nossos jovens para essa situação.

Porque o meu tempo está a terminar, não gostaria de deixar passar esta oportunidade para levantar aqui uma questão que está a afligir muito os exportadores de peixe fresco da Ilha do Faial.

Vou terminar dizendo que a situação é dramática, isto é, a falta de transporte para o seu escoamento é enorme e aproveito também para deixar aqui um alerta, ou seja, oxalá que a frota que opera na Ilha do Faial não seja obrigada a paralisar em breve, forçadamente, por falta de espaço no aviões para o transporte do pescado.

Tive oportunidade, aquando da discussão do Programa do Governo, de levantar aqui esta questão, de colocá-la aos Srs. Secretários com competência na matéria, mas faço-o de novo, porque isto é uma situação que pode ser muito grave e que poderá prejudicar bastante a economia desta ilha.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Pescas.

Secretário Regional da Agricultura, Pescas e Ambiente (*Fernando Lopes*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Foi com agrado que ouvi as diversas intervenções e em especial, a intervenção de fundo do Sr. Deputado Manuel Serpa.

Nós estamos de acordo no que respeita à Semana das Pescas. Ela tem que ser dirigida ao utente final que são os profissionais do sector.

Dizer isso, não significa abdicar de qualidade científica. Significa que quem deve ocupar a figura de estilo, quem deve ocupar a sala principal, são os pescadores.

Houve uma alteração no programa da Semana deste ano, a qual foi comunicada publicamente, em que a meio dessa semana vai ser realizado um forum para discutir outras questões que não meramente as questões científicas e para o qual vão ser convidados oradores.

Um dos temas a tratar será exactamente o tema da cooperação.

O Sr. Director Regional das Pescas já disse que uma das modificações deste ano seria acabar com os prémios ao indivíduo que pescasse mais, porque fundamentalmente é preciso mudar mentalidades e isso leva muito tempo. Levou centenas de anos no País Basco, na Galiza etc., mas temos que começar por algum lado.

Há um empenho da nossa parte, enquanto organizadores dessa Semana, de começar a dar esses primeiros passos e de incentivar quando for necessário e se for possível, a constituição de parcerias, nem que seja a título experimental, porque de um bom exemplo pode-se aprender muito para na safra seguinte se vir a alargar essa experiência.

Muitos dos aumentos de produtividade, por exemplo na pesca do atum, dependem dessa cooperação e não da competição, do jogo do esconder e do negar informação ao parceiro.

Nós sabemos que há cardumes que passam e que não são integralmente aproveitados em termos de esforço de pesca.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Não é por causa da Semana das Pescas!

O Orador: Poderemos dar um passo importante no aumento da produtividade, explorando esses recursos que são necessários para o bom funcionamento integral das unidades de transformação já instaladas.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Manuel Serpa.

Deputado Manuel Serpa (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Muito brevemente para dizer que o grande drama é a passagem de um tipo de pesca para o outro.

Evidentemente é mais fácil resolver os problemas, mesmo os de ordem laboral, nas traineiras e nos atuneiros, do que propriamente dos barcos de boca aberta. Há regras, há cooperação e eu penso — e concordo nesse sentido com o Sr. Deputado Paulo Valadão — que é fácil chegar a um entendimento, pelo menos na pesca do atum, porque nós sabemos por experiência própria, que uma grande parte dos marinheiros recebe com antecedência dinheiro. Eles vão ter com o armador ou com o patrão e ele dá-lho. Ao fim de algum tempo, aquilo que equivaleria a um ordenado mínimo nacional por hipótese, ele já o recebeu. É uma questão das pessoas se entenderem e cooperarem nesse sentido.

Portanto, acho que isso é um passo importante, mas o grande passo a dar, seria cada vez mais tirar pessoas de um tipo de pesca que não serve, para outro tipo de pesca que é dignificante e rentável. Esse é que é o grande problema.

De resto, queria apenas acrescentar que frequentei todas as Semanas das Pescas que se fizeram na Região e creio que se deve manter sempre o nível científico que elas têm. Isto é uma questão de aperfeiçoamento. Cada vez mais é necessário inserir os pescadores nas temáticas que estão a ser estudadas e levá-los de facto a entender que também do esforço deles, da união e da cooperação, depende a riqueza da Região.

Presidente: Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, vamos interromper os nossos trabalhos e retomá-los-emos às 15.00 horas. Agradecia um esforço no sentido de se respeitar a hora marcada de recomeço dos nossos trabalhos por razões óbvias, entre as quais, o respeito pelo Regimento.

Obrigado.

(Eram 13.30 horas)

Presidente: Srs. Deputados, agradecia que retomassem os vossos lugares para darmos continuidade aos nossos trabalhos.

(Eram 15.00 horas)

(Risos da Câmara)

Não riam. Somos poucos por isso convém estarmos todos sentados, mas somos os melhores.

Vamos entrar no Período da Ordem do Dia com a utilização do artigo 98.º, ou seja, uso da palavra para apresentação de projectos ou propostas.

Para o efeito tem a palavra o Sr. Deputado Silva Melo, durante 10 minutos.

Deputado Silva Melo (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Este projecto de alteração do Decreto-Lei 409/91, prende-se com o seguinte historial que em poucas palavras passo a expor.

Quando em 1989 entrou em vigor o Decreto-Lei 427, que veio pela primeira vez regulamentar num único diploma o regime da constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na função pública, não era extensível à administração local.

Em 1991, foi publicado o Decreto-Lei 409, que aplicou o normativo deste diploma 427 à administração local.

No que respeita a matéria da mobilidade interdepartamental, enquanto que no diploma inicial não se levantavam problemas, sobretudo no que respeita às situações de transferência, ou seja, aqueles casos em que um funcionário pretende mudar o seu local de trabalho de um serviço para o outro, no diploma da administração local, no seu artigo 3.º, levantava-se um problema, isto é, ele apenas dizia que era permitida a transferência da administração central para a administração local, deixando de fora a situação inversa, ou seja, a transferência dos funcionários da administração local para a administração central.

Como forma de colmatar esta lacuna, propõe-se no presente Projecto de Decreto Legislativo Regional, vir a permitir a mobilidade dos funcionários públicos da administração local, para a administração regional.

No fundo, é a esta a problemática que se levanta neste Projecto.

Presidente: Feita a apresentação nos termos regimentais, vamos passar ao ponto n.º 1 da nossa ordem de trabalhos, ou seja, debate e votação da **Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 2/97 que "visa permitir que o Plano de Médio Prazo 1997/2000 e o Plano e Orçamento para 1997, sejam apresentados à ALRA até ao fim do mês de Abril"**.

Para iniciar o debate, tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (Roberto Amaral): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Esta Proposta de Decreto Legislativo Regional que o Governo apresenta a esta Assembleia e que foi aprovada em Conselho de Governo no passado dia 17 de Janeiro, tem como finalidade pedir a esta Casa que o prazo para apresentação do Plano de Médio Prazo 1997/2000 e o Plano e Orçamento para 1997, sejam

apresentados até ao fim do mês de Abril, porquanto este Governo que tomou posse no final do ano passado, mais precisamente no passado dia 9 de Novembro, viu-se nos últimos meses do ano a braços com a situação dos temporais que assolaram a nossa Região e aos quais dedicou grande parte da sua actividade governativa, felizmente para nós reconhecida e elogiada, até mesmo nesta Assembleia, pela pronta acção que desenvolveu em a correr às situações dos sinistrados.

Esta situação não é nova. Há antecedentes.

Em 1992, aquando da tomada de posse do anterior Governo, o VI Governo Regional, foi pedido idêntica dilatação do prazo o qual foi concedido pela Assembleia. As razões são as mesmas de então, isto é, o Governo era novo.

Este Governo mais novo é, porque é totalmente remodelado, é totalmente diferente uma vez que é um partido novo que assume as responsabilidades de governação, daí que não teve o tempo suficiente, agravado pela situação derivada dos temporais, de preparar esses dois documentos que são fundamentais para a nossa vida no futuro.

Ele tem enquadramento legal. O enquadramento político e a necessidade política é esta que acabo de expor.

Este assunto já foi debatido na Comissão especializada e creio que não haverá muito mais a acrescentar a esta nossa proposta que está feita dentro da legislação actualmente em vigor na nossa Região.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas para prestar alguns esclarecimentos.

Esta proposta foi analisada na Comissão.

A prorrogação do prazo foi aprovada por maioria com os votos de abstenção do PSD e os votos contra do PP, que apresentou uma proposta alternativa em que fazia com que o Plano de Médio Prazo fosse aprovado quando estivesse aprovada a Lei de Finanças Regionais, o que passaria para Outubro ou Novembro.

Nós, PS, defendemos que o Plano de Médio Prazo deve ser um instrumento de política do Governo e, como tal, deve ser apresentado o mais breve possível. Se o

Governo está na disposição de apresentar até Abril, neste caso, nós apostamos que ele deve ser até essa data.

Presidente: Para intervir no debate, tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sem embargo da discussão posterior que virá a ser feita no âmbito da especialidade, na qual pretendemos efectivamente, tal como como disse o Sr. Deputado, introduzir uma proposta de alteração, gostaria de expor as razões que aduzem à posição que o Partido Popular teve tanto na Comissão, como a que irá defender aqui.

Evidentemente que o Governo pede, ao abrigo da lei, este adiamento até Abril, não havendo problema de natureza legal contra isto.

Sendo assim, na nossa opinião, este debate deve centrar-se numa componente técnica e política.

Se efectivamente temos um quadro dentro do qual se aguarda que uma das parcelas importantes da receita desta Região, que tem a ver obviamente com a Lei de Finanças Regionais e na melhor das hipóteses ela será do conhecimento público (se eventualmente isso for aprovado na Assembleia da República, salvo erro no mês de Junho, e se correr um pouco mal o Parlamento entra em férias e só analisará no mês de Setembro ou Outubro e, tal como foi dito pela boca do Sr. Presidente do Governo, ou por outras pessoas envolvida no próprio Governo, e eu próprio já o disse, que será um instrumento importantíssimo para o desenvolvimento da Região), faz pouco sentido que se elabore o Plano de Médio Prazo, antes de haver um conhecimento de qual a forma que se vai revestir essa mesma Lei.

Em segundo lugar, um Plano de Médio Prazo contempla 4 anos, em que no primeiro ano também é aprovado o Plano anual e o Orçamento desse ano. Esta é uma discussão feita em conjunto, o que significa que nós já temos os dados necessários para analisar uma proposta de Plano e Orçamento para 1997.

Partindo deste pressuposto, na nossa opinião, deve ser feita uma descolagem de datas entre a apreciação do Plano a Médio Prazo e a apreciação do Plano e Orçamento de 1997.

Julgo que existem razões suficientes que justificam esta posição, até por uma questão lógica e tecnicamente inofensiva, inclusivamente porque o aspecto do Plano de Médio Prazo que será apreciado no segundo semestre deste ano — provavelmente em Outubro, na nossa proposta — evidentemente que integraria o Plano e Orçamento de 97 e tinha os aspectos futuros de 98, 99 e 2000.

Se tal não acontecer, alternativamente analisaremos uma proposta dum documento que será apresentado pelo Governo até Abril, ou seja, o Plano de Médio Prazo, o qual estará sujeito, muito rapidamente após se conhecer a Lei das Finanças Regionais, a ser alterado. Não faz sentido, inclusivamente no trabalho desta Assembleia, elaborar duas vezes em cima do mesmo, além de que, se a nossa proposta for aceite, manter-nos-íamos em discussão, dentro do ano de 1997.

Em primeiro lugar, apelamos ao Governo para que manifeste se pretende ou não aceitar esta alteração, que na minha opinião faz sentido e, em segundo lugar, a partir do momento em que fique liberto da tarefa de elaborar o Plano de Médio Prazo (o que significa que teria aqui alguma folga), então poderá trabalhar mais activamente no Plano e Orçamento de 1997 e antecipar a sua apresentação a este plenário.

A Região está a ser gerida em duodécimos e politicamente julgamos que esta não é a melhor situação que podemos ter.

Evidentemente, em vez de aprovarmos — e desde já deixo muito claro que vamos votar contra — o adiamento até ao mês Abril, na nossa opinião, o Plano e Orçamento deveriam ser apresentados a esta Assembleia, no limite, até 30 de Março. Assim, ficaríamos apenas com um trimestre em regime de duodécimos, e então dava-se folga ao Governo para elaborar o Plano de Médio Prazo até Outubro, o que seria uma coisa razoável.

Aqui, acresce mais um argumento que também pretendo deixar claro.

Temos que atribuir as culpas a quem de devido no atraso da elaboração da Lei das Finanças Regionais. Essa culpa também tem a ver com o Governo da República.

Estas coisas deverão ser feitas com a seriedade e com a celeridade que se impõe.

É evidente que ao fazer esta alteração, seria a primeira vez — e espero não estar enganado, porque sou deputado pela primeira vez — que não fazíamos coincidir a data do Plano a Médio Prazo com o primeiro Plano e Orçamento da Legislatura. Isto

traz uma carga de responsabilidade política sobre os órgãos da nação, no sentido de aprovar o mais rapidamente possível a Lei das Finanças Regionais. Este é um argumento político.

Gostaríamos de colocar isto à consideração da Câmara e espero que entendam que isto para nós é uma questão de regime, de sistema e é uma questão que tem que ser colocada no todo pela Região.

Percebo que este debate foi francamente "vivo", digamos assim, dentro da própria Comissão.

Há aqui divisões e tenho a impressão que as pessoas dão-nos alguma razão técnica, quando digo que aqui há um problema de oportunidade política. Há diversos argumentos de um lado e de outro e gostaria de ouvir opiniões sobre isso, mas achamos muito importante esta postura.

Como tal iremos apresentar uma proposta de alteração.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Augusto Elavai.

Deputado Augusto Elavai (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para reafirmar aquilo que já disse anteontem.

Em termos técnicos e de premissas, penso que a proposta do PP tem toda a razão de ser.

Eu como técnico — evidentemente que também sou, além de político e de deputado — também gostaria que o Plano de Médio Prazo fosse construído na base de receitas certas e não na sua maior parte receitas previsíveis.

Cabe aqui uma outra parte, ou seja, a política. Não politicamente correcto, mas o que é correcto politicamente.

O que é correcto politicamente, segundo depreendo da posição do Governo, será a de que a apresentação do Plano de Médio Prazo se faça o mais rápido possível, dentro da previsibilidade que o Governo lhe dá. Neste caso será 30 de Abril.

Acresce também que a apresentação do Plano de Médio Prazo, em termos só de despesas (e falo de despesas, dado aquilo que disse há pouco, ou seja, a maioria das receitas serem previsíveis), pode ter um acréscimo de responsabilidade, para que a

Lei das Finanças Regionais possa também ter em conta as necessidades quase efectivas que a Região terá em termos de investimentos. Isto é, será uma achega não só de um elemento representante da Assembleia Regional, que neste caso sou eu, e de um representante do Governo Regional, que fará chegar à Comissão as necessidades da Região, como também uma achega em termos de documento, das necessidades efectivas que a Região terá em termos de investimento.

O investimento neste caso, será a convergência não só nominal, mas também real, quer em termos do Continente quer da Europa e julgo que neste campo todos estamos de acordo.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A posição do PSD é basicamente a mesma que a tomada na Comissão. Compreendemos as razões que levam o Governo a pedir este adiamento e, como tal, o PSD não se opõe à aprovação da prorrogação do prazo conforme solicitado.

Relativamente à proposta do PP, também tivemos a oportunidade de reafirmar isso na Comissão, embora anteontem essa discussão, de certo modo, ocorreu no Período de Antes da Ordem do Dia, depois de uma intervenção proferida pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

A nossa posição é a seguinte:

O Governo foi empossado após um acto eleitoral, tendo apresentado ao eleitorado dos Açores um programa eleitoral que transformou em Programa do Governo e que tem que materializar agora num Plano a Médio Prazo.

É isso que se espera do Governo. É isto que este Parlamento quer ver aqui para aprovar.

O Plano a Médio Prazo não tem que ser feito assente no sentido daquilo que vai ocorrer daqui a 4 anos. É um quadro de referências, aliás, feito a preços constantes, que ano a ano terá que ter a sua actualização em função não só dos indicadores macro-económicos, como também em função dos objectivos que, ano a ano, o Governo vai justificando em termos de desvios de execução material, em termos de

desvios de execução financeira e em termos de algumas prioridades que eventualmente tenham que alterar em função de situações conjunturais.

Não temos que nos preocupar aqui com a questão de não serem conhecidas com toda a exactidão as receitas que o Governo vai ter nos próximos 4 anos, porque mesmo que a Lei esteja aprovada, nós nunca vamos conhecer isso com todo o rigor.

É ano a ano que estas coisas se vão construindo, com base num quadro de referência que é o Plano a Médio Prazo.

Não vejo que haja razão para se estar a dilatar a apresentação desse quadro para Outubro, porque nessa altura as coisas não serão muito diferentes, porque mesmo que a Lei seja conhecida, não admito que este Parlamento e que o Governo venham propor um Plano muito diferente em termos de receitas e de despesas globais.

Tal como disse o Sr. Deputado Augusto Elavai, terão que ter em conta um quadro de convergência real desta economia, que é o que nós pretendemos.

Penso mesmo que isto é uma das grandes preocupações subjacentes à Lei das Finanças Regionais. Portanto, qualquer Plano a Médio Prazo, pode funcionar aqui como um plano específico de desenvolvimento regional, que tem em conta esses objectivos macro-económicos e que vai servir como um bom indicador de referência para a feitura da Lei das Finanças Regionais.

Eu só vejo vantagens em que esse plano exista, que traduza aquilo que são os objectivos do Governo, e que esse plano seja tido em conta pela Comissão que está a elaborar a Lei das Finanças Regionais.

Vejo muitas mais vantagens em que os documentos sejam estudados e utilizados para proporcionar uma boa Lei de Finanças Regionais para a Região, do que o contrário, porque ao contrário nós vamos a reboque e assim ditamos a agenda e ditamos aquilo que queremos para nós.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Aí é que nós discordamos.

Em primeiro lugar, faço lembrar a esta Assembleia o que aconteceu com o Plano de Médio Prazo de 1988, no qual exactamente sobre uma situação dessas — tinha a ver com o programa de outra periferia que mais tarde veio a ser chamado o programa do "Regis", e a Sra. Deputada Berta Cabral deve estar rigorosamente lembrada dessa situação — a Região elaborou um Plano de Médio Prazo que teve só um ligeiro desvio de 42 milhões de contos em relação àquilo que tinha sido aprovado nesta Casa.

Portanto, teve que vir a "engolir" isso mais tarde e, inclusivamente, sob o aspecto político não conseguiu fazer vingar as suas opiniões; teve que "engolir" os 3 milhões ou 4 milhões que foram atribuídos ao nível desse programa numa relação com a Madeira, que até nem foi nada abonatória para a capacidade negocial dos Açores. Esta é a realidade.

Em segundo lugar, faz sentido que a Sra. Deputada Berta Cabral defenda essa sua posição e louvo-lhe a coerência.

Mas já não concordo em relação ao Partido Socialista e ao Governo, porque na altura quando criticámos — e várias vezes foi criticado —, ou seja, não andar a fazer-se um Plano de Médio Prazo irrealista, baseados em variáveis que não se conheciam, para depois ter que "engolir" (já agora na linha das críticas que fiz ontem, críticas essas construtivas e esta é mais uma) dizendo "meus amigos, vamos elaborar em cima do que está". Não vamos elaborar em cima de falsas expectativas perante as pessoas. Isto não é uma campanha eleitoral. Este é um Plano de Médio Prazo do Governo da Região Autónoma dos Açores e por isso merece ser tratado com exactidão e rigor.

Não é para andar a fazer chicana política nem andar a atirar as coisas para o lado, isto é, "o que é que vou fazer e o que é que não vou fazer", e mais tarde virmos a fazer uma revisão do mesmo, em baixa ou em alta, o que não me interessa. No fundo, isto quer dizer que o trabalho que estivemos a fazer aqui não fazia sentido.

Não é por causa de 3 ou 6 meses que o Plano de Médio Prazo fica afectado, na medida em que o que vai estar em discussão são os objectivos de 98, 99 e 2000, já que o Plano e Orçamento de 97 vão ser discutidos independentemente disso.

Mais uma vez e politicamente, vou apresentar-vos mais um argumento, Srs. Membros do Governo e Grupo Parlamentar do Partido Socialista, ou seja, isto permite a discussão de uma das grandes preocupações que eu tenho tido, como seja a avaliação do estado das finanças da Região, do estado em que foram deixadas pelos anteriores Governos, já que tanta vez disseram que isto era sobre o passado.

Portanto, discutimo-la, vemos o que é que está a condicionar um lado e outro e já foi dito em público que provavelmente o Orçamento de 97 vai ficar fortemente condicionado por essa realidade — isto não é segredo, foi o Sr. Presidente do Governo que o disse numa entrevista.

Já agora, vamos lidar com isto e depois vamos lidar com o Plano de Médio Prazo em cima de bases reais, sérias e sem falsas expectativas.

É esta a nossa posição.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

Em primeiro lugar e de uma maneira geral, da parte do PCP, nós consideramos necessário e aceitamos perfeitamente a proposta de adiamento da apresentação do Plano, quer seja anual, quer seja de Médio Prazo, a esta Assembleia.

De qualquer modo, anteontem veio para cima da mesa uma postura ligeiramente diferente da proposta que aqui temos e que agora volta novamente à discussão.

Penso que temos que pensar com seriedade no que há a fazer e da minha parte procurarei apenas fazer um primeiro exercício de raciocínio em relação a esta matéria.

O primeiro aspecto que julgo fundamental, é que o Governo Regional tenha um plano e orçamento para trabalhar sobre ele, embora atendendo às alterações que ontem foram feitas ao Orçamento de 1996 e existindo uma possibilidade de trabalho diferente em relação ao Orçamento, o que é certo é que enquanto não houver nesta Casa a aprovação de um orçamento, o Governo Regional terá que continuar a trabalhar no sistema de duodécimos.

Sendo assim, custa-nos acreditar e a aceitar que com a utilização tão somente do sistema de duodécimos, seja possível trabalhar-se plenamente durante quase meio ano.

Portanto, entendemos que o Plano e o Orçamento para 1997, quanto mais depressa for aqui aprovados, melhor seria para esta Região e até para o funcionamento do Governo Regional.

Outra questão que se coloca, refere-se ao problema do Plano de Médio Prazo.

Em nosso entender, aceitamos que seja possível apresentar o Plano de Médio Prazo com o Plano anual.

No entanto, há aqui um passado recente que já foi recordado e que de facto seria bom, na nossa opinião, que não tivéssemos que repeti-lo, ou seja, para nós é politicamente negativo que daqui a dois ou três meses se analise um plano que daí a pouco tempo vai ser totalmente alterado como se passou na última Legislatura.

Pensamos que isto não é digno para esta Assembleia, não é digno para quem vai executar esse Plano, nem é digno para a própria Autonomia Regional.

Não digam que o planeamento desta Região vai ser totalmente independente em função da futura Lei das Finanças Regionais, porque não poderá ser e estou perfeitamente convencido disso.

Independentemente de todos os indicativos económicos e financeiros que possam contribuir para possíveis ajustamentos do planeamento, a grande realidade é que uma grande parte desse planeamento terá que ser forçosamente feito em função das transferências financeiras do Estado para a Região.

Como disse no início, este é um primeiro exercício de raciocínio.

Portanto, não sabemos até que ponto é que não poderia ser mais dignificante para todos que efectivamente o Plano de Médio Prazo fosse feito em função da Lei de Finanças Regionais que vier a ser aprovada.

Também temos que considerar que ao fazermos o Plano para o ano de 1997, quer se esteja a trabalhar em Plano de Médio Prazo ou não, na realidade também estamos a trabalhar em médio prazo, porque quando o Governo Regional, para 1997, nos vier propor determinada obra que vai ter que ser executada durante três, quatro ou cinco anos, nós estamos a fazer planeamento a médio prazo.

Quando se vier propor determinado conjunto de acções que são o início de determinada estrutura que se vai fazer, evidentemente que se está a fazer planeamento a médio prazo. Até já há quem, pura e simplesmente, defenda que basta o planeamento anual, porque nesse planeamento existe planeamentos a médio prazo. Nós não concordamos com isso. Pensamos que o planeamento a médio prazo ainda é necessário e tem alguma importância, mas não podemos esconder que, efectivamente, no planeamento anual, essencialmente no planeamento do primeiro ano de governação, vai haver muito planeamento a médio prazo.

Por isso mesmo, na nossa opinião, esta matéria, neste momento, tem que continuar a ser discutida e aprofundada.

Da nossa parte, estamos abertos para qualquer uma das soluções.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional das Finanças e Planeamento.

Secretário Regional das Finanças e Planeamento (*Roberto Amaral*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

O Governo também está aberto a qualquer uma das sugestões. No entanto, também queria lançar no debate duas ou três considerações. Algumas já foram debatidas e apresentadas em Comissão, mas voltarão ao plenário.

Os argumentos apresentados pelo PP são tecnicamente correctos, politicamente sedutores, mas com alguns perigos, perigos estes que também já tentei alertar no âmbito da Comissão e que são fundamentalmente os seguintes, na minha maneira de ver.

Nada garante, embora seja esta a nossa firme vontade, que a Lei de Finanças Regionais esteja aprovada em Junho.

Sabemos que podem existir algumas dificuldades; sabemos que existem por parte da Região Autónoma da Madeira algumas posições que poderão levantar alguns problemas na elaboração da Lei; poderemos inclusive ter que vir a debater politicamente a existência ou não apenas de uma Lei; no entanto, a nossa posição é que nesta matéria deverá fazer-se todos os possíveis para haver uma Lei única, mas não abdicar da possibilidade de haver duas leis ou haver, inclusivamente, uma Lei para os Açores e nenhuma para a Madeira.

Isto não é caso virgem, a Região Autónoma da Madeira já viveu durante muitos anos com o Estatuto ainda aprovado no Conselho da Revolução, enquanto que nós, aqui nos Açores, felizmente prevaleceu o bom senso e foi possível aprovar estatutos, por unanimidade, nesta Casa.

Queríamos que sucedesse o mesmo em relação à Lei das Finanças Regionais.

Portanto, não é líquido que a Lei das Finanças Regionais esteja elaborada a tempo de se poder elaborar o Orçamento para 1998 e a ter em consideração na elaboração do Plano projectos até ao ano 2000.

Por outro lado, é possível à Região (e o Governo tem possibilidades e por isso apresentou esta proposta nos termos da lei em vigor) fazer um Plano a Médio Prazo, como tem sido feito ao longo destes últimos 20 anos, exactamente com as mesmas regras, mas com as imprevisibilidades decorrentes do próprio facto de mesmo ser elaborado nestas circunstâncias. Ou seja, nós estamos absolutamente convencidos que vai ser necessária uma Revisão independentemente de haver ou não Lei de Finanças Regionais, durante a execução do Plano de Médio Prazo.

A única certeza que nós temos, é sabermos, neste momento, as regras do jogo para 1997, e sabemos.

Nós já temos perfeitamente definidas quais as transferências do Orçamento de Estado, já temos definido qual o montante autorizado pela Assembleia da República para a Região recorrer ao endividamento, temos uma certa dose de segurança na previsão das nossas receitas próprias e temos também uma certa dose de segurança na previsão da comparticipação dos fundos comunitários.

Para 1997, nós podemos elaborar com rigor o Plano e Orçamento.

Se a Lei das Finanças Regionais for aprovada a tempo — em Junho —, nós poderemos inclusivamente apenas fazer a Revisão do Plano a Médio Prazo, aquando da elaboração do Orçamento para 1998. Porquanto o de 97 está em curso.

Em princípio não haverá dificuldades nem surpresas maiores na sua execução, mas nós nunca podemos prever com muito rigor o futuro, porque não temos o dom de adivinhos, mas de qualquer das maneiras, dentro dessa imprevisibilidade dada pelas circunstâncias, nós podemos, com uma certa dose de confiança, afirmar que o Orçamento e o Plano serão aqueles.

A Revisão do Plano a Médio Prazo, seria apenas feita aquando da revisão ou da apresentação do Orçamento para 1998.

Por outro lado, e isto também foi um argumento que introduzi no âmbito da Comissão, vejo que politicamente também pode haver um certo interesse para o grupo de trabalho que está a elaborar a Lei de Finanças Regionais, em saber quais as necessidades que a Região sente e que precisa consubstanciar nos seus planos de desenvolvimento até no Médio Prazo.

Eu já não ponho aqui em questão os anos. Nós, inclusivamente poderíamos fazer uma projecção com um prazo mais alargado, mas se esta previsibilidade fosse (e até deixem-me elucidar um pouco embora saiba que isto é difícil) o Plano a Médio Prazo aprovado por unanimidade, nesta Assembleia, seria um elemento altamente sugestivo e atractivo para quem está a elaborar a Lei de Finanças Regionais.

É óbvio também que o Plano a Médio Prazo poderia, em princípio, ser dispensado na sua apresentação, mas isto obriga a uma lei diferente dos moldes em que está neste momento.

Poderemos governar a Região a Médio Prazo, definindo e aprovando nesta Assembleia — são as grandes opções do Plano — sem quantificar, da mesma maneira como nós estamos a fazer neste momento. Isto é perfeitamente possível. Por todo o mundo os países estão a viver na base, digamos assim, de grandes orientações e não de um plano mais próprio da década de 60 ou de 50, tal como nós estamos a viver.

Isto é perfeitamente possível, compatível e até mesmo vai ao encontro das tendências liberalizadoras e da economia de mercado em que vivemos. Com isto pretendo dizer que o Governo apresentou-se com um programa eleitoral, já apresentou e foi aprovado nesta Assembleia o seu Programa de Governo e agora a materialização e a quantificação tanto pode ser feita num Plano de Médio Prazo, como ainda ao nível das grandes opções do Plano.

De qualquer das maneiras, nós estamos abertos a continuar este debate e a colaborar na melhor solução que daqui sair.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, eu tenho a inscrição dos Srs. Deputados José Monjardino e Augusto Elavai que já intervieram por duas vezes, mas o Regimento não nos permite mais que duas intervenções.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não tenho no meu espírito aquilo que o Sr. Deputado José Monjardino tinha no seu. Mas na impossibilidade dele continuar este debate, por imperativos de tempo regimental, eu julgo que o Partido Popular teria mais algumas questões a introduzir.

Eu penso que foram já aqui aduzidas as questões fundamentais que estão em apreciação. E no fundo, são as questões que sustentam as posições das diferentes bancadas em presença. Há, porém, aspectos que foram citados que nos devem levar a uma grande ponderação.

Eu compreendo — e ainda há pouco o Sr. Secretário referiu isso aqui — e louvo a sinceridade e o rigor de algumas afirmações e depoimentos aqui feitos, nomeadamente o de que nada garante que a Lei das Finanças Regionais esteja aprovada em Julho.

No entanto, na mesma medida em que eu louvo essa honestidade política e mental de dizer isso nesta Assembleia, não posso deixar de alertar este Parlamento para os perigos que a Autonomia está vivendo e que pode vir a viver, principalmente se os receios que o Governo aqui manifestou vierem a concretizar-se. Tenhamos todos consciência de que vamos entrar numa fase perfeitamente decisiva para o nosso futuro.

É que todos temos presentes as expectativas que foram goradas, relativamente ao Orçamento de 1996 e que já correspondia ao primeiro ano de elaboração do Orçamento de Estado do Governo do Eng. Guterres.

Todos nós assistimos ao facto de que em relação ao Orçamento de Estado de 1997, não foi tida em conta a situação específica da Região, tornando o Governo da República a tratar os Açores de uma forma transitória, a aguardar os trabalhos do tal dito grupo de estudos.

Tal como eu disse ontem aqui, ai de nós se em relação a 1998 isso vier a acontecer!

Por isso repito, quando esse aspecto é colocado aqui de forma honesta, acho que deve haver a mesma honestidade da nossa parte, ao fazermos determinada reflexão. Isto não pode acontecer!

Por conseguinte, sob o nosso ponto de vista — e aqui é que está eventualmente a diferença de leituras políticas, e uma vez que parece assente que tecnicamente a proposta do PP já está fundamentada e provavelmente aceite — a questão política é mesmo essa. Ou seja, se nós continuarmos a dar um ar de naturalidade e de normalidade perante Lisboa, meus amigos, estão aqui em causa as relações Açores/Lisboa!

Seja com Cavaco, seja com Guterres!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): É a diferença.

O Orador: Oxalá essa diferença se concretize!

Deputado José Monjardino (PP): Não estou a ver onde!

O Orador: Portanto, o drama é esse.

Por consequência, o que está aqui em causa é de facto essa situação.

Se nós nos Açores continuarmos, repito, a funcionar com alguma normalidade, com alguma naturalidade, perante a indefinição do nosso futuro financeiro, sob o ponto de vista do Partido Popular isso é mau!

E isso é politicamente incorrecto!

Foi isso que, politicamente, o Partido Social Democrata fez no passado e entendemos que não é correcto persistir nessa metodologia política.

Eu compreendo o argumento do Sr. Secretário Regional, quando alega que se esta Assembleia aprovar um Plano de Médio Prazo em Maio, isso vai ser um forte indicativo perante o grupo de trabalho para a Lei de Finanças Regionais ou até (porque não?) perante o Governo da República. É óbvio que é.

Portanto, a questão que pomos é a de saber qual será o papel reservado a esta Assembleia Regional?

Será que esta Assembleia está a cair num papel meramente estratégico, perante a luta e o objectivo da obtenção de um resultado no âmbito da Lei de Finanças Regionais?

Nós pensamos que o papel desempenhado por esta Assembleia não deve ser meramente estratégico em relação a esse objectivo.

A Assembleia não pode ter o papel de "bandarilheiro" deste processo.

A Assembleia Regional deve ser o "matador" desse processo.

Quem deve ter o papel de "bandarilheiro" — com o devido respeito — é o Governo Regional. E o Governo pode preparar a sua Ante-Proposta de Plano de Médio Prazo e pode e deve apresentá-la ao grupo de trabalho e ao Primeiro-Ministro e dizer-lhes: "os Açores precisam disto!". E pode dizer-lhes que se os Açores não tiverem os tais 140 milhões, ou os 180 milhões de contos de investimento para os 4 anos, não se obtém a convergência nominal, a convergência real e as convergências todas!

Mas esse é um papel que cabe ao Governo desempenhar. E não deve sujeitar a Assembleia Regional ao mesmo.

Porque então, qual será o nosso papel?!

Será aquele que tivemos há 4 anos, ou seja, vir aqui dizer: "olha o Governo da República só nos dá mais 5 milhões de contos e agora a Assembleia decida como é vamos descalçar esta bota!".

A nossa perspectiva é a de que podemos mudar de política. Podemos mudar de método.

E o que é que o PP propõe para isso?

É que em vez de se aprovar o P.M.P. em Maio, que o façamos em Outubro. Mas que se aprove com o conhecimento das regras do jogo.

É isso que nós temos, quase todos, exigido perante Lisboa!

E é isso que o PP entende que deve continuar a ser exigido e agora concretizado.

Por isso, declaramos desde já, que estamos disponíveis para todas as formas de luta — **todas**, as que são estatutárias e regimentais! — para obrigar o Estado a cumprir com esse direito dos Açores relativamente à definição de uma Lei de Finanças Regionais.

E sob esse ponto de vista, Sr. Presidente, Srs. Deputados e Srs. Secretários Regionais, nós não queremos admitir nesta Câmara que o Orçamento de Estado para 1998 não contenha a definição sobre as Finanças Regionais.

Não nos parece politicamente correcto, sequer, admitir isso aqui.

Por conseguinte, se nós não admitimos isso, a opção é esta: ou vamos em Maio fazer um Plano de Médio Prazo com base em números abstractos, com base no

desconhecimento da realidade, com base em questões académicas, vamos só apreciar os objectivos do Governo, tal como pretendeu dizer a Deputada Berta Cabral.

Eu penso que a Sr^a. Deputada Berta Cabral está... "empurrando" o Governo para que ele cometa os mesmos erros que o anterior Governo do PSD cometeu.

Mas isso é a estratégia do PSD. É a estratégia político-partidária do PSD de, inteligentemente, dizer ao PS: "vocês façam como nós fizemos que vão no mesmo caminho!".

Deputado Francisco Sousa (PS): A gente não consegue ir à missa todos os dias!

O Orador: O que o PP pretende demonstrar é que esse procedimento não é correcto. E se no passado — e nós queremos dizê-lo aqui frontalmente — até admitimos que o PSD, na posição de governo, não dispusesse de muitas alternativas — não vejo que o PSD facilmente pudesse justificar adiamentos —, agora justifica-se.

O PSD nunca teve a expectativa de ter uma Lei de Finanças Regionais em 92 que eu saiba. Mas agora nós temos.

Portanto, sem dramatizar também, e julgo que isso ficou muito claro na intervenção do Deputado José Monjardino, não se trata aqui de uma questão de vida ou de morte — todos já perceberam isso.

Porém, se o PP faz questão disso, é porque quer deixar clara a sua posição, para depois quando se estiver a discutir o P.M.P. em Maio, esta Assembleia se lembrar do que o Partido Popular está dizendo hoje!

E, eventualmente, quando se estiver aqui em Outubro ou Novembro ou Janeiro de 98, a discutir esse assunto esta Assembleia se lembrar do que estamos aqui a dizer hoje. É só nessa perspectiva que estamos a utilizar este tempo regimental para explicarmos bem isso.

Por consequência, vamos manter esta posição e as propostas que apresentámos, porque sabemos que não se põem aqui questões de Estado. Colocam-se, sim, questões de mudança de métodos de trabalho.

Há aqui questões de princípio e questões de pôr também o Povo dos Açores solidário connosco. Porque o Povo dos Açores não pode estar em suas casas, tranquilo e ciente de que o Governo Regional, na pessoa do Sr. Presidente e dos seus ilustres

Secretários, carrega o peso das responsabilidades sozinho e que nos resolve os problemas todos.

Esta visão que foi alimentada por alguém no passado, deve ser eliminada.

O povo dos Açores tem que saber "as linhas com que se cose".

O povo dos Açores não pode ter a ilusão de que nós vamos aprovar em Maio um Plano de Médio Prazo, sem saber com que meios é que vamos trabalhar, para depois em Outubro virmos aqui fazer o quê...? Corrigir tudo, porque o Orçamento do Estado não dá os meios suficientes?!

O PSD teve um grande benefício histórico.

O PSD quando fez as asneiras metodológicas que fez, a Região devia 20 e tal milhões de contos. E o PSD tinha uma... "almofada". Não era bem isso. Eles tinham um "colchão de Moloflex"!

(Risos da bancada do PS)

Eles tinham um "colchão" de palmo e meio!

Mas essa margem foi toda utilizada pelo PSD.

Se houve companheiros que, em matérias agrícolas, já deixaram algumas denúncias, dizendo que o PSD já "comeu a carniinha toda" e agora o PS "dos ossos vai ter que fazer bifés" — foi isso que eu percebi...

(Risos das bancadas do PS e do Governo)

... — em relação à utilização da capacidade de endividamento da Região, parece que estamos conversados.

Então se o PSD passou a dívida de 26 milhões para 126 — a dívida directa — o que é que o PS tem para nos mostrar depois em Outubro?! Passar de 126 para 250 mil?!

Avisem-me, porque eu quero comprar bilhete para o Canadá!

Muito obrigado.

(Risos da Câmara).

Presidente: Tem a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Eu penso que a Proposta apresentada pelo Governo deve ser aprovada, porque apesar de reconhecer que o ano de 1997, a diverso título, não só no que concerne à Lei de Finanças Regionais, constitui um ano de transição e de assunção de decisões com projecção a médio prazo na vida dos Açores, quer no plano da Revisão Constitucional quer no plano resultante da mudança do Governo, quer ainda no plano da Lei de Finanças Regionais, há que manter uma sinalização enquadradora da evolução da política regional e das orientações políticas a médio prazo.

Penso que o Plano a Médio Prazo, constituindo ele próprio um documento macro-orientador, um documento que por isso mesmo é susceptível, como o tem sido sempre no passado, de revisões periódicas, deve ser aprovado nestas circunstâncias, porque contém essas orientações e deve ser corrigido se houver lugar a correcção quando for oportuno.

Agora, parece-me que faz sentido que existindo um documento como este, este Governo tenha, perante a Assembleia e perante os açorianos, uma orientação de médio prazo.

Este Governo tem direito a ter uma orientação de médio prazo. E a demonstrá-la perante os Srs. Deputados e perante os açorianos.

Além disso, penso que se há alguma indicação a dar ao grupo de trabalho ou à Assembleia da República sobre a futura Lei de Finanças Regionais, essa orientação deve ser dada pela legitimidade que a Assembleia Legislativa Regional tem ao aprovar ou não uma Proposta de Plano a Médio Prazo. Ou seja, eu não tenciono, como Presidente do Governo, dizer ao representante do Governo no grupo de trabalho da Lei de Finanças Regionais que peça autorização a esse mesmo grupo para nós aprovarmos o Plano de Médio Prazo.

O que eu posso fazer é comunicar ao grupo de trabalho que a Assembleia já aprovou esta Proposta de Plano a Médio Prazo. E isso é substancialmente diferente e no que concerne às competências regionais, está aí uma diferença muito sensível.

Gostaria também de dizer que é evidente que não se pode dizer que a Lei de Finanças Regionais estará pronta em Junho, em Maio ou em Setembro. Porque intervêm nesse processo, a nível preparatório, três componentes pelo menos, isto é, Região Autónoma dos Açores, a Região Autónoma da Madeira e o Governo da República. A qualquer momento, qualquer deputado, seja ele da Assembleia Legislativa Regional, seja ele da Assembleia da República, pode fazer uma Proposta de Lei de Finanças Regionais, que aqui fica em anteprojecto, mas quando chegar à Assembleia da República, entretanto, poderá estar por exemplo o grupo de trabalho a funcionar.

Há quem diga até que o Governo Regional da Madeira tem uma Lei de Finanças Regionais pronta para entrar ou ser apreciada na Assembleia da República.

O que existe de concreto é um compromisso que eu conheço, porque me foi dado pela pessoa do Sr. Primeiro-Ministro, de que o Governo da República gostaria que o grupo de trabalho concluísse no 1º semestre todo o seu trabalho, sugerindo um articulado concreto de Lei de Finanças Regionais.

O que foi respondido pelo Presidente do Governo ao Sr. Primeiro-Ministro, é que o Presidente do Governo também tem essa convicção e também concorda com essa necessidade de que o referido grupo deve concluir os seus trabalhos no 1º semestre deste ano.

É evidente que é um processo complexo, que não depende de novo de nós, mas que depende também dos partidos representados na Assembleia da República e de quanto tempo essa Lei de Finanças Regionais durará na Assembleia da República.

O que sei da parte de um dos partidos é que ela terá um tratamento urgente e automático, em função do debate prévio que ocorreu ao nível do grupo de trabalho e que presumo que outros partidos poderão ter idêntico comportamento.

Mas isto quer dizer que essa Lei pode muito bem vir a ser aprovada na Assembleia da República no reatamento dos trabalhos parlamentares em Setembro ou Outubro.

É uma possibilidade, portanto, que pode naturalmente ocorrer. E depois, obviamente, será publicada.

Ora, com este processo, nós arrastaríamos, infinitamente, a aprovação do Plano a Médio Prazo na Assembleia, sem qualquer vantagem.

Portanto, eu já tenho dito e até em certas circunstâncias alguns meios de comunicação social não perceberam o que eu disse, que obviamente gostaria de ter escolhido outro ano para negociar a Lei de Finanças Regionais, porque nós estamos a negociar essa lei num ano de dificuldades e de constrangimentos orçamentais, a nível nacional, conhecidos, que não proporcionam um bom ambiente para o tratamento destas temáticas.

Por isso, gostaria muito que esta Lei de Finanças Regionais estivesse há muito tempo aprovada.

Desde já, chamo a atenção do Partido Popular que a vida autonómica dos Açores não se iniciou em 1996. Desde 1976 que se poderia ter aprovado uma lei desse tipo.

Portanto, deste Governo da República pode haver um atraso de ano e meio no cumprimento do seu compromisso, mas no ordenamento jurídico português, esta ausência faz-se sentir há 20 anos. E agora, finalmente, estamos numa fase de concretização da Lei de Finanças Regionais.

Além disso, devo dizer que também admito a possibilidade do próprio articulado desta lei ter uma componente regulamentar posterior que seja tão importante, ou em parte importante, para o completo esclarecimento da dimensão quantitativa do ponto de vista de transferências que a Lei de Finanças Regionais trará para as Regiões Autónomas.

E sendo previsível também que ela possa configurar um regime de cooperação económica do Governo da República com as instituições ou com as Regiões Autónomas, também é possível que esse regime tenha que ser consagrado, regulamentado e especificado no futuro.

E sendo possível que haja um regime fiscal próprio, e que sejam conferidos à Região poderes no domínio da adaptação do sistema fiscal, no sentido da sua pressão ser menor nos Açores e na Madeira, também terão que existir natural e posteriormente iniciativas legislativas tendentes a dar corpo a essa pressão fiscal menor.

Portanto, há uma projecção no tempo das consequências da Lei de Finanças Regionais que não poderá ser, em rigor também e de novo, diagnosticada em Outubro deste ano, por exemplo.

Por isso, em boa parte em Outubro ainda haverá uma boa percentagem da falsa questão que hoje é colocada a pretexto da aprovação ou não do Plano a Médio Prazo, neste momento, aqui nesta Assembleia.

Por consequência, eu penso que a opção que nós temos a fazer nestas circunstâncias, é a de aprovar um Plano a Médio Prazo, sabendo que à semelhança de todos os outros Planos a Médio Prazo que até hoje aprovámos na Região, ele será naturalmente revisto e ajustado em função das circunstâncias. Agora, devido à Lei de Finanças Regionais, em ocasiões anteriores, devido ao montante anual das transferências do Estado ou de outras componentes ou indicadores económicos e financeiros.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra a Sr^a. Deputada Berta Cabral.

Deputada Berta Cabral (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu penso que a posição do PSD é bastante clara e até não estava a pensar sequer intervir sobre isto, não fossem algumas observações feitas há pouco pelo Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Muito simplesmente, gostaria de dizer que é muito diferente ser-se oposição quando já se foi governo, e ser-se oposição quando nunca se exerceu funções executivas.

Efectivamente, ser-se oposição quando já se foi governo, tem-se muito mais consciência das questões práticas que se colocam no dia a dia e exerce-se a oposição de forma mais construtiva.

É evidente que o Governo não pode esperar disto um voto por unanimidade relativamente ao seu Plano a Médio Prazo.

O Governo pode contar com algumas aprovações, pode esperar também algumas reprovações, porque a vida é assim mesmo.

O PSD tinha um programa eleitoral diferente, naturalmente apresentaria um Plano a Médio Prazo diferente. Mas penso que toda a gente já estava à espera disto, como nós também no passado contámos com isso e soubemos viver com isso perfeitamente — aliás, nem outra coisa seria de esperar.

Quanto à Lei de Finanças Regionais, e isto apenas para clarificar bem aqui a nossa posição, o PSD entende — e entende desde o princípio, e há várias afirmações minhas e de outras pessoas sobre esta matéria — isto como uma zona neutra, uma zona em que é necessário ter 2 terços para fazer aprovar esta lei.

Esta é uma matéria sobre a qual o PSD e o PS têm que se entender, necessariamente, porque o interesse dos Açores está acima de tudo. E aqui, sim, podem contar com a nossa completa colaboração, sendo certo que faremos vingar os nossos pontos de vista, bem como os senhores os vossos, e sendo certo também que iremos ao vosso encontro, na certeza de que também virão ao nosso.

É apenas isto que eu pretendia deixar bem claro.

Presidente: Vamos passar à votação, na generalidade, da Proposta de Decreto Legislativo Regional N° 2/97.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Decreto Legislativo Regional foi aprovada, na generalidade, com 24 votos favoráveis do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão para uma declaração de voto.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Conforme dissemos na nossa intervenção, estamos de acordo com a filosofia apresentada pelo Governo, relativamente à necessidade de alteração do Orçamento e Plano da Região para 1997.

Em nosso entender, é exactamente isso que acabámos de votar, ou seja, este documento na generalidade.

Nós entendemos que todas as razões apresentadas e todas as que estão contidas nos documentos que temos presentes, justificam a necessidade desse adiamento. Daí, a nossa votação favorável.

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade do Artigo 1º e votamos, em primeiro lugar, a proposta apresentada pelo PP.

Este Artigo tem dois números que podem ser votados conjuntamente, se não virem qualquer objecção em fazê-lo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Tal como já afirmámos, pensamos que é necessária a prorrogação do prazo de entrada dos documentos.

A proposta que nos foi apresentada e defendida pelo PP, em nosso entender, poderia ter "pés para andar", isto é, poderia ser mais aprofundada e até talvez tivesse algumas vantagens. Daí que não façamos uma votação contra a mesma.

De qualquer modo, dá-nos a impressão que o PP também não foi capaz de justificar aqui nesta Câmara as grandes vantagens que essa mesma proposta tem.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Estamos convencidos que a discussão efectuada na generalidade sobre esta matéria, teve sempre subjacente os aspectos na especialidade, como é evidente.

Portanto, o que o Partido Popular agora concretiza na especialidade, é apenas a destrição entre o Plano e Orçamento para 1997 e o Plano de Médio Prazo.

Como se sabe, o Governo Regional propõe fins de Abril para o conjunto dos diplomas.

O nosso entendimento é o de que seria possível, em relação ao Plano e Orçamento de 1997, fazer-se alguma antecipação, caso o Governo ficasse liberto de apresentar o Plano de Médio Prazo.

Sob esse ponto de vista, a nossa proposta antecipa os limites que a proposta do Governo apresenta. Logo, o Partido Popular sugere que o Plano e Orçamento para 1997 sejam presentes até fins de Março.

Em relação ao Plano de Médio Prazo, como pensamos que muito bem fundamentámos nesta Assembleia, ao ponto de praticamente todos os grupos parlamentares terem reconhecido que sob o ponto de vista técnico a nossa proposta

estava cabalmente fundamentada e **positivamente fundamentada**, é óbvio que respeitamos as argumentações políticas. Foi por isso que também acabámos por ser vencidos nesta discussão na generalidade - estamos certos disso.

Por conseguinte, mantemos na especialidade a nossa proposta.

Presidente: Vamos passar à votação na especialidade do Artigo 1º.

Votaremos, em primeiro lugar, a proposta apresentada pelo PP para este Artigo.

Os Srs. Deputados que concordam com a proposta de alteração apresentada pelo PP, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém, faça o favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração foi rejeitada com 24 votos contra do PS, 23 votos contra do PSD, 2 votos a favor do PP e registou 1 abstenção do PCP.

Presidente: Vamos passar à votação do Artigo 1º, segundo a proposta do Governo que prevê que "O Plano de Médio Prazo 97/2000 e Orçamento e Plano para 97, são apresentados à ALRA até ao fim do mês de Abril de 1997".

Os Srs. Deputados que concordam com esta proposta, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 1º, segundo a proposta do Governo, foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Passamos à votação do Artigo 2º que se refere à entrada em vigor.

Os Srs. Deputados que concordam com este artigo, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos então à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma em apreço foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 1 voto a favor do PCP e registou 23 abstenções do PSD e 2 abstenções do PP.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Eugénio Leal para uma declaração de voto.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD absteve-se, mantendo a coerência na sua votação e naquilo que pensava e que apresentou há 4 anos.

Para os Srs. Deputados que não se recordam da discussão ocorrida então nessa altura, e para aqueles que estão aqui pela primeira vez, aconselhamos a leitura do Diário das Sessões sobre a discussão deste assunto, na qual foram intervenientes ilustres deputados da bancada socialista.

A propósito disso, vou apenas ler uma passagem de um desses ilustres deputados que na altura, aquando da sua intervenção, referiu:

"Pela boca morre o peixe. E é o que está a acontecer ao PSD e a este Governo!"

Parafrazeando, eu diria: "Pela boca morre o peixe. E é o que está acontecendo ao PS e a este Governo!".

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Não é o mesmo Governo, Sr. Deputado!

Deputado Mark Marques (PSD): Escute Sr. Deputado!

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Os apartes são regimentais!

O Orador: Que é um Governo que tem que ser puxado pela arreata.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): E rebentou a arreata!

O Orador: Teve pressa em chegar à cadeira do poder. Muita pressa.

Mas para fazer algo, não tem pressa nenhuma!

Disse.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): A cadeira está vazia!

(Risos da bancada do PS)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino para uma declaração de voto.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de deixar aqui referidas duas ou três ideias que estiveram subjacentes à nossa proposta, tendo sido a mesma derrotada.

A primeira delas tem a ver com o seguinte, e talvez tenha mais a ver com os senhores jornalistas.

Não posso esquecer que a uma dada altura perguntaram-se se, efectivamente, o PP tinha tanto poder nas mãos ou uma coisa do género, e eu lembro-me de ter dito a alguns que iriam ver os dois grandes partidos entenderem-se mais vezes do que pensavam.

O poder às vezes tem estas pequenas particularidades.

(Risos da bancada do PS)

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Esta é para vocês!

Deputado Mark Marques (PSD): Não, esta é para aí!

O Orador: Em segundo lugar, é evidente que o que estava aqui em jogo não era estruturante.

Mas deixo feito muito claramente ao PS e ao Governo um aviso:

- Cuidado com as pequenas práticas. Não se venham elas depois transformar em grandes práticas.

É que as pessoas votaram em mudança e não vão querer ver as mesmas práticas que viram durante 20 anos nesta Região!

Tenho dito.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): *Muito bem! Muito bem!*

Deputado João Cunha (PSD): Já estão avisados!

Presidente: Vamos passar ao ponto 3 da nossa ordem do dia, com o qual iniciamos a apreciação dos Pedidos de Urgência que como se recordarão, são três os que estão em apreciação.

O primeiro diz respeito à Urgência e Dispensa de Exame em Comissão do **Projecto de alteração ao DLR N° 12/94/A, de 5 de Maio — "Publicidade do Tabaco nas Provas Desportivas"** — e é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Chamo a atenção dos Srs. Deputados para a fundamentação apresentada pelo PS, para o facto de que se trata apenas de uma prorrogação do prazo fixado pelo anterior Decreto. E o regime de discussão é o de apenas 1 representante por cada grupo ou representação parlamentar, por um período não superior a 15 minutos cada um.

Assim sendo, tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

As razões que levam o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a apresentar o Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, devem-se a dois factores.

Primeiro, porque este Projecto pretende apenas uma prorrogação do prazo já fixado pelo Decreto Legislativo Regional N° 12/94/A, de 5 de Maio", do mesmo modo que aconteceu a nível nacional com o Decreto-Lei 203/95, de 3 de Agosto.

Em segundo lugar, porque se aproxima o início das provas automobilísticas e os clubes organizadores precisam de saber se podem ou não contar com o apoio das empresas tabaqueiras.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou apenas cingir-me à Urgência.

Atendendo à argumentação do Sr. Deputado que me antecedeu, considerando que as provas automobilísticas irão começar em breve, nós pensamos que poderá haver alguma urgência em discutir-se esta matéria. De modo que discuti-la-emos daqui a pouco.

Presidente: Passamos então à votação deste Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão sobre o Projecto de alteração ao DLR N° 12/94/A, de 5 de Maio — "Publicidade do Tabaco nas Provas Desportivas" —, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que se refere também a um Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão relativo à **alteração do DLR N° 30/96/A, de 27 de Dezembro - "alterações à Orgânica de Serviços da ALRA"**, apresentado pelo PSD.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A razão de ser deste Pedido de Urgência prende-se com as mesmas razões que estão na origem do Pedido de Urgência que, por sua vez, originou o Decreto Legislativo Regional cuja revogação agora se pretende.

Entendemos que é fundamental para a reorganização e reestruturação dos grupos e representação parlamentar, haver uma definição dessa situação dos adjuntos e secretários. E se na altura já existiam razões para esta Urgência, eu penso que uma vez que o mesmo diploma já entrou em vigor, neste momento, subsistem outras razões, tais como as expectativas que se podem eventualmente criar nas contratações que os grupos e representação parlamentar estariam a pensar e, eventualmente, nas consequências de um qualquer contrato que se faça para esse efeito.

Por esta razão, o Grupo Parlamentar do Partido Social Democrata requereu o processo de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão desta iniciativa legislativa.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Era apenas para dizer que nós vamos votar favoravelmente esta Urgência, na medida em que consideramos que esta não tem nada a ver com a anterior e à qual o Sr. Deputado Jorge Valadão fez referência há pouco.

Nós pensamos que esta problemática dos adjuntos tem toda a urgência em ser aqui discutida e analisada. E é com base nessa discussão que esperamos que daqui a

pouco venha a ser aqui feita, vamos votar favoravelmente este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apenas para dizer que do ponto de vista do PS, importa clarificar este assunto o mais rapidamente possível. E, portanto, vamos votar a favor da Urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Para dizer também que o Partido Popular está de acordo com a realização de uma discussão séria — já agora peço por antecipação para que haja este cuidado sobre esse assunto — e mais do que uma discussão sobre determinado assunto, vamos estar a discutir o sistema e o funcionamento desta Assembleia. E também o relacionamento do tipo de informação que entra e sai desta Casa e determinados comportamentos éticos e morais de certas pessoas.

Como tal, esta questão merece ser tratada com seriedade e já agora porque não fazê-lo o mais rapidamente possível.

Aproveito também para tornar extensível o convite a todos os jornalistas, para que sinceramente prestem atenção a tudo o que se vai passar aqui a seguir.

Vamos aprovar, obviamente, a Urgência.

Presidente: Passamos então à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com este Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão relativo à "alteração da Orgânica dos Serviços da ALRA", mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao 3º Pedido de Urgência, desta feita respeitante à **alteração do DLR que "Cria os Quadros de Zona Pedagógica"**.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Urgência deve-se ao facto de no próximo mês de Fevereiro termos que ter aplicado na Região Autónoma dos Açores este diploma, atendendo a que vão ser abertos concursos para professores e ele, naturalmente, vai ter que estar em vigor já nessa altura.

Em segundo lugar, a Dispensa de Exame em Comissão, prende-se com o facto de em Setembro esta (anterior) Assembleia ter aprovado este mesmo diploma, com o mesmo conteúdo e nessa fase do processo terem sido ouvidos os parceiros sociais e termos aprovado, por unanimidade, o Projecto que agora voltamos a ter aqui em discussão.

Este diploma vem subscrito por todos os grupos parlamentares, bem como também pela representação parlamentar, exactamente porque todos entenderam que esta matéria era urgente e era necessário que fosse votada nesta Sessão, para poder estar em vigor no próximo mês de Fevereiro.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Nós consideramos que esta matéria também é urgente, na medida em que estão aí os concursos. E como esta legislação tem que ser aprovada antes desses, estamos convencidos que, a breve trecho, vamos ter que nos pronunciar sobre legislação que visa precisamente esta matéria e que vai ter que vir, provavelmente, com o carácter de urgência. A não ser que a Comissão consiga receber, uns dias antes, o documento do Governo da República e possa analisá-lo.

São, portanto, matérias que jogam com a vida de um grupo profissional muito grande desta Região. Por outro lado, esta matéria já foi objecto de análise por uma comissão na anterior Legislatura, por isso no fundo estamos apenas a modificar e a melhorar uma proposta que por aqui já andou. Daí o nosso voto favorável a esta Urgência.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD também concorda com este Pedido de Urgência, por tratar-se — como já foi aqui dito — de matéria referente a concursos. E como sempre nos batemos e continuaremos a bater-nos pela colocação atempada dos docentes, com vista a que os alunos tenham o maior tempo de aulas possível no cumprimento dos planos de estudo, vamos votar também favoravelmente.

Presidente: Passamos à votação do Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão relativo à alteração do DLR que "Cria os Quadros de Zona Pedagógica". Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao ponto 6 da nossa ordem de trabalhos que se refere a uma **Proposta de Resolução sobre a "Conta de Gerência da ALRA relativa a 1995"**.

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Não vamos entrar em pormenores sobre a Conta de Gerência da Assembleia Legislativa Regional.

Queríamos apenas referir que perante toda a documentação que nos foi entregue, ou seja, a Proposta de Resolução apresentada pela Mesa da ALRA, bem como os Pareceres do Tribunal de Contas e da Comissão de Organização e Legislação, leva a que a Representação Parlamentar do PCP, em consciência, vote favoravelmente a Proposta de Resolução através da qual propõe-se a aprovação das contas desta Assembleia.

Presidente: Continua aberta a discussão.

Não havendo mais intervenções vamos votar.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução sobre a "Conta de Gerência da ALRA referente ao ano de 1995", mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos passar agora à discussão dos diplomas que foram objecto de Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, começando pelo **Projecto de Decreto Legislativo Regional de alteração ao DLR N° 12/94/A, de 5 de Maio, relativo à "Publicidade do Tabaco nas Provas Desportivas"**.

Está aberta a discussão sobre este diploma e vamos utilizar o regime de redução do tempo da discussão para metade. E a apresentação de propostas de alteração na especialidade, deve ser feita no início do debate na especialidade, havendo apenas discussão sobre os artigos em relação aos quais recaírem propostas de alteração.

Tem a palavra o Sr. Deputado António Loura.

Deputado António Loura (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista vai votar favoravelmente este Projecto de Decreto Legislativo Regional, porque entende que os interesses que justificaram a prorrogação do prazo de vigência de regime a nível nacional também se verificam nos Açores e porque importa ainda salvaguardar a existência das provas automobilísticas regionais de importância nacional e internacional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O diploma em apreço pretende que a prorrogação do prazo contido no Decreto-Lei N° 203/95, de 3 de Agosto, seja também aplicado na RAA, no que se refere à publicidade do tabaco em provas desportivas automobilísticas.

A importância destas provas automobilísticas na Região, nomeadamente o Campeonato Regional de Rallies, é indesmentível pelo seu impacto económico em diversas ilhas, sendo esta publicidade uma das principais fontes de receita para as equipas concorrentes e clubes organizadores.

Por esta ordem de razões, o Grupo Parlamentar do PSD concorda com a aprovação do Decreto Legislativo Regional presente.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Deputado Alvarino Pinheiro (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Partido Popular não quer, nem vai, perturbar este consenso, no qual nós também já alinhámos no passado e vamos alinhar hoje.

Parece-nos, no entanto, que esta matéria não pode ser tratada aqui com esta hipocrisia política, porque de duas uma: ou a publicidade do tabaco é algo que deve ser combatido, ou não é!

Estamos condicionados pelo carácter predominante que a publicidade do tabaco tem tido no suporte do desporto automóvel. Mas julgo que até poderia estar aberta ao suporte de outro tipo de desportos.

O automobilismo é que teve a sorte de ter algumas empresas de tabaco a jogarem ou a suportarem o mesmo.

Foi pena que elas não quisessem suportar o futebol, o basquete, o andebol, o hóquei, o judo, e por aí fora.

Talvez fosse interessante — e isto vai em tom de recomendação ao Governo que já tem tantos problemas no apoio financeiro ao desporto regional — que o executivo fizesse uma inter-cedência junto das simpáticas empresas tabaqueiras, para que elas também passem a suportar, à custa de todos nós fumadores...

(Risos da Câmara)

... o resto do desporto.

Efectivamente, somos muito modestos, somos muito pequenos.

Eu, pessoalmente, lamento que tenhamos — e o Parlamento dos Açores também — que ficar condicionados, tal como a nível nacional já aconteceu e foi muito bem aqui referido, a abrir uma excepção a uma questão de fundo para apoiar o desporto automóvel.

Ainda bem que não há nenhum grupo internacional, nenhum Cartel de Medellín, ou coisa do género...

(Risos da Câmara)

... que cisme suportar.

Imagine-se que os traficantes de cocaína começassem a suportar, por exemplo, a Série Açores da III Divisão, eu pergunto se não seríamos todos aqui tentados e pressionados a abrir uma excepção, no sentido de viabilizar o futuro do futebol a nível Açores?

Estão aqui em jogo verbas que penso não serem tão importantes como isso.

Eu gostaria, já agora, que os nossos companheiros que são mais conhecedores desta matéria, nos dessem uma ideia de qual será o preço dessa excepção que vamos abrir.

O que é que as empresas de tabaco nos Açores, ou a nível internacional, pagam ao automobilismo regional, para merecerem do Parlamento dos Açores tamanha distinção?!

E para merecerem deste Parlamento tamanha indiferença aos danos provocados pelo tabaco na sociedade, e nomeadamente junto da nossa juventude?

Porque é sobretudo a nossa juventude que vai atrás dos automóveis.

Permitam-me que faça esta reflexão.

Esta é a nossa maneira de estar na política.

Deputado Francisco Sousa (PS): É fumando!

O Orador: É partilhando convosco as nossas decisões!

E acho que fomos suficientemente fracos — nós Grupo Parlamentar do Partido Popular — para abdicar de algumas destas preocupações, dizendo à partida que vamos votar isto favoravelmente e não vamos fazer disto uma luta política.

Agora, e uma vez que entendemos que há algum consenso relativamente a esta matéria, e como já o fizemos no passado, vamos fazê-lo novamente. Mas que o façamos, repito, com alguma hipocrisia política mas não com toda. E é nessa perspectiva que, em meu nome, gostaria de acompanhar a nossa declaração de voto prévia, com esta pequena reflexão.

Já agora, voltava a insistir em relação à minha pergunta:

— Qual será o preço desta nossa deliberação?

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em primeiro lugar, quero regozijar-me pelo facto desta luta anti-tabaco ter cada vez mais adeptos no nosso Parlamento.

Eu continuo ainda a ter esperança de se ver decretado que dentro deste edifício (não quer dizer que seja já daqui a um ano)...

Deputado Francisco Sousa (PS): Há-de ser na próxima Legislatura!

O Orador: ... se deixe de fumar...

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): Até nas Comissões!

O Orador: Isso já está. Aí já demos passos muito grandes.

Mas como ia dizendo, também não deixo de ter esperanças de deixar de ver o Sr. Deputado Alvarino Pinheiro qualquer dia nas reuniões das nossas Comissões, dar um murro e dizer "aqui não se fuma!".

(Risos da Câmara)

Portanto, devagarinho, chegaremos lá!

Porque, efectivamente, estamos aqui a deixar passar uma matéria que aliás já não é primeira vez que é discutida. E, da minha parte, tenho procurado tomar posição relativamente a ela, dando um voto consciente, ou seja, o de deixar passar esta matéria, atendendo aos problemas que ela suscita, mas não deixando de relevar que a deixo passar, tendo em conta os condicionalismos políticos, pondo sempre a objecção de que, conscientemente, estou a deixar passar algo de que talvez amanhã, venha a arrepender-me.

Nós ainda outro dia, alguns de nós naquela tribuna, viemos lutar contra o problema da droga.

Nós, PCP, que condenamos o uso de qualquer droga, seja "pesada" ou "leve", para nós elas têm a mesma gravidade, estamos no fundo a deixar passar uma pequenina

droga que nem é "leve" nem é "pesada", é uma pequenina droga que mata neste país mais pessoas do que as chamadas drogas pesadas. Estamos a referir-nos à nicotina e ao uso do tabaco.

Esta é uma realidade indesmentível e na qual nós devemos pensar.

O Sr. Deputado Alvarino Pinheiro colocou o problema, e muito bem, de se saber em relação às provas automobilísticas o que é que isto dá?

Eu estou convencido, embora não esteja ligado nem seja conhecedor profundo do sector, que isto permite a realização de algumas provas e que, sem isto, as mesmas nem se realizariam provavelmente, ou pelo menos não se realizariam com a participação normal que têm.

Aqui estão em causa, por outro lado, outros problemas, como seja o problema do Turismo, da projecção dessas provas, etc., ou seja, há em jogo um conjunto de coisas que nos obriga, no fundo, a todos nós, votar favoravelmente este diploma.

Essa é, de facto, uma realidade inquestionável. Porém, eu quero votar favoravelmente isto, deixando claro esta ressalva e quero afirmar, categoricamente, que voto, porque estamos a fazer aquilo que já fez o Governo da República, prorrogando isto através do Decreto-Lei 203/95. E aí, talvez a situação fosse até mais fácil, pois as estruturas que estão ligadas a este tipo de provas no continente, são muito mais fortes do que as nossas. Eles promovem isto — porque, no fundo, a proposta do Partido Socialista que aparece aqui é fruto do tal Decreto-Lei da República, no sentido de se fazer a prorrogação — portanto, este é um "novelo" que ninguém estará disposto a desenrolar.

Por isso mesmo, vamos entrar mais uma vez em acordo, deixando passar, se bem que estejamos certos que estamos a deixar passar algo que um dia vai ter que acabar. Esperemos que acabe o mais depressa possível e esperemos que quando tiver que acabar haja a concordância da parte de todos sobre essa questão.

Presidente: Eu tinha aqui um pedido de inscrição da Sr^a. Deputada Fernanda Mendes, só que não lhe posso dar a palavra, porque segundo o regime em que estamos discutindo este diploma, só pode ter a palavra "um representante de cada grupo parlamentar".

Como o representante do Partido Socialista usou da palavra durante pouco tempo, posso conceder-lha durante 4 minutos, porém tem que ser sempre a mesma pessoa.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Maria Bairos que se encontra nessa situação.

Deputado José Maria Bairos (PSD): Sr. Presidente, Sr. Secretário Regional, Sr^{as}. e Srs. Deputados:

Não há dúvida de que a matéria ora em discussão é altamente sensível. E tem vindo a ser discutida desde há longos anos, na Europa, nos Estados Unidos da América, depois ainda aqui no próprio país e na nossa Região, com as consequentes prorrogações de prazo que inclusivamente foram discutidas aqui neste Parlamento.

Se há país que neste momento, em termos de legislação, é bastante restritivo em termos de tabaco, esse país é a América do Norte, simplesmente há a questão — também nesse país — do tabaco e as bebidas continuarem a ser o principal suporte das provas automobilísticas.

Isto transportou-se para a Europa nos chamados campeonatos do mundo e europeus. Não foram encontradas ainda fontes de financiamento que venham substituir as existentes. E por isso é que Portugal, através de decreto-lei, tem acompanhado e continuado com essa situação, ou seja, porque não foram ainda encontradas fontes de financiamento alternativas.

Estou convencido de que, mais ano menos ano, quando essas fontes substitutas forem encontradas, não haverá mais nenhuma prorrogação em termos desta legislação.

Penso que a questão de fundo não se trata de saber quanto é que isto pode ou não envolver, porque acho que aí seria também uma hipocrisia da nossa parte dizermos que se forem só 2 mil contos não se aprova, mas se forem 40 mil já temos razão para aprovar. Ou se aprova, ou não se aprova.

Por outro lado, e em termos de informação, o que poderei dizer é que quando se trata de campeonatos regionais de rally, neste momento se esta prorrogação de prazo desaparecesse, levaria de imediato a que grande parte das organizações (e falo de clubes organizadores) perdessem receitas muito importantes para levar estas provas para a estrada.

De imediato, perderíamos na nossa Região, as duas principais equipas que neste momento têm alguma estruturação, em termos de equipas de rallies, porque elas não teriam suporte financeiro para continuarem a concorrer nos rallies regionais. E até ficariam tanto mais em causa, porquanto se não poderiam entrar localmente, muito menos o poderiam fazer a nível nacional, pois o grande suporte financeiro dessas duas equipas — cerca de 80% ou 90% — vem de duas fábricas de tabaco.

Muito obrigado.

Presidente: Eu desejava referir que houve um lapso na interpretação do Regimento, porque se confundiu a deliberação de urgência com a discussão do próprio diploma. Portanto, se a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes desejar ainda usar da palavra, pode fazê-lo ou qualquer Sr. Deputado do PS.

Há apenas a redução do tempo de intervenção para metade daquilo que está previsto no regime.

Tem a palavra a Sr^a. Deputada Fernanda Mendes.

Deputada Fernanda Mendes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É e foi difícil para o Grupo Parlamentar do PS debruçar-se sobre o conteúdo deste diploma.

Quero dizer que nós na nossa sociedade — e temos que assumir — agimos incoerentemente em relação às problemáticas das chamadas drogas lícitas e das drogas ilícitas.

Quando falámos do Dia D, restringimo-nos — infelizmente a meu ver — apenas às drogas ilícitas. Mas os grandes problemas da nossa sociedade, com os quais nós já nos habituámos a conviver, são os que derivam das drogas lícitas, isto é, o álcool e o tabaco.

Mas também temos que assumir que por essas substâncias estarem inseridas já historicamente na nossa comunidade, nós temos que fazer um trabalho a par e passo e sermos responsáveis, de forma a poder evoluir e ao mesmo tempo não acarretarmos com um problema económico grave.

Nós temos esta consciência e esta responsabilidade.

Embora eu pertença ao sector da Saúde e saiba os prejuízos provocados pelo tabaco, eu acabei por submeter-me e junto com o meu Grupo Parlamentar aprovámos este diploma. Mas quero deixar aqui bem claro que o meu gosto seria que daqui a uns bons anos, nós não tivéssemos que aceitar a propaganda do tabaco para ter rallies ou outras quaisquer provas desportivas.

Este seria o meu gosto e o gosto do meu Grupo Parlamentar.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Humberto Chaves.

Deputado José Humberto Chaves (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É apenas para dar uma informação ao Sr. Deputado Alvarino Pinheiro.

Gostaria de informá-lo de que a nível regional, ou seja, as duas empresas tabaqueiras na Região, gastam cerca de 20 mil contos em provas automobilísticas, montante este que se afigura incomportável ao Governo Regional suportar.

Por outras palavras, o que se pretende dizer com isto é que se não votássemos esta prorrogação, aconteceria a situação do Governo Regional também não poder suportar esses 20 mil contos.

Era apenas para dar este esclarecimento e para que fique registado este montante.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

Mais duas ou três palavras em relação a esta matéria que, tal como já afirmei, por muito que me custe, também vou votar favoravelmente. E vou fazê-lo, atendendo àquilo que já foi referido, bem como à importância dos rallies para esta Região e que sem isso os rallies, como está perfeitamente provado, nem sequer se realizariam e, no fundo, atendendo também aos prejuízos que a Região sofreria.

Temos que pensar o que é pesará mais na balança: será determinado conceito que eu tenho ou será o interesse da Região?

É óbvio que o interesse da Região está primeiro, por isso eu vou votar favoravelmente, uma vez que esta prorrogação é de todo o interesse para a Região, se bem que seja contra o meu interesse pessoal e de todos os cidadãos.

Porém, a Sr^a. Deputada do Partido Socialista traz à colação um outro aspecto, isto é, a licitude ou ilicitude de determinadas drogas.

Mas também há um aspecto de ilicitude nas drogas lícitas que nós todos os dias, por vezes ao nosso lado mesmo, permitimos que se realize.

Se a memória não me falha, porque não tenho aqui os papéis, tenho a impressão que a lei de bases do Tabagismo proíbe a acção de fumar em edifícios públicos. Só que todos os dias em quaisquer edifícios públicos esse acto consuma-se.

Às vezes até me apetecia começar a gritar "acudam-me, defendam-me, porque estou a ser atacado!".

Eu quando vejo determinada pessoa com um cigarro na mão ao meu lado, num local onde é ilícito fumar, para mim não há distinção entre essa pessoa e o passador de droga que ali no canto da esquina está a vender o produto.

Vozes da bancada do PS: Isso não é bem a mesma coisa!

O Orador: Não são situações iguais, Srs. Deputados, e eu compreendo isso. Mas eu tenho a minha própria sensibilidade e tenho o direito a ela!

Por isso mesmo, é que ao trazer-se aqui esta ilicitude, dentro das drogas lícitas como é o caso do tabaco, é mais uma questão que se levanta.

Esta minha intervenção, portanto, é mais no sentido de fazer um apelo para que todos nós procuremos contribuir, pela nossa parte, e eu procuro fazê-lo, no sentido de que dentro destas matérias, se procure combater aquilo que é ilícito.

Disse.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com o Projecto de Decreto Legislativo Regional de "alteração ao DLR N^o 12/94/A, de 5 de Maio - Publicidade do Tabaco nas Provas Desportivas", mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente Não havendo declarações de voto, não há também discussão na especialidade, portanto vamos passar de imediato à votação, uma vez que não há apresentação de propostas de alteração. Vamos votar o Artigo Único.

Os Srs. Deputados que concordam com este Artigo Único, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artigo Único foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este Projecto de alteração do DLR N° 12/94/A, de 5 de Maio, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Este diploma baixa à Comissão de Economia, Finanças e Plano para redacção final.

Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que se refere a um **Projecto de Decreto Legislativo Regional N° 30/96/A, de 27 de Dezembro, relativo à "Orgânica dos Serviços da ALRA"**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

Está aberta a discussão na generalidade.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as.} e Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Atendendo ao quadro parlamentar saído das eleições de 13 de Outubro que exigirá da parte deste Parlamento um maior protagonismo na vida política açoriana, implicando a necessidade de uma cada vez melhor organização de funcionamento dos respectivos Grupos e Representação Parlamentares que nela têm assento com vista a uma maior e melhor capacidade de iniciativa legislativa.

Atendendo à perspectiva de alteração do Regimento desta Assembleia que visará, entre outros, o efectivo aumento das Sessões Plenárias com reflexo na quantidade e qualidade de medidas a adoptar e iniciativas legislativas a apresentar.

Atendendo ao esperado reforço de competências regionais, a consagrar no texto constitucional na sequência da Revisão em curso, que permitirá o significativo aumento de iniciativas legislativas sobre matérias que até agora nos tem estado vedada.

Atendendo à preocupação de, por via das razões sucintamente indicadas, se melhorar a organização e o funcionamento da Assembleia e se dignificar qualitativamente o trabalho aqui produzido, foi acordado e entendido entre **todos**, friso, **todos** os

Partidos com assento neste Parlamento alterar a orgânica dos serviços da Assembleia por se considerar útil, para atingir os pretendidos objectivos.

Foi com esses objectivos e tendo por base um acordo firmado entre todos que reconheceram como válidos os argumentos que lhe estavam subjacentes que todos os Grupos e Representação Parlamentares que têm assento neste Parlamento subscreveram — o primeiro dos quais foi o Partido Socialista — o projecto que, uma vez aprovado por unanimidade, deu origem ao Decreto Legislativo Regional n.º 30/96/A, de 27 de Dezembro.

Depois de aprovado o projecto de alteração dos serviços houve uma reacção negativa por parte de importantes sectores da sociedade e da opinião pública em geral, manifestando a grande maioria daqueles que representamos uma posição extremamente crítica às alterações introduzidas.

Numa situação em que este Parlamento assume particular protagonismo é essencial para a sua credibilidade uma maior abertura ao exterior e uma constante preocupação de todos nós agirmos em maior sintonia com aqueles que nos elegeram, procurando ser fiéis intérpretes não só das medidas que considerem úteis ser adoptadas e as iniciativas legislativas que devem ser consagradas como também aceitarmos e respeitarmos, a rejeição dos cidadãos a algumas medidas tomadas e, como corolário, actuarmos em conformidade.

Não pode nem deve esta Assembleia ficar insensível aos sinais que nos são transmitidos, nem pode — até porque aqui têm assento os que directamente foram eleitos pela comunidade — impor medidas que não tenham acolhimento na sociedade e, muito menos, mantê-las em vigor quando se tem a perfeita consciência que as mesmas são frontalmente rejeitadas pela comunidade.

Por outro lado, e paralelamente a esta preocupação há que registar negativamente a atitude do Partido Socialista que, perante esta reacção procurou logo criar a ideia junto da opinião pública da sua marginalização e alheamento relativamente à iniciativa da qual foi o primeiro subscritor.

Tal comportamento é demonstrativo de que no PS a coerência dos princípios e a assunção com responsabilidade das medidas adoptadas cede sempre à sua constante preocupação de agir de forma a agradar a opinião predominante na sociedade.

Não basta ser co-autor nas propostas e ser solidário nas decisões. Exige-se responsabilidade no assumir das consequências das opções feitas e das medidas voluntária e conscientemente adoptadas.

O PS pretendeu com a sua irresponsável postura e demagógica atitude transformar uma iniciativa legislativa que versa matérias relacionadas com o funcionamento desta Assembleia numa arma político-partidária.

Face a esta flagrante falta de ética parlamentar com a qual o PSD se recusa a pactuar e à preocupação de respeitar intransigentemente a vontade maioritariamente expressa pela sociedade, como um dos princípios basilares de qualquer democracia representativa que não só pode nem se quer desvirtuar, outra decisão não restava ao Grupo Parlamentar do PSD senão a de apresentar a presente iniciativa legislativa que visa revogar o Decreto Legislativo Regional n.º 30/96/A, de 27 de Dezembro.

(Aplausos da bancada do PSD)

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

No último período legislativo, e por proposta subscrita por todos os partidos com assento parlamentar, aprovámos por unanimidade a mudança da Orgânica desta Assembleia que visava a criação e possível nomeação do lugar de **Adjunto**.

Neste momento, e por proposta do PSD, procura-se revogar a possibilidade de se fazer essas nomeações.

Da nossa parte, lamentamos o facto de, nessa altura quando esse assunto veio à colação e por ser unânime entre outros, não nos termos levantado e aduzir das razões que nos levavam a votar essa proposta favoravelmente. Porque às vezes isso pode parecer displicente, no entanto, neste caso, verificamos que o deveríamos ter feito.

Talvez se o tivéssemos feito, agora não precisaríamos de fazer qualquer intervenção. Por isso mesmo, vamos adoptar um critério que já usámos em tempos, isto é, procurar vincar a nossa posição relativamente a todas as matérias, independentemente delas serem ou não aceites, nessa altura, por todos, uma vez que

a vida demonstrou-nos que embora tivesse sido uma iniciativa aceite por todos, às vezes esses todos deixam de ser exactamente isso e passam a ser só uma parte.

Da nossa parte, quando trazemos aqui assuntos, mesmo que sobre eles quase não nos pronunciemos, procuramos tê-los fundamentados e, em consciência, procuramos aduzir das razões do nosso voto.

Daí que, e em consequência de termos presentes as razões do nosso voto, expressá-la-emos para que fique devidamente registar, mesmo que nalguns casos isso possa parecer desnecessário.

Por isso mesmo, nós quando na última sessão legislativa defendemos a necessidade da criação desta figura dentro da Orgânica desta Assembleia, estávamos conscientes da sua premência. Estávamos conscientes de que a criação da figura do **adjunto** de apoio ao trabalho parlamentar, poderia contribuir para a eficácia do mesmo, ou seja, para que esta Assembleia cumprisse melhor as atribuições que efectivamente tem, isto é, de ser o principal órgão de autonomia e o órgão privilegiado de entre toda a nossa construção institucional.

Assim sendo, entendemos que a criação desta figura é justa.

Admitimos que talvez pela rapidez com que o assunto foi tratado aqui, poder-se-ia ter legislado de modo diverso. Poder-se-ia ter começado mais por baixo, etc., por isso admitimos perfeitamente que tenha havido a necessidade de alterações relativamente àquilo que foi legislado em Novembro.

Por consequência, somos agora subscritores de uma alteração, em que a nomeação desse cargo é feita, embora numericamente inferior ao que aprovámos em Novembro.

De qualquer modo, a criação destes lugares, naquela altura, não significava que todos seriam obrigados a nomear o número de adjuntos que estava estipulado.

Por isso, foi com essa interpretação que entendemos que se abria a perspectiva desta Assembleia propor a criação e a nomeação dos adjuntos.

É, portanto, nesse pressuposto que vamos continuar a votar favoravelmente, ou seja, partindo da ideia chave de que há a necessidade da criação dessa figura de trabalho nesta Assembleia.

Acontece que, sobretudo uma grande parte da comunicação social da Região, despoletou uma campanha, procurando criticar a criação dos adjuntos.

Nós consideramos que por parte da comunicação social, é legítimo criticar tudo aquilo que aqui se faça. Da mesma maneira todos nós — estou certo — consideramos ser legítimo ter livre expressão de pensamento.

Aliás, a nossa luta foi sempre nesse sentido, quando neste País não havia a liberdade de expressão, e pugnámos sempre para que ela fosse permitida a todos os cidadãos.

Portanto, não é isso que está em causa, pois até achamos muito bem que todos os jornalistas dêem todas as suas opiniões sobre todas as matérias. É legítimo, ainda bem que neste País se fez o 25 de Abril e ainda bem que neste País vivemos em democracia, porque isso só é possível devido ao 25 de Abril.

Efectivamente, nós hoje vemos aqueles que ontem nos calaram, nos nossos órgãos de informação, a dizerem o que querem e entendem.

Ainda ontem vimos isto. Aqueles que nos calaram durante 48 anos, hoje são livres de dizerem aquilo que lhes apetece e ainda bem.

Aqueles que participaram e lutaram para que o sistema democrático fosse possível, têm que se regozijar com isto. E eu, particularmente, regozijo-me por isso.

Por isso todos os senhores políticos, jornalistas ou cidadãos deste País, têm liberdade de se pronunciarem sobre o que quer que seja.

Porém, isso não implica que apesar de determinadas opiniões, nós tenhamos que ter as mesmas que qualquer senhor queira que nós tenhamos.

Eu tenho as minhas próprias opiniões e procuro justificá-las.

O 25 de Abril que aconteceu neste País, veio permitir que eu tenha as minhas próprias opiniões e eu vou continuar a tê-las, enquanto considerar que elas são justas, sérias e que merecem ser tidas em consideração.

É por isso que, tendo lido e ouvido tudo o quanto foi dito sobre esta matéria, ainda ninguém foi capaz de me convencer da necessidade de mudar de opinião em relação à mesma.

É que embora se tenha falado muito sobre a possibilidade da criação de adjuntos nesta Assembleia, esses mesmos que falam sobre esta criação, não falam no facto de esta e outras figuras existirem por exemplo no Governo e sempre existiram.

Deputado Rui Pedro Ávila (PS): E alguns deles nem sequer desempenharam esses cargos!

O Orador: E nós pensamos, uma vez que estão o Sr. Presidente e os Srs. Secretários Regionais, que se lhe perguntarmos se pensam que é dinheiro mal gasto o facto de poderem nomear estas pessoas para o trabalho que exercem, eu estou convencido que qualquer um deles dirá que eles são necessários para as funções que desempenham.

Presidente do Governo Regional dos Açores (Carlos César): São poucos!

O Orador: Está o Sr. Presidente do Governo Regional a dizer que são poucos e eu aceito perfeitamente. No entanto, o Sr. Presidente tem 1 chefe de gabinete, 2 adjuntos, 1 secretário e diversos assessores, ou pelo menos tem a possibilidade de os nomear.

Deputado Eugénio Leal (PSD): Tem mais!

O Orador: Sr. Deputado Eugénio Leal, V. Ex^a. quando foi Secretário Regional tinha 1 chefe de gabinete, 2 adjuntos...

Deputado Eugénio Leal (PSD): É mentira!

O Orador: ... e 1 secretário.

Deputado Eugénio Leal (PSD): É mentira!

O Orador: O Sr. Deputado não pode dizer que é mentira, porque o Sr. na sua lei orgânica, a qual o Sr. fez aprovar, tinha direito a 1 chefe de gabinete, 2 adjuntos e 1 secretário!

E V. Ex^a., se a memória não me falha, teve chefe de gabinete!

Deputado Eugénio Leal (PSD): Pois tive!

O Orador: V. Ex^a. sempre teve adjunto!

Deputado Eugénio Leal (PSD): Não senhor, não é verdade!

O Orador: E havia membros do Governo que tinham vários adjuntos, já para não falarmos nos directores regionais e em todo um conjunto de pessoal de apoio aos gabinetes.

No entanto, foi posto em causa, por exemplo, que uma representação parlamentar tivesse um adjunto, como se o deputado fosse obrigado, sob o aspecto técnico, a ter

que tratar de todas as matérias. E nós não podemos aceitar esta realidade de maneira nenhuma.

Nós pensamos que qualquer deputado tem que ter apoios e eles têm que ser importantes. Aliás, isto não é novo, porque durante muitos anos os partidos que na altura estavam na oposição, defenderam — e recordo de o termos feito e falado nisso várias vezes — a necessidade da melhoria do trabalho nesta Casa, nomeadamente em termos de apoios técnicos.

Presidente: Sr. Deputado, é para lhe alertar que já ultrapassou os 10 minutos da 1ª intervenção.

O Orador: Desculpe, Sr. Presidente, é que eu distraí-me, porque estava a lembrar-me dos 20 minutos.

Presidente: Mas tem mais 10 minutos para uma 2ª intervenção.

O Orador: Vou procurar terminar muito rapidamente, dizendo que neste momento, a desgovernamentalização desta Assembleia, o aprofundamento do seu trabalho, implica mudanças e uma delas vai passar e tem que passar pela criação dos adjuntos. Disse.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os dois Srs. Deputados que me antecederam referiram, e bem, que os fundamentos daquele diploma que foi aprovado nesta Casa, eram decisivos e fundamentais para um melhor funcionamento da Assembleia, para uma maior credibilidade desta instituição.

Disseram isso e nós partilhamos dessa posição.

De facto, é indispensável dotar esta Assembleia dos recursos técnicos capazes de fazer com que o nosso trabalho melhore.

Eu devo dizer, e talvez não seja muito vulgar dizer-se numa Assembleia Regional, que reconheço — enquanto Presidente do Grupo Parlamentar do PS — que a nossa reacção à corrente de opinião pública que se gerou, da qual eu falarei daqui a pouco, talvez não tenha sido a mais adequada. Mas quero dizer-vos também, Srs. Deputados, com toda a clareza e com toda a firmeza, que da nossa parte, e

particularmente da minha parte enquanto Presidente desta bancada, não houve qualquer propósito de faltar à ética ou ao respeito por aquilo que foi acordado.

Posto isto, importa dizer que de facto a opinião pública reagiu daquela forma e eu diria que foi alimentada para tal.

Se é verdade que há aqui questões de natureza financeira, ninguém da comunicação social teve a preocupação de investigar das nossas necessidades, de saber do nosso trabalho concreto, de saber das exigências técnicas para analisar os diplomas que por aí vêm, etc.

De facto, eu diria que se vive uma onda generalizada de culpabilizar quem exerce a actividade política e isso parece-me extremamente perigoso.

E digo também aqui com toda a clareza que dá a ideia por vezes, Srs. Deputados, que os 52 Deputados que aqui estão nesta Casa, são os responsáveis pelas desgraças de toda a gente dos Açores.

Os Deputados são normalmente os "maus da fita", são os "ladrões do filme". E nós temos que ter também a determinação de dizer que não é assim!

É verdade que se gerou esta polémica.

É verdade que a determinada altura a questão se agravou e que nós tomámos aquela posição.

Devo dizer que em relação aos princípios não vacilámos.

Dissemos que naquele momento não preencheríamos os lugares.

Ainda relativamente à questão dos políticos e dos deputados, verifica-se hoje uma situação que me parece perfeitamente incrível. É que nós temos o ónus de demonstrar que somos sérios. E isso é inverter completamente as regras de uma vivência comunitária sadia.

Portanto, como eu dizia, Srs. Deputados, os propósitos mantêm-se.

Também não somos completamente cegos e alheios à opinião pública.

Por isso amanhã — e naturalmente os jornais amanhã dirão "O PS recua", "O PS dá a cambalhota" etc, mas eu não me importo — e após uma ponderação séria e cuidada desta situação, neste momento o PS procura equilibrá-la, sob o ponto de vista legislativo, e vamos também subscrever uma proposta de alteração para contratação de 2 adjuntos, em vez de 4.

Parece-nos, assim, que esta situação ficará mais equilibrada. E pensamos também que no futuro, podemos evoluir para outras formas de colaboração e de trabalho aqui dentro desta Assembleia e a propósito, refira-se que neste momento existem na C.O.L. algumas ideias e alguns projectos relativamente à reformulação da actividade e de alguns serviços desta Casa.

Todavia, eu gostaria de referir que tenho sentido, e provavelmente os Srs. Deputados também sentem, que esta Assembleia Regional começa, por outro lado, a parecer o centro do debate político e começa a ser um centro importante de decisão política.

Eu sinto isso pelas pessoas que recebo, pelas cartas que diariamente chegam ao Grupo Parlamentar, pelas exposições e petições que lá chegam semanalmente.

Tenho a ideia de que esta Assembleia começa a ganhar maior importância no contexto dos órgãos regionais. E isto implica mais trabalho.

Quero referir-vos também outro aspecto que já foi focado durante esta Sessão e que se prende com a questão dos pareceres sobre os diplomas que vêm do Governo.

Na verdade, trata-se de uma questão nova que não se colocava há dois meses atrás quando este problema foi despoletado pela opinião pública. Pois é verdade que agora chegam semanalmente a esta Assembleia, dois e três diplomas para dar parecer. E eu confesso que torna-se muito difícil, quer em Comissão, quer na preparação técnica destes documentos, conseguir dar um parecer capaz e com o mínimo de credibilidade.

Portanto, são estas também duas razões fortes para que o Partido Socialista repondere esta questão e subscreva a proposta que agora está aqui presente.

Para acabar, e sem pretender gerar grandes polémicas, quero dizer que se a nossa atitude não foi a mais adequada, também é bem verdade que a atitude do PSD, ou a sua reacção, não foi a melhor.

Nós reagimos de uma forma, o PSD reagiu, pura e simplesmente, com a revogação do diploma, o que é contraditório relativamente à afirmação de que aqueles princípios estavam certos.

Por outro lado, apenas e só um reparo, isto é, verifica-se nos considerandos da vossa proposta que o PSD apenas faria essa contratação, recorrendo a quadros já existentes na administração regional.

Meus senhores, é a primeira vez que eu ouço isto. Não sabia que o PSD se pretendesse contratar algum adjunto, fá-lo-ia apenas a partir dos quadros da administração regional.

Sinceramente, isso é novidade para mim.

Portanto, fundamentalmente, é disto que se trata: o PS tem neste momento esta atitude, não houve da nossa parte — acreditem! — qualquer propósito de faltar à ética ou ao respeito e consideração pelos acordos firmados nesta Casa.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Acho que impõe-se aqui referir alguns aspectos com toda a franqueza.

Devo dizer-vos que até agora estou agradado pela maneira como se está a tratar deste assunto.

Nós vamos tratá-lo também de uma maneira séria e sem chicanas políticas e — espero — sem apartes.

Penso que é óbvio que se impõe uma análise completa daquilo que se passou. E da mesma maneira como cada um faz a sua análise individual e depois do que se passou, nós também iremos fazê-lo.

Sempre tivemos consciência de que quando se começou a trabalhar sobre esta solução, levando ao consenso patente nesta Assembleia, era provável que ela tivesse algum grau de polémica. Tivemos perfeita noção disso.

E exactamente por termos tido essa noção, o Partido Popular teve o cuidado (e peço que isto fique bem registado, pois eu tenho que ter um registo independente disto ao qual as pessoas tenham acesso e do qual eu vou fazer questão que saibam!) de, **15 dias antes do Plenário desta Assembleia**, este senhor que aqui está e eu próprio, reunirmos na Estalagem de St^a. Cruz aqui na Horta, com os senhores jornalistas, alguns dos quais estão aqui presentes. Gastámos 20 minutos a explicar a ideia subjacente à nossa posição sobre esta matéria!

Eu estou a ver agora alguns desses senhores que lá estavam nesse dia!

Esses registos existem, por isso insisti para que alguns deles os tornassem públicos e não o fizeram!

Faço questão, porque nós somos diferentes de todos os que aqui estão sobre esse assunto, disso!

Fá-lo-ei, porque tenho que sentir que alguns desses comentários que foram feitos foram atentórios à minha honra e eu tenho direito à minha indignação pessoal e quero expressá-la aqui!

Não escondemos nada!

Tornámos pública, **15 dias antes**, a nossa posição sobre isto e essa situação não foi tornada pública.

Ou porque explicámos bem demais a situação e pelos vistos não era polémica, ou então o que se passou foi outra coisa à qual já iremos lá chegar.

Primeiro que tudo e para que o registo fique correcto, expresse a minha indignação e espero que esta parte da minha intervenção — se de facto a comunicação social pretende ser independente! — seja transmitida, porque esta é a verdade!

Em segundo lugar, este assunto foi efectivamente tratado entre todos os partidos. Todos participaram activamente nele.

Resta-me, agora, de facto, a dúvida se quando a votação foi feita aqui nesta Sala — e é legítimo colocar esta questão — todos estariam de acordo com essa matéria.

É uma questão de consciência, não vale a pena dizer mais nada. Peço que toda a gente ponha a mão na **sua consciência**, como homens e como mulheres que são!

É uma questão moral, é uma questão do foro interno de cada um!

Acabem com esta coisa de que o Presidente do Grupo Parlamentar disse que era para votar, porque havia interesses e não sei mais o quê.

Se a pessoa tem reservas morais que as coloque!

Terceiro aspecto:

Penitencio-me, bem como o meu partido, pelo facto de que quando foi feita a votação — porque de facto era unânime e porque do nosso lado já o tínhamos tornado público 15 dias antes — devíamos, apesar de tudo, ter falado e manifestado a nossa posição em plenário e explicado as razões, tal como o fiz antes, da nossa concordância em relação a esta questão dos adjuntos.

O quarto aspecto, tem a ver com a pressão pública e do quinto responsável deste processo, porque há cinco responsáveis por este assunto: há o PS, o PSD, o PP, o PCP e há a comunicação social.

Eu corro um risco ao dizer isto. Não tenho a menor sombra de dúvida disso.

Assumo, porque também parto do princípio que do lado da comunicação social estarei a falar para homens e para mulheres de bem.

Da mesma maneira que nós fomos criticados, da mesma maneira que se escreveram coisas sobre nós, eu também tenho **o direito** de criticar a vossa conduta.

No dia em que este documento foi aprovado nesta Casa, eu fui confrontado com dois jornalistas que me informaram que iria ser feita uma frente editorial contra esse mesmo documento.

Não disseram que não concordavam com ele, mas sim que iria ser feita uma frente editorial contra ele.

Não concordo. Tanto mais que com o direito de opinião que toda a gente tem, a realidade dos factos foi de que a opinião pública pode ter sido fortemente condicionada pela maneira como a notícia foi posta no escrever.

Isto é verdade. É o que eu sinto que é verdadeiro. E estou a falar do coração e da minha cabeça, porque eu sinto que isto é verdade. Ninguém o disse, mas eu digo-o, correndo o risco que tiver que correr politicamente sobre isto.

É a verdade dos factos!

Também é verdade que a partir deste momento deixou-se de falar sobre os adjuntos, deixou-se de falar sobre a utilidade ou a não utilidade dos mesmos — é legítimo as pessoas concordarem ou discordarem da medida — e passou-se a falar sobre equilíbrios de forças, sobre chicana política, sobre a força entre o sector político e a comunicação social, a opinião pública, sobre quem é que mandava mais "bocas", quem é que mandava menos "bocas". E a determinada altura, nós decidimos que não tínhamos mais nada que falar sobre o assunto.

Demos as entrevistas que tínhamos que dar. Tínhamos a consciência tranquila de que tínhamos alertado, **antes do plenário**, para essa realidade. E resolvemos não falar mais no assunto, afirmando que só voltaríamos a falar sobre o mesmo no sítio

onde é legítimo falar e à frente de todos, para que não reste a menor sombra de dúvida de qual é a nossa posição.

Alguns não resistiram a essa pressão — é legítimo!

O PS, de facto, tomou uma posição com a qual eu não concordo — tenho que dizê-lo com toda a franqueza! — mas também registo que já falaram sobre isso e que reconhecem que pode não ter sido a melhor maneira de abordar o assunto.

O PSD tomou uma posição sobre a qual registo, por uma questão de ética, que fomos alertados da posição que iam tomar, faço questão que isso fique registado aqui. E aconteceu. E tomou a posição em regime de reacção. Muito bem, muito mal, eu não teria feito assim, mas tudo bem, fizeram. Cada um fica com o seu.

O que resta, espantosamente, é que continuam os quatro de acordo de que os adjuntos são importantes e fazem falta. Aliás, aduz-se da vossa própria posição e está escrito que os senhores estão de acordo de que os adjuntos são importantes.

Então se os adjuntos são importantes e se são necessários ao bom funcionamento da Assembleia, o que é que está hoje aqui nestas votações em jogo?

Exactamente, mais uma vez, o aspecto da opinião pública e da maior ou menor popularidade desta posição.

Eu diria que da experiência que todos tivemos na rua — admito que é difícil quantificar quem é que teve maior ou menor pressão sobre isso, mas acho que me deram razoavelmente barato, porque inclusivamente a nossa plataforma política inclui, taxativamente, a redução de cargos políticos e redução da despesa pública e eu era pessoalmente reconhecido por esse tipo de atitude — eu tenho a impressão que 10, 15 contactos com jornalistas e população, deve ter sido pouco, durante pelo menos duas semanas, quer na Terceira quer em S. Miguel.

A todos eles fiz frente e com todos conversei sem excepção. E cheguei à conclusão que 95% das vezes que fui contactado, as pessoas entravam "a matar", com "duas pedras na mão", com perguntas do tipo "o que é que vocês fizeram para aí?"

Eu dizia, "muito bem, atacou, bateu, por isso agora vamos conversar um pouco". E passava a explicar as minhas razões.

Concluí que quando explicava as minhas razões — digo-o com toda a franqueza — metade desses 95% dizia "Ah bom, se é assim eu concordo" e a outra metade dizia "muito bem, explicaste muito, mas não estou de acordo".

Isto foi o que eu senti, não sei o que é que as pessoas sentiram.

Se expliquei melhor ou pior, não sei. Mas expliquei aquilo em que acreditava. E eu normalmente quando acredito numa coisa, costumo ser bastante convincente e não largo a minha perspectiva, sou teimoso e sou casmurro.

Por outro lado, a pessoa está no seu direito de estar ou não de acordo.

Tudo isto para dizer que cheguei à conclusão de que a nossa posição como partido, e a minha posição individual, estava a ser julgada por uma aparência de um determinado problema e não pela essência do mesmo. E isso eu não aceito. E não vou vergar a isso!

Se ser político implica vergar a isso, então eu não quero ser político!

É uma questão de convicção, de princípios!

Da mesma maneira que nós tínhamos a posição de princípio em que acreditávamos e colocámos aos senhores jornalistas, por isso não vou repeti-la aqui, peço ética, profissionalismo!

Aqueles que estiveram naquele dia, no dito pequeno almoço na Estalagem de St^a. Cruz, comigo e com o Dr. Alvarino Pinheiro, peguem nos vossos registos e tornem públicos!

Ponham-lhe a data em cima e a partir daí eu não tenho medo nenhum de enfrentar qualquer opinião pública!

Muito obrigado e tenho dito.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Uma intervenção não muito longa sobre esta matéria, para reafirmar alguns pontos que já foram sublinhados pelo Deputado Jorge Valadão.

Que não fique qualquer dúvida de que o Partido Social Democrata votou, em consciência, o diploma que agora apresenta a sua respectiva revogação.

O PSD tanto votou em consciência que hoje mesmo, ao apresentar a proposta de revogação deste diploma, volta a dizer que se justificam alguns apoios técnicos aos grupos parlamentares.

Só que o PSD, perante as reacções legítimas da opinião pública e da comunicação social, e perante um conjunto de críticas importantes das quais não só o Sr. Deputado José Monjardino foi objecto delas, pois eu também fui, tomou a única posição que se deve esperar de um partido político que vota também com os outros uma questão de funcionamento interno da Assembleia. Ou seja, tomar uma atitude pedagógica na defesa do que aqui foi decidido.

Acontece, porém, que nem todos resistiram. Mas quem não resistiu mesmo foi o Partido Socialista.

Nem eu nem o meu grupo parlamentar, colocamos em causa a personalidade, a ética e a dignidade pessoal, nomeadamente do Presidente do Grupo Parlamentar do PS, que já deu aqui muitas provas para que não tenhamos sequer a mínima razão para duvidarmos disso.

O que coloco em causa, é a ética, a dignidade e a oportunidade de uma declaração política, enquanto líder de um grupo parlamentar, ele ou outro qualquer. Ou seja, perante as dificuldades, quando toda a gente devia esperar dos políticos uma atitude pedagógica, houve quem transformasse esta questão numa arma político-partidária, inquinando claramente este processo.

O PSD, neste momento, pensa que a questão dos adjuntos é um mau serviço para a imagem da Assembleia. É um mau serviço para os deputados.

Até acho que nenhum adjunto se sentirá bem ao ser contratado depois do que aconteceu. E entendemos que o processo está "ferido de morte". Peça-se desculpa ou não.

Neste momento, a imagem do Parlamento não ganha nada com os adjuntos, embora eu reconheça e sublinhe que há aqui um problema de fundo, que mais tarde ou mais cedo convém discutir abertamente. Porque, Sr. Deputado Paulo Valadão, é verdade que ninguém fala nos adjuntos do Sr. Presidente do Governo, ou pouca gente fala. É verdade que ninguém fala nos assessores, ou coisa que o valha, dos Presidentes de Câmara.

O que nós precisamos reflectir é porque é que quase toda a gente fala nos adjuntos do Parlamento. Este é que é o problema. O meu, o nosso e julgo que um problema de todos.

E é justamente por estas questões que são tão sensíveis à opinião pública que era imprescindível, num processo desta natureza, que todos tivessem uma atitude pedagógica de defesa do que aqui ficou decidido. E houve quem não tivesse essa atitude.

Perante isso, o Partido Social Democrata pensa que "para grandes males, grandes remédios" — revogação do diploma.

Por nós não há, portanto, adjuntos para ninguém!

E até acrescento, desde já, mais: a declaração do Partido Socialista foi tanto mais grave que colocava sobretudo em causa, o Partido Social Democrata, porque dizia-se (subentendido e até directamente) que até esta discussão se justificava em relação ao Partido Popular e ao Partido Comunista. E porque o Grupo Parlamentar do PS é multidisciplinar, que é como quem diz muito mais competente se calhar do que o Partido Social Democrata, a faculdade de contratar adjuntos não seria exercida pelo PS. Logo, toda a opinião pública percebeu que, afinal, isto era razoável para o PP e para o PCP, que o Partido Socialista até prescindia, porque não falta competência ao grupo parlamentar, e o PSD, perante isso, porque a contrário, se calhar era o PSD que ficava mal no retrato.

E até digo mais: enquanto esta Assembleia funcionar no modelo em que funciona — e a crítica não é para ninguém a não ser também para nós próprios — enquanto não arranjarmos um novo modelo de funcionamento que deve ser bem reflectido, enquanto não alterarmos a orgânica da Assembleia, o Regimento da mesma, um conjunto de coisas que para mim são cada vez mais importantes para a defesa, aí sim de forma muito mais eficaz, da imagem do Parlamento, mesmo que esta lei seja aprovada, enquanto estas mudanças não acontecerem, o PSD não contrata adjunto nenhum!

E só poderia vir a fazê-lo, quando muitas coisas forem alteradas no Parlamento.

Manteremos em cima da mesa uma proposta com a qual de início concordávamos, e continuamos a estar disponíveis para ter uma atitude pedagógica para isso, mas temos uma resposta política clara para esse problema.

Este problema correspondeu a uma crítica profunda da opinião pública aos deputados, ao modelo de funcionamento da Assembleia, pela nossa parte assumimos e pensamos que todos deverão naturalmente assumir.

Para isso, era preciso ter atitudes de outra natureza. Houve quem não tivesse.

Nós preferimos, agora, propor a revogação do diploma e depois, mais tarde, tentar ultrapassar o problema no coração do próprio e não à margem dele.

Quanto à questão do PSD não se ter portado bem... pois olhe meu caro amigo e Sr. Deputado Fernando Menezes, os senhores reagem à opinião pública passando os adjuntos de 4 para 2. Nós reagimos à opinião pública passando os adjuntos de 4... para nada!

Afinal de contas, estamos no mesmo plano.

Toda a gente está reagindo à pressão da opinião pública. E eu defendi que quando era para ter adjuntos, então o PCP tivesse 1, o PP tivesse 2 — ou coisa parecida — e que quem tem 24 deputados tivesse mais. Porque embora ache que os critérios devem ser duplos — que são os critérios que se aplicam a todas as opções regimentais — isto é, por um lado garantir a quem tem um deputado (representações parlamentares), ou quem tem menos, mas já é grupo parlamentar, a necessidade de ter apoios para tomar uma posição como partido, mas por outro lado, adicionar a esse critério o facto de 24 deputados não estarem menos obrigados a trabalhar, só porque têm mais deputados.

Foi sempre este o critério duplo que nós utilizámos para a distribuição dos tempos no Regimento, etc., etc.

Foi por isso que eu próprio, assumo também publicamente, fiz a proposta de que assim é que havia equilíbrio.

Não votámos contra esta proposta de alteração, porque há um desequilíbrio de opções. Votámos contra, porque esta questão se resolve, para já e neste momento político, sem mais alterações na Orgânica e no Regimento desta Assembleia,

revogando pura e simplesmente, a questão dos adjuntos. E por nós, portanto, não haverá adjuntos nem com revogação, nem com lei que permita essa contratação.

No entanto, desde já posso adiantar-vos que vamos propor nesta Assembleia mecanismos diferentes, um modelo de funcionamento diferente que naturalmente gostávamos muito de ver conversado com todos os partidos aqui representados.

Quero, por fim, acrescentar, sem querer lançar grandes polémicas sobre essa matéria, que as reacções da opinião pública foram contra os adjuntos, por causa do modelo de funcionamento da Assembleia e por causa de alguns nomes de adjuntos que por aí circulavam. Não digo só em relação a alguns partidos...

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

O Orador: ... também em relação ao nosso, só que com intensidades críticas muito diferentes.

Talvez ir ao fundo da questão na altura própria, mais à frente e com outro modelo de funcionamento, permitirá ultrapassar todos estes problemas.

É isto que deixamos à consideração deste Parlamento.

Vozes da bancada do PSD: *Muito bem! Muito bem!*

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta minha 2ª intervenção não é propriamente em jeito de resposta a qualquer uma das intervenções antecedentes, mas sim mais por uma questão de utilização do tempo a que tenho direito como continuação da intervenção que há pouco...

Deputado João Cunha (PSD): Isso chama-se "queimar tempo"!

O Orador: Não é "queimar tempo", Sr. Deputado. Trata-se apenas da continuação da intervenção que há pouco fiz. E como respeitador do Regimento, na medida em que o Sr. Presidente me disse que na minha 1ª intervenção tinha esgotado o tempo,

faço esta 2ª intervenção, porque tenho direito a isso e vou fazê-la, efectivamente, por muito que os Srs. Deputados gostem ou não!

Começaria por dizer que em relação à luta por um melhor funcionamento desta Assembleia, nós — PCP — não aceitamos lições, venham elas de quem vierem.

Efectivamente, desde que existe neste hemiciclo a Representação do PCP, sempre lutámos para que esta Assembleia conhecesse um melhor funcionamento, uma produtividade diferente e de modo a que os trabalhos produzidos nesta Casa fossem tecnicamente cada vez melhores.

Por outro lado, o funcionamento desta Assembleia sempre se baseou — e tem que se basear — na actuação dos outros órgãos institucionais.

Eu penso que neste momento nós temos uma razão única para que nesta Assembleia os comportamentos de todos e cada um, sejam diferentes, porque o equilíbrio de forças existente também é diferente.

Pensamos que, neste momento, estamos a viver um período em que é possível a esta Assembleia, pela primeira vez, cumprir todas as suas finalidades e cumprir a missão que lhe compete, ou seja, ser o principal órgão da Autonomia.

No entanto, esta Assembleia tem que fazer algum trabalho comparativo com o que se passa lá fora.

Eu não queria comparar esta Assembleia com a da Madeira, porque nesse campo, acabava-se com os adjuntos, diminuía-se os secretários, enfim, trabalhava-se de modo muito diferente.

O nosso salto em frente, prende-se com a continuação dos saltos em frente que desde há muito vimos fazendo, relativamente à Assembleia da Madeira. Esta é a realidade.

Naquela Assembleia, na Legislatura passada, o deputado que a CDU lá tinha, teve que lutar para ter um secretário particular a meio tempo. E foi já no decorrer da Legislatura que o conseguiu. Nós aqui já temos isso.

Por outro lado ainda, há outro termo de comparação que apesar de ter diminuído e sido apertado, vale a pena ser recordado aqui, ou seja, a Assembleia da República.

Na Assembleia da República, cuja lei orgânica foi publicada no Diário da República, I Série, Nº 150, do dia 1 de Julho de 1988, através da Lei 77/88, no seu capítulo VII — "Apoio aos partidos e grupos parlamentares" — Artº. 62º, diz-se que "Os grupos

e partidos, parlamentares, até dois deputados, têm adjunto, 1 secretário e 1 secretário auxiliar".

Ali os grupos parlamentares com mais de 2 e até 10 deputados têm 1 chefe de gabinete, 1 adjunto, 1 secretário e 2 secretários auxiliares.

Os grupos parlamentares com mais de 10 e até 20, têm 1 chefe de gabinete, 2 adjuntos, 2 secretários e 3 secretários auxiliares.

Isto é o que se passa na Assembleia da República.

Penso que no que nos diz respeito, isto é já um sinal claro de que se o nosso termo de comparação for a Assembleia da República, nós mesmo assim, estamos a procurar um apoio técnico aquém daquilo que se passa na Assembleia da República.

Efectivamente, gostaríamos bem que este pudesse ser um termo de comparação a ser pensado, em termos de funcionamento da nossa Assembleia.

Por isso mesmo, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós continuámos fiéis aos princípios, considerando que seria desejável que esta matéria pudesse, de uma vez por todas, ser aqui aprofundada como está a ser e dela cada qual tirasse as conclusões que entendesse.

Presidente: Antes de passarmos à votação, chamaria a atenção dos Srs. Deputados para uma certa particularidade que acontecerá na especialidade, ou seja, temos um artigo sobre o qual não recaem alterações e vamos votá-lo depois na especialidade. E temos um artigo que vamos discutir, que é o Artigo 2º, em virtude de haver uma alteração relacionada com ele. Mas se calhar não o votaremos, pelo menos na primeira interpretação, porque parece-me que ele fará sentido se o primeiro Artigo não for votado.

Adiantada esta explicação, vamos passar à votação na generalidade.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma na generalidade, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O diploma foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Parecendo não haver declarações de voto, passamos à votação na especialidade do Artigo 1º, uma vez que só há discussão na especialidade para os artigos em relação aos quais haja propostas de alteração.

Não há propostas de alteração para o Artigo 1º, embora tenhamos que passar depois à discussão e votação do Artigo 2º.

Suponho que esta é a única forma de sairmos deste aparente círculo vicioso.

Portanto, chamo a vossa atenção para a votação em relação ao Artigo 1º que diz "**é revogado o DLR N° 30/96/A, de 27 de Dezembro**", segundo a proposta apresentada pelo PSD.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam façam o favor de se sentar.

Secretário: O Artigo 1º foi rejeitado com 24 votos contra do PS, 2 votos contra do PP, 1 contra do PCP e registou 23 votos a favor do PSD.

Presidente: Passamos à discussão e posterior votação do Artigo 2º, para o qual existem duas propostas.

Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Valadão.

Deputado Jorge Valadão (PSD): Sr. Presidente, Sr^{as}. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Salvo melhor opinião, e uma vez que o Artigo 1º do Projecto de Decreto Legislativo Regional apresentado pelo PSD foi rejeitado, óbvio se torna que o nº4 do Artigo 13º deste Decreto que não foi revogado está em vigor. Portanto, na nossa perspectiva, não necessita o Artigo 2º de ser votado.

Presidente: Isso significa que está prejudicado o Artigo 2º, em todo o caso, mantém-se aberta a discussão para o mesmo, segundo a proposta de alteração assinada por representantes do PS, PP e PCP.

Está aberta a discussão sobre o Artigo 2º que diz o seguinte:

"Os Grupos Parlamentares poderão ainda propor à Mesa mais 1 adjunto", em alteração ao Artigo 1º do DLR N° 30/96/A.

(Pausa)

Não havendo intervenções, passamos à votação.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 2º foi aprovado com 24 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 1 a favor do PCP e registou 23 votos contra do PSD.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Os Srs. Deputados que discordam, façam o favor de se sentar.

Secretário: O diploma foi aprovado, na globalidade, com 24 votos a favor do PS, 2 votos a favor do PP, 1 a favor do PCP e registou 23 votos contra do PSD.

Presidente: Fica o diploma entregue à Comissão de Organização e Legislação para proceder à redacção final.

Passamos ao ponto seguinte da ordem de trabalhos que se refere a um Projecto de Decreto Legislativo Regional sobre "Alteração ao DLR que cria os Quadros de Zona Pedagógica".

Está aberta a discussão.

Tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa.

Deputado Francisco Sousa (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

O que se pretende com este diploma é uma adaptação à Região de um diploma que foi publicado no ano passado pelo Ministério da Educação e um outro que já estava em vigor na nossa Região. Ou seja, pretende-se a junção de dois diplomas, um regional e um nacional, e que tratam dos concursos dos professores dos Quadros de Zona Pedagógica dos 2º e 3º ciclos e ensino secundário.

Pretende-se com esta alteração contemplar duas matérias, isto é, a possibilidade de professores com 4 anos de serviço e a trabalharem no grupo para o qual possuem habilitação própria ou profissional poderem candidatar-se aos referidos Quadros de Zona Pedagógica e, por outro lado, pretendemos também que os professores com habilitação própria ou profissional que tenham trabalhado na nossa Região nos últimos 4 anos, ainda que deslocados do grupo — por exemplo um professor licenciado em História que tenha leccionado por necessidade da escola ou do sistema uma outra disciplina — possa candidatar-se à sua disciplina (de História), no concurso para os Quadros de Zona Pedagógica, contando-lhe esse tempo como se ele estivesse em exercício no seu grupo disciplinar ou na sua disciplina.

Pretende-se também ordenar de uma forma mais favorável os docentes, tendo em atenção os projectos educativos de escola, a estabilidade do corpo docente nas escolas, a manutenção do professor o maior tempo possível com os mesmos alunos e o mesmo aluno com o mesmo professor.

Por isso, dá-se prioridade a estes professores que estando a leccionar há 4 anos na nossa Região, fiquem colocados à frente daqueles que aparecem pela primeira vez a candidatar-se e que serão, em princípio, professores que vão leccionar pela primeira vez numa determinada escola.

Por último, entende-se que este diploma deve produzir efeitos ao longo do corrente ano lectivo e isto, porque há situações que se colocam pela primeira vez. Ou seja, há que contemplar as novas situações dos professores que se candidatam e há que contemplar também a situação de carreira destes professores que desde 1990 vinham solicitando uma correcção ao seu posicionamento em termos salariais.

Apresentou-se também uma proposta de alteração quanto à entrada em vigor deste diploma em relação à redacção inicial, a qual já entregámos na Mesa e que vai no sentido de em vez de ser "o presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação", aplicando-se porém, aos concursos para colocação de professores que já se encontrem abertos àquela data, será no sentido de produzir efeitos a partir do ano lectivo de 1996/97, ou seja, produz efeitos a partir do início deste ano lectivo. Portanto, trata-se de uma matéria que já foi aprovada por unanimidade nesta Assembleia, em devida altura, teve o parecer favorável das estruturas sindicais. É uma matéria que está mais do que discutida, está mais do que assente. O que há a fazer é pô-la imediatamente em vigor, através da publicação no Diário da República. Esperamos que para o efeito, o gabinete do Sr. Ministro da República não crie também nenhum entrave, para que seja mandado publicar rapidamente. Até porque foi fruto de um veto, o qual apenas teve a ver com a redacção do Artigo 5º, onde se dizia "professores já pertencentes a um dos Quadros de Zona Pedagógica **da Região Autónoma dos Açores**" e o que fizemos foi realmente retirar a designação de **Região Autónoma dos Açores**, porque pretendemos que todos os professores, pertencentes a qualquer Quadro de Zona Pedagógica dos Açores, da Madeira ou do Continente, possam candidatar-se a esta Região e, naturalmente, leccionar cá.

Portanto, em conclusão, este é um processo claro que tem que ser rápido, o qual teve a participação e a concordância de todas as partes envolvidas na matéria.

Obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A matéria que estamos a analisar já vem a esta Assembleia pela segunda vez. E todos percebemos que é urgente a sua aprovação, na medida em que por um lado, ela poderá contribuir para uma certa estabilidade na presença de um grupo ou de alguns professores e para a leccionação na nossa Região, e por outro lado, esta matéria é imperativa relativamente aos concursos que irão começar a decorrer brevemente.

A proposta de entrada em vigor a partir de 1996/97 é, em nosso entender, importante que fique assim consignada, na medida em que esta terminologia está utilizada noutros diplomas, inclusive em diplomas já aprovados e publicados pelo Governo da República.

Portanto, o uso desta terminologia que é algo propositada e não inocente, terá que ser feito por diversas vezes nesta área da Educação. E pensamos que isso não poderá ser contestado por ninguém, porque se o fizerem terão que contestar toda aquela que é usada nos mesmos termos e que é proveniente dos órgãos institucionais.

Nós pensamos, em conclusão, que é importante a aprovação deste diploma.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais.

Secretário Regional da Educação e Assuntos Sociais (Álamo de Menezes): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas umas breves palavras para vincar a importância da aprovação urgente deste diploma, e conseqüente publicação também urgente, pois caso isso não aconteça, poderá causar sérios problemas à preparação do próximo ano lectivo.

Por outro lado, aproveito para vos informar que a breve trecho esta Câmara terá que voltar a este assunto, já que neste momento se encontra para emissão de parecer deste Parlamento uma Proposta de Decreto-Lei vinda do Governo da República que,

mais uma vez, vem alterar as regras do concurso o que, inevitavelmente, terá de repercutir-se na nossa Região.

Portanto, a esta aprovação urgente, seguir-se-á outra, provavelmente já na próxima sessão, aprovação urgente como resultado das alterações que estão a ser feitas no Continente.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Aurélio da Fonseca.

Deputado Aurélio da Fonseca (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Secretário Regional:

O PSD também subscreve a proposta ora em discussão.

Nós sempre prezámos e continuamos a prezar o ter um corpo docente fixado e imutizado, o primado da qualidade em matéria de educação e ensino.

No tocante à matéria que foi alvo de veto relativamente ao diploma anterior, eu queria deixar aqui a salvaguarda que não nos moveu nem esteve subjacente àqueles que aprovaram o diploma então, qualquer intenção de prejudicar quem quer que fosse, ou ser opositor aos concursos, independentemente da parte do País donde concorressem.

A nossa única preocupação era a de evitar que os que alunos passassem alguma parte do tempo sem professores, quando havia professores que com qualidade e habilitação podendo estar colocados, não o eram pelas razões que então eram do conhecimento de todos.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

Os Srs. Deputados que concordam, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado, na generalidade, por unanimidade.

Presidente: Uma vez que não há discussão na especialidade, passamos de imediato à votação.

Começamos pelo Artigo 1º.

Os Srs. Deputados que concordam com este Artigo 1º, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 1º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 2º, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 2º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Os Srs. Deputados que concordam com o Artigo 3º, de acordo com a proposta de alteração entregue na Mesa, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Artigo 3º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos à votação final global.

Os Srs. Deputados que concordam com este diploma, mantenham-se como se encontram.

Secretário: O Projecto de Decreto Legislativo Regional foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Este diploma fica cometido à Comissão de Juventude e Assuntos Sociais para proceder à sua redacção final.

Vamos passar ao ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos que se prende com a Proposta de Resolução que está a ser fotocopiada neste momento, sobre a **"Constituição de uma comissão eventual para o estudo e acompanhamento da Revisão Constitucional e suas implicações no Estatuto Político-Administrativo"**. Supondo que não haja oposição a que se inicie o debate, mesmo sem cada um dos Srs. Deputados estar na posse do texto da Proposta de Resolução, que deve estar a chegar, iniciáramos a discussão, dando para o efeito a palavra ao Sr. Deputado Fernando Menezes.

Deputado Fernando Menezes (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Apesar de não dispor ainda da fotocópia, gostaria de dizer que se trata de um documento que foi subscrito por todas as bancadas e tem a ver com determinada situação que vale a pena referir.

Como sabem, houve uma delegação desta Assembleia que visitou a Assembleia da República, a fim de reunir com a comissão eventual para a Revisão Constitucional.

Devo dizer que foi uma reunião extremamente proveitosa e que nos satisfaz relativamente aos passos já dados em termos de Revisão Constitucional. E na

sequência disso, e da abertura demonstrada por essa comissão, por um lado, e dos direitos que assistem à própria Região de fazer esse acompanhamento, por outro, entendeu essa delegação que seria útil ter aqui também uma comissão eventual, para acompanhar e manter em aberto esse diálogo com a Assembleia da República, tentando encontrar uma plataforma comum relativamente aos principais aspectos que dizem respeito à nossa autonomia constitucional.

Por outro lado ainda, importa ter presente que na sequência da Revisão Constitucional, haverá que fazer algumas alterações no Estatuto Político-Administrativo.

Daí que também incumba a essa mesma comissão, começar já a trabalhar, no sentido de perceber quais as implicações da Revisão Constitucional no Estatuto e preparar, também aí, um documento para depois ser debatido na comissão própria de Revisão do Estatuto, bem como também nesta Assembleia.

Portanto, foi com esse objectivo que os partidos subscritores apresentaram esta Proposta de Resolução que eu espero ver aprovada e que essa comissão eventual comece em breve a desempenhar o seu trabalho.

No que se refere à constituição dessa comissão, é a normal nos termos regimentais, ou seja, 4 representantes do PS, 4 do PSD, 2 do PP e 1 da Representação Parlamentar do PCP, e ela vai reger-se pelos dispositivos normais contidos no Regimento.

Fundamentalmente é isto em termos de apresentação que me apraz dizer, fazendo votos para que brevemente se iniciem os trabalhos e que se dê sequência à abertura demonstrada na Assembleia da República, com frutos evidentes e positivos para a nossa autonomia regional.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Valadão.

Deputado Paulo Valadão (PCP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em boa hora o Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional tomou a iniciativa de, conjuntamente com representantes de todos os partidos com assento nesta Assembleia, deslocar-se à Assembleia da República para trocarmos impressões sobre a Revisão Constitucional.

Em nosso entender, esse contacto e essa reunião foram proveitosos para todos os representantes da Região e, desde já, abriu-nos uma primeira perspectiva daquilo que poderá ser a Revisão Constitucional, no que se refere aos Açores.

Porém, e para que esse trabalho tenha continuidade, entendemos ser necessária a constituição de uma comissão eventual, que seja capaz de acompanhar todo o trabalho da Revisão Constitucional, por um lado, e por outro lado, também concordamos que se possa começar já a pensar nas implicações que a Revisão Constitucional pode vir a ter em alterações do Estatuto Político-Administrativo.

Por isso mesmo, subscrevemos esta Proposta, dando-lhe o nosso apoio na votação que se seguirá.

Esperemos que todos nós possamos seguir e acompanhar todo este processo da Revisão Constitucional com entusiasmo, na esperança de que ele possa implicar melhorias para a nossa Região, fundamentalmente melhorias no desempenho das funções deste órgão autonómico.

Estamos convencidos de que isso será possível, porque a clarificação do nosso poder legislativo é uma matéria fundamental, que carece de clarificação e viemos da Assembleia da República com essa esperança.

Também nos apraz registar o facto de termos saído dessa reunião com a certeza de que o cargo de Ministro da República vai manter-se nesta Região, constituindo desde já, um ponto de partida aliciante para o trabalho que se vai desenvolver.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado José Monjardino.

Deputado José Monjardino (PP): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente e Srs. Membros do Governo:

Já agora, gostaria de chamar a atenção da Mesa — se me permitem — seguindo um pouco na linha de algumas coisas que referi na minha anterior intervenção, para que sejam entregues as fotocópias desta Proposta o mais rápido possível, para que especialmente os caros colegas da comunicação social entendam que não há nada de especial aqui, pois de repente pode criar-se uma outra "onda".

Falando especificamente sobre esta Proposta, é evidente que nós damos a nossa concordância para a constituição desta comissão que tem diversas relevâncias, em que uma delas é de natureza política.

O processo de Revisão da Constituição, por um lado, satisfaz-nos e por outro lado, preocupa-nos.

No que diz respeito, objectivamente, às questões que estão relacionadas com os Açores, aparentemente, parece haver um largo consenso nacional sobre a maneira de abordar a questão das Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira e as suas autonomias.

Todavia, parece-me ser evidente que carece de alguma vontade política, a nível nacional, entre os dois grandes partidos, para que ela consiga chegar à sua conclusão.

Por isso, o primeiro alcance desta comissão, será um elemento de pressão — que pode ser criado inclusivamente a nível regional — para se resolver uma coisa que é fundamental, ou seja, a Revisão da Constituição Portuguesa e eventualmente também algumas das clarificações que se impõem relativamente ao regime autonómico.

Outro aspecto que não é menos importante desta comissão, é fazer o acompanhamento dos efeitos que parte daquelas coisas que nós já sabemos que vão acontecer, aparentemente, na Revisão da Constituição, que poderão ter relativamente ao Estatuto e a outra legislação específica relativamente à Região e que pode ser afectada pelas alterações que irão ser introduzidas na Constituição. Como tal, parece fazer todo o sentido a constituição desta comissão eventual.

Espero, sinceramente, que esse trabalho seja feito nos moldes fortemente institucionais por todos os partidos, porque é fundamental que se resolva uma série de assuntos, a bem da nossa autonomia.

Muito obrigado.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Victor Cruz.

Deputado Victor Cruz (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados:

Apenas umas breves palavras sobre esta Proposta de Resolução subscrita por todos os partidos aqui representados.

Em primeiro lugar, queria sublinhar a importância que julgo ter tido a deslocação de uma delegação da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, presidida por Sua

Ex^a. o Sr. Presidente da Assembleia, pelo que o louvo, junto da comissão eventual de Revisão Constitucional da Assembleia da República.

Foi um primeiro contacto, através do qual ficámos a saber o ponto da situação sobre a Revisão Constitucional. Isso foi importante. E também tivemos oportunidade — cada partido — de transmitir pelo menos alguns princípios essenciais daquilo que julgamos ser uma boa Revisão Constitucional.

Em segundo lugar, gostaria de dizer que penso que os trabalhos desta comissão eventual de Revisão Constitucional, independentemente de se poder ter qualquer certeza sobre o "timing" da mesma, deixam já em aberto boas soluções para os Açores.

Devo dizer mesmo que não sendo dado a grandes optimismos, sobretudo nestas matérias, a comissão eventual de Revisão Constitucional começa a aceitar certo tipo de formulações, desde logo em relação às competências legislativas desta Assembleia, que me parecem boas formulações.

Não posso deixar passar esta oportunidade sem sublinhar o facto de se começar a sentir que há soluções boas para os poderes legislativos, uma certa abertura para questões financeiras, e até em relação ao estatuto do Ministro da República, terão contribuído, certamente, os Srs. Deputados João Bosco Mota Amaral e Medeiros Ferreira que, a esse título, estão a fazer — na minha opinião — um trabalho muito meritório, sobretudo porque para além das posições dos projectos dos seus partidos, estão a fazer um grande esforço de consensualização junto da Assembleia da República, perante outros grupos parlamentares.

Devo, portanto, deixar aqui sublinhado este contributo de dois políticos conhecidos pela sua competência, pela sua capacidade e pelo seu prestígio nacional que certamente ajudarão muito neste processo de Revisão Constitucional.

O PSD naturalmente subscreve esta constituição de uma comissão eventual, para estudo e acompanhamento da Revisão Constitucional; em primeiro lugar porque é importante acompanhar o processo e em segundo lugar, porque mais importante do que acompanhar o processo, é a Assembleia Legislativa Regional dos Açores e todos os partidos nela representados, poderem obter consensos que certamente constituirão

uma posição decisiva e que influenciará a comissão eventual de Revisão Constitucional e a própria Assembleia da República.

Não é a primeira vez que isso acontece. Tem sido assim em relação a muitos outros diplomas e, sobretudo, em relação à lei fundamental, bem como em relação ao Estatuto Político-Administrativo dos Açores.

Mais uma vez estamos, portanto, num período reformista e criativo, que deve ser encarado por todos os partidos, e naturalmente pelo PSD, como uma oportunidade que já há muito tempo não sentíamos de melhorar, de aprofundar, de clarificar a Autonomia Político-Administrativa dos Açores, desta feita em relação à Revisão Constitucional.

Mas se associarmos a isso também uma Lei de Finanças Regionais e as implicações que a Revisão Constitucional terá no Estatuto Político-Administrativo dos Açores, esta Legislatura pode vir a ser marcada como uma Legislatura que sob o ponto de vista da autonomia e da potencia e capacidade da mesma dar resposta aos problemas dos açorianos, pode ser — dizia — uma Legislatura de fronteira, em que se fecha, aí sim sob o ponto de vista institucional, uma fase e se reabre uma nova fase, certamente meritória e boa para todos os açorianos.

É nisto que o PSD está apostado, mantendo uma postura de diálogo, desde logo com o Partido Socialista, porque esta é a maioria constitucional, mas não deixando de fora — como é evidente — os outros dois partidos com assento neste Parlamento.

Muito obrigado.

Presidente: Não havendo mais intervenções, vamos passar à votação.

Antes, porém, gostaria de referir que esta Proposta de Resolução não veio acompanhada de Pedido de Urgência e Dispensa de Exame em Comissão, mas houve consenso partidário a esse respeito, ou seja, de a dispensar dessa formalidade.

Assim sendo vamos passar à votação.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Passamos ao penúltimo ponto da ordem de trabalhos que se refere à "**Eleição dos Representantes da ALRA em diversas Instituições da República**".

Pedia o favor de distribuírem os boletins de voto para se proceder à chamada dos Srs. Deputados.

Informo a Assembleia que esses boletins vão ser distribuídos, cabendo dois a cada deputado. Eles são em tudo semelhantes, excepto no seu conteúdo e que é o mais importante.

Vamos proceder a duas votações distintas, ou seja, uma para eleger o representante da Região no Conselho Nacional de Educação, para o Conselho de Opinião da Radiodifusão, para o Conselho Económico e Social e para o Conselho de Opinião da Radiotelevsão Portuguesa.

Sobre todos esses nomes que aí vêm indicados e que eu daqui a pouco vou referir, eu tenho na minha posse o processo que poderá ser consultado por qualquer um dos Srs. Deputados, com as respectivas declarações de aceitação de candidatura.

Assim, para o Conselho Económico e Social, nomeadamente para a sua Comissão Especializada de Política Económica e Social, vão ser votados os nomes de um membro efectivo e de um membro suplente; o membro efectivo é o Sr. Dr. José Matias, o membro suplente é o Sr. Eng. Luis Dutra e tenho de ambos as respectivas declarações de aceitação de candidatura.

Para o Conselho Nacional de Educação vai ser votado o Sr. Dr. Victor Rui Dore, cuja declaração de aceitação de candidatura também está na minha posse.

Para o Conselho de Opinião da Radiotelevsão Portuguesa, o nome a ser votado é o Sr. Dr. Álvaro Monjardino, cuja aceitação de candidatura também já tenho.

Para o Conselho de Opinião da Radiodifusão Portuguesa, o nome proposto é o Sr. Dr. Vamberto de Freitas que também faz acompanhar esse processo da declaração de aceitação de candidatura.

Umaz vez que já estão distribuídos os boletins, vamos então proceder à chamada dos Srs. Deputados.

(Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Srs. Deputados: PS - António Gomes, António José Loura, António Silva Melo, Augusto Elavai, Carlos Fraga, Dionísio de Sousa, Élio Valadão, Fátima Sousa, Fernanda Mendes, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Francisco Sousa, Guilherme Pinto,

Herberto Rosa, João Forjaz Sampaio, João Carlos Macedo, José Humberto Chaves, José Nascimento Ávila, Luís Resendes, Manuel Serpa, Natividade Luz, Norberto Messias, Rui Pedro Ávila, Vasco Cordeiro; PSD - Aires Reis, Alberto Madruga da Costa, Ana Gomes Silva, António Almeida, António Menezes, Aurélio da Fonseca, Berta Cabral, Duarte Freitas, Eugénio Leal, Francisco Xavier Rodrigues, Humberto Melo, Jaime de Carvalho Medeiros, João Cunha, Joaquim Ponte, Jorge Valadão dos Santos, José Aguiar, José Francisco Fernandes, José Maria Bairos, Manuel Brasil, Manuel da Silva Azevedo, Mark Marques, Sidónio Bettencourt, Victor Cruz; PP - Alvarino Pinheiro, José Monjardino; PCP - Paulo Valadão).

(Deram entrada na urna 50 votos)

Presidente: Srs. Deputados, passo a anunciar os resultados das votações.

Conselho Nacional de Educação

Eleito o Sr. Dr. Victor Rui Dores com 27 votos a favor, 22 votos contra e 1 voto em branco.

Conselho Económico e Social

Membro efectivo: eleito o Sr. Dr. José Matias com 26 votos a favor, 23 votos contra e 1 abstenção.

Membro suplente: eleito o Sr. Eng. Luis Dutra com 25 votos a favor, 23 votos contra e 2 votos em branco.

Conselho de Opinião da RDP

Eleito o Sr. Dr. Vamberto de Freitas com 31 votos a favor, 18 votos contra e 1 abstenção.

Conselho de Opinião da RTP

Eleito o Sr. Dr. Álvaro Monjardino com 31 votos a favor, 17 votos contra e 2 abstenções.

Estão, portanto, eleitos, estes representantes para essas Instituições da República em que a Região está representada através de voto nesta Assembleia.

Tenho apenas aqui uma última Proposta de Resolução oriunda da Mesa que **"declara findo o Período Legislativo de Janeiro"**.

Os Srs. Deputados que concordam com esta Proposta de Resolução, mantenham-se como se encontram.

Secretário: A Proposta de Resolução foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sendo assim, estão encerrados os nossos trabalhos por este Período Legislativo.

Segundo um plano indicativo que foi elaborado na última conferência de líderes, regressaremos no 1º dia de Abril.

É um dia significativo, mas é uma Terça-Feira. É neste dia que nós costumamos reunir, portanto, reuniremos com a consequência de ser no dia 1 de Abril.

Agradeço a colaboração dos Srs. Deputados e até lá.

Boa tarde e muito obrigado.

(Eram 18, 30 horas).

(Deputados que entraram durante a Sessão: **PS** - *António Silva Melo, Fernando Menezes, Francisco Oliveira, Norberto Messias*; **PSD** - *Ana Gomes Silva, Berta Cabral*; **PP** - *Alvarino Pinheiro, João Greves, José Monjardino*).

DOCUMENTOS QUE ENTRARAM NA SESSÃO

Projecto de Decreto Legislativo Regional

Este diploma adapta à administração local da Região Autónoma dos Açores o Dec-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, que aplicou à administração local autárquica o Dec-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, o qual define o regime de constituição, modificação e extinção da relação jurídica de emprego na administração pública.

O Dec-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com as alterações que lhe foram introduzidas pela Lei n.º 6/92, de 29 de Abril, fez a adaptação à administração local do regime estatuído no Dec-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro.

O n.º 2 do art.º 1.º do Dec-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro permite que as Regiões Autónomas possam introduzir as adaptações que julgarem necessárias na sua aplicabilidade através de Decreto Legislativo Regional.

Com vista a facilitar a mobilidade de pessoal dos quadros no Arquipélago dos Açores, sobretudo ao nível da administração local, torna-se necessário proceder à introdução de algumas adaptações ao Dec-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro.

Assim torna-se necessário prever instrumentos de mobilidade entre pessoal pertencente aos quadros da administração regional autónoma e pessoal pertencente aos quadros da administração autárquica e entre estes e aqueles.

Nestes termos:

A Assembleia Legislativa Regional dos Açores, ao abrigo do disposto na alínea a) do n.º 1 do art.º 229.º da Constituição e nos termos da alínea c) do art.º 32.º da Lei n.º 9/87, de 26 de Março, decreta o seguinte:

Artigo 1.º

O Dec-Lei nº 409/91, de 17 de Outubro, aplica-se à administração local da Região Autónoma dos Açores, com as adaptações constantes do presente diploma.

Artigo 2.º

A transferência de pessoal pode fazer-se de lugar dos quadros da administração regional autónoma para lugar dos quadros da administração local bem como destes para aqueles.

Artigo 3.º

É permitida a requisição ou o destacamento de funcionários ou agentes pertencentes à administração regional autónoma para exercício de funções em departamentos da administração local, bem como desta para aquela.

Artigo 4.º

O presente diploma entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Horta, Sala das Sessões, 28 de Janeiro de 1997

Os Deputados Regionais do PS.

António Silva Melo, José Humberto Chaves, Manuel Serpa, Rui Pedro Ávila, Francisco Sousa.

—

As Redactoras: *Maria da Conceição Fraga Branco e Ana Paula Garcia de Lemos Nazaré*